



Universidade Católica Dom Bosco  
Instituição Salesiana de Educação Superior

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 5 N. 8 Março 2004



# Universidade Católica Dom Bosco

**Reitor** Pe. José Marinoni  
**Pró-Reitor Acadêmico** Pe. Jair Marques de Araújo  
**Pró-Reitor Administrativo** Pe. Luilton Pouso  
**Editora UCDB** Av. Tamandaré, 6000  
Jardim Seminário  
79117-900 Campo Grande-MS  
Fone: (67) 312-3377 Fone/Fax: (67) 312-3373  
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

---

## INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

### Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat  
Eduardo José de Arruda  
Emília Mariko Kashimoto  
Marcelo Marinho

### Editor Responsável

Marcelo Marinho

### Co-editor

Aparecido Francisco dos Reis

### Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

### Editoração Eletrônica

Rosilange de Almeida

### Abstracts

Barbara Ann Newman

### Resúmenes

Mari Neli Dória

### Revisão de Texto

Os próprios autores

### Capa

Marcelo Marinho (projeto e fotografia)

**Tiragem:** 1.000 exemplares

**Distribuição:** Bibliotecas universitárias

### Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (USP)  
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)  
Alicia Rivero (SERCAL)  
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)  
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)  
Cezar Augusto Benevides (UFMS)  
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)  
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)  
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)  
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)  
Everson Alves Miranda (UNICAMP)  
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)  
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)  
Leila Christina Dias (UFSC)  
Marcel Bursztyn (UNB)  
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)  
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)  
Maria Helena Vallon (UFMS)  
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)  
Marília Luiza Peluso (UNB)  
Mário César Leite (UFMT)  
Marisa Bittar (UFSCar)  
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCC)  
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)  
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)  
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)  
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)  
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)  
Rosa Esther Rossini (USP)  
Sérgio Granemann (UCB)  
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

### Conselheiro fundador

Milton Santos (*in memoriam*)

---

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,  
n. 8 (Março 2004). Campo Grande: UCDB, 2004.  
88 p. V. 5  
ISSN 1518-7012  
Semestral  
1. Desenvolvimento Local.

---

Cecília Luna  
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

#### Indexada em:

**Latindex**, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal  
(www.latindex.unam.mx)

**GeoDados**, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá  
(www.dge.uem.br/geodados)

**Clase**, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades  
(www.dgbiblio.unam.mx/clase.html)

# Editorial

---

*Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, chega a seu oitavo número com muitos motivos para comemorar. O principal deles é o crescimento do número de colaboradores e do interesse internacional por essa publicação, fato que contribui para a manutenção dos padrões científicos desse periódico. Assim, o número oito de *Interações* traz trabalhos desenvolvidos na França, em Cuba e textos produzidos no Brasil.

A diversidade de abordagens dos temas relacionados ao Desenvolvimento Local também demonstra a grande potencialidade dessa nova perspectiva social em que as comunidades tomam suas relações internas (culturais, organizacionais, produtivas e econômicas) como seu próprio objeto de aprimoramento.

Assim, Elodie Vallete analisa o desenvolvimento de territórios periurbanos situados em Montpellier nas últimas duas décadas. Baseado em pesquisa qualitativa, o texto mostra as relações de dependência entre os territórios rurais e as dinâmicas da urbanização.

Rafael Ojeda Soares da Universidad Agraria de La Habana estuda as transformações locais engendradas pela globalização. Analisando os parâmetros de medida para os processos locais de desenvolvimento sustentável, o texto de Ojeda Soares desenvolve algumas reflexões referentes a metodologias que permitam avaliar o desenvolvimento sustentável em âmbito local, e apresenta dados relativos a essa questão em Cuba.

Ainda sobre o desenvolvimento local em Cuba, *Interações* publica o artigo de Lazaro Camilo Recompensa Joseph em parceria com Adolfo Ramos Lamar, sobre o papel da política de P&D na agropecuária como via para alcançar o desenvolvimento sustentável e sua relação com o Meio Ambiente em Cuba, no período pós-revolução (1959-2000). Neste texto, os autores entendem que a utilização do progresso científico e tecnológico é chave

para o desenvolvimento sócio-econômico de qualquer país. No caso de Cuba, isso se manifestou, entre outros aspectos, na grande preocupação do Estado em fortalecer a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e o Ensino Superior agropecuários

Em âmbito nacional, este número traz a discussão de Luis Carlos Vinhas Ítavo, Carlos José de Oliveira, Medson Janer da Silva e Maria Augusta de Castilho, sobre as possibilidades de desenvolvimento rural na região periurbana de Campo Grande, mais especificamente, analisam por meio de um estudo de caso, a situação de resistência da agricultura familiar no Distrito de Três Barras. Desse modo, os autores apontam alternativas para que pequenos proprietários rurais do município de Campo Grande explorem seus potenciais endógenos e despertem para iniciativas coletivas que levem a um implemento da qualidade de vida. Destacando entre as alternativas o fortalecimento da instituição associativista, a criação de um laticínio-escola e a industrialização da produção local através da agroindústria rural de pequeno porte.

Paulo Tarso Vilela de Resende serve-se do conceito de “cluster” para apresentar os resultados da pesquisa conduzida junto à indústria de calçados de Nova Serrana, no estado de Minas Gerais. Segundo Rezende, a região apresenta todas as condições para se firmar como um grande cluster brasileiro e implementar o desenvolvimento local, à condição desde que haja sinergia entre os setores político e empresarial, e que todas as iniciativas dentro da cadeia produtiva se realizem segundo planos estratégicos previamente definidos.

Na perspectiva da gestão local, em estudo realizado nas Bacias Hidrográficas do Alto Paranapanema (São Paulo) e do Alto/Médio São Francisco (Minas Gerais), Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Rodrigo Constante Martins analisam os modelos

inovadores de gestão das águas e dos recursos hídricos, cujos fatores são a descentralização e a inclusão de atores. Segundo os autores, em tais modelos, os comitês de bacias hidrográficas confrontam-se com os processos tradicionais de gestão, em que as relações de domínio estabelecidas no território buscam a perpetuação da dominação. Nesse confronto, concluem os autores, as estruturas locais de poder reagem às inovações institucionais, mantendo assim a dinâmica contraditória do espaço.

Ainda neste número, *Interações* traz a discussão elaborada por Jerri Marin acerca das trocas e intercâmbios culturais na região fronteira de Brasil, Bolívia e Paraguai, como ponto de passagem, de convivência e de troca de experiências. Para Marin, apesar das tentativas de instituições como a Igreja Católica de implementarem a idéia de homogeneidade, a fronteira é um lugar marcado

pela transgressão, pelo perigo iminente e pela reafirmação da heterogeneidade das etnias locais.

Por fim, *Interações*, dedica mais uma vez, espaço aos projetos bem sucedidos que reforcem o desenvolvimento local. No número atual, será apresentada aos leitores, a trajetória do Consórcio Pantanal Fashion Export, contam suas origens, dificuldades e os êxitos obtidos por esse empreendimento.

Vale ainda sublinhar que *Interações*, órgão de divulgação científica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco – programa recomendado pela CAPES e credenciado pelo MEC – solicita que todos os pesquisadores interessados pelo tema do Desenvolvimento enviem trabalhos inéditos para publicação neste veículo distribuído nacional e internacionalmente, entre instituições universitárias e organismos de pesquisa.

# Índice

---

## Artigos

- A economia rural periurbana ou inovação em periferia: o caso de Montpellier (França) ..... 9  
Elodie Valette
- Desarrollo Local Sostenible en Cuba: parámetros de medida ..... 21  
Rafael Ojeda Suárez
- Agricultura sustentável e política pública de pesquisa e desenvolvimento: o caso de Cuba ..... 29  
Lázaro Camilo Recompensa Joseph e Adolfo Ramos Lamar
- Alternativas para o desenvolvimento rural periurbano: o caso de Três Barras, no município de Campo Grande ..... 37  
Carlos José de Oliveira, Luis Carlos Vinhas Ítavo, Medson Janer da Silva e Maria Augusta de Castilho
- A viabilidade operacional do Cluster Calçadista de Nova Serrana ..... 45  
Paulo Tarso Vilela de Resende
- Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória ..... 55  
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Rodrigo Constante Martins
- A interatividade étnica e cultural nas fronteiras entre Brasil, Paraguai e Bolívia e o discurso religioso ..... 71  
Jerri Marin

## Relatos: entre a práxis e os conceitos

- O consórcio Pantanal Fashion Export: uma experiência de cooperativismo ..... 83  
Aparecido Francisco dos Reis, Eder de Paula Ferreira e Luis Mauricio de Farias



# Artigos



**A economia rural periurbana ou inovação em periferia: o caso de Montpellier (França)**  
Rural periurban economy or innovation on the periphery: the case of Montpellier (France)  
*La economía rural periurbana o innovación en periferia: el caso de Montpellier (Francia)*

Elodie Valette  
Université de Paris VII – Denis-Diderot

contato: elodie.valette@club-internet.fr

**Resumo:** O desenvolvimento dos territórios rurais periurbanos é dependente das dinâmicas urbanas, sobretudo no que se refere aos transportes e à alocação de recursos. Neste estudo, analisam-se as especificidades dos territórios periurbanos, no tangente à criação de uma dinâmica econômica local. Para tanto, consideram-se territórios rurais situados na periferia de Montpellier, França, com base em pesquisa qualitativa realizada entre os atores do processo de desenvolvimento que se verifica, nas duas últimas décadas, em uma região anteriormente afetada por um acentuado processo de êxodo rural.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Territórios periurbanos; Êxodo rural.

**Abstract:** The development of the rural periurban territories is dependent on urban dynamics, above all in that which refers to transport and the allocation of resources. In this study, the specifics of periurban territories is analyzed, bordering on the creation of a local economic dynamic. For this, rural territories situated on the periphery of Montpellier, France, have been studied based on qualitative research carried out among the actors of the process of development which has been verified over the last two decades, in a region previously affected by an accentuated process of rural exodus.

**Key words:** Rural development; Periurban territories; Rural exodus.

**Resumen:** El desarrollo de los territorios rurales periurbanos depende de las dinámicas urbanas, sobre todo en lo que se refiere a los transportes y a la locación de recursos. En este estudio, se analizan las especificidades de los territorios periurbano, referente a la creación de una dinámica económica local. Por lo tanto, se consideran territorios rurales situados en la periferia de Montpellier, Francia, con base en pesquisa cualitativa realizada entre los actores del proceso de desarrollo que se verifica, en las dos últimas décadas, en una región anteriormente afectada por un acentuado proceso de éxodo rural.

**Palabras claves:** Desarrollo Rural; Territorios periurbanos; Éxodo Rural.

## Considerações iniciais

Em um mundo em que se fortalece a hegemonia das metrópoles, em que as áreas urbanas concentram a maior parte da população, assim como também concentram as atividades econômicas e culturais, qual é o lugar destinado aos territórios rurais periurbanos? Espaços situados em margem aos processos de urbanização, eles parecem se encontrar em situação de territórios periféricos, e posicionam-se não apenas à margem das dinâmicas urbanas, mas também em dependência em relação a essas, sobretudo no que tange a transportes e recursos. Essa situação constitui um freio aos empreendimentos, ao estabelecimento de atividades econômicas integradas às dinâmicas mundiais – por carências em termos de logística e de transporte, além da ausência do efeito de aglomeração.

Quais são as características específicas que os territórios rurais periurbanos devem valorizar para que possam facilitar a emergência de uma verdadeira dinâmica econômica local? Quais estratégias os diferentes agentes ou atores econômicos e sociais podem elaborar para permitir que seu espaço de vida e de trabalho subsista, ou até mesmo se desenvolva?

Estas são as questões que este artigo se propõe a responder, com exemplos tomados aos territórios rurais periféricos à aglomeração de Montpellier, na França. Talvez se possa considerar os territórios rurais periurbanos como territórios metropolizados com baixa densidade demográfica, plenamente inseridos nas dinâmicas dos novos territórios urbanos, ainda que conservem o essencial de suas características rurais e locais. Este texto defende a tese de que eles constituem, nessa perspectiva, territórios privilegiados para a emergência de inovações econômicas e sociais.

## Territórios Rurais Periurbanos em Montpellier: dinâmicas inovadoras

Este estudo refere-se aos cantões de Saint Martin de Londres e de Claret, situados ao norte de Montpellier. O primeiro encontra-se aproximadamente a trinta quilômetros da aglomeração e conta com uma população média de 3.700 habitantes. É um cantão situado em uma paisagem árida, com subsolo calcário e uma vegetação arbustiva, fato que dificilmente poderia valorizá-lo. O segundo cantão conta com 4.600 habitantes, e, nele, a exploração agrícola é menos árdua, em particular quanto aos vinhedos, sua principal atividade.

Em ambos os cantões, a densidade populacional é fraca. Contudo, entre 1980 e 2000, observou-se um renovamento demográfico, que se explica não apenas por um saldo migratório positivo: os habitantes que recentemente aí se estabeleceram contribuem para recriar uma dinâmica de reprodução natural da população dos vilarejos.

Esse crescimento demográfico acompanha-se de uma urbanização dos respectivos vilarejos. Os recenseamentos decenais demonstram um crescimento do número de residências principais e secundárias, fato que ocorre de forma regular desde 1970. Trata-se de construções individuais vizinhas aos núcleos do vilarejo, renovações de fazendas ou de antigos prédios no centro do vilarejo. O processo é ainda recente: há poucos loteamentos de casas individuais normalizados, tal como os que se vêem nos vilarejos periurbanos mais próximos da aglomeração de Montpellier.

Em 1970, apesar da remanescência de algumas atividades agrícolas (bovinocultura, oleicultura, vinicultura), a região estava em franca decadência, com a economia extremamente fragilizada após a crise da filoxera, que reduziu a nada uma dinâmica local completamente baseada na monocultura vinícola. Ao se tornar quase um deserto humano em certos locais, sua principal função tornou-se a de acolher a população de Montpellier para passeios.

O movimento de periurbanização, iniciado no princípio dos anos 70 com a implantação de comunidades neo-rurais – até hoje presentes –, especializou-se e ampliou-se, no início dos anos 80, com a ampliação da aglomeração de Montpellier e com a criação de inúmeros empregos assalariados no setor de serviços, ligados principalmente à implantação da empresa de informática IBM. Os vilarejos periféricos à aglomeração receberam assim um número cada vez maior de novos habitantes, em sua maioria assalariados em Montpellier. Inúmeros conflitos resultaram dessa transformação do uso do solo (CADENE, 1986).

A atividade econômica e agrícola é reduzida, contudo presente, ainda que de forma distinta em cada um dos cantões de que tratamos neste texto. Com efeito, a revalorização do vinhedo a partir de meados

dos anos 80, por intermédio do plantio de uvas A.O.C. (Denominação de Origem Controlada<sup>1</sup>), relançou a economia da região vinícola. Ainda que as explorações agrícolas sejam frágeis e reduzidas, o cantão de Claret tem uma expressiva atividade agrícola, enquanto o cantão de Saint Martin de Londres – à imagem do conjunto dos territórios dessa região árida – apresenta uma atividade econômica e agrícola mais fraca, ainda que mais diversificada: um pouco de bovinocultura e alguns oliveirais destinados à produção de azeite de oliva. A reconquista demográfica opera-se dessa forma em um território com economia fragilizada.

Os vilarejos de ambos os cantões situam-se, em média, a vinte e cinco ou quarenta minutos de Montpellier. Estão próximos de centros de saúde, de centros de educação, de estruturas de lazer, de consumo, de cultura, assim como de uma rede de empregos igualmente abrangente. Esses territórios locais de fraca densidade demográfica são, portanto, espaços rurais, mas também se encontram integrados, em primeira instância, nas dinâmicas de aglomeração de Montpellier; por outro lado, integram-se em um conjunto regional urbano mais amplo – uma “área metropolitana fragmentada” (VOLLE, 1996) –, que se estende de Marselha a Perpignan, numa larga faixa litoral mediterrânea que se inscreve entre a Itália, a Espanha e o restante da Europa, e segue pelo corredor ao longo do rio Rhône. Essa região urbana quase descontínua agrupa populações, atividades tradicionais, atividades inovadoras, meios de comunicação e de transporte. A mobilidade espacial é bastante generalizada para o conjunto da sociedade e permite uma relação privilegiada entre as diferentes partes desse conjunto metropolitano, por meio da circulação de pessoas, de produtos, de informação etc.

Os territórios ao norte de Montpellier distinguem-se simultaneamente por sua inserção nas dinâmicas da ampla metrópole mediterrânea, por seu pertencimento aos territórios da zona semiárida e pela proximidade com a aglomeração de Montpellier. Eles constituem sistemas territoriais complexos e ambivalentes, no qual se combinam escalas locais, regionais e globais: lógicas locais do vilarejo e do cantão, dos territórios

administrativos e dos territórios vivenciados; mas lógicas também da aglomeração; lógicas regionais da ampla região urbana mediterrânea; e, por fim, lógica mundial ou global. Esse conjunto opera nas práticas e nas representações dos habitantes, impregnados pela urbanidade e pela nova norma espaço-temporal determinada pela mobilidade social e espacial.

Perímetros e competência institucionais se superpõem e revelam as dificuldades de escolhas – indispensáveis – entre a valorização das características locais dos territórios e a dependência em relação à aglomeração próxima. Essa ambivalência é também identitária. A cidade, lugar de trabalho e de consumo, constitui um forte referente identitário para todos os indivíduos, e mais particularmente para os periurbanos. Da mesma maneira, o espaço rural, assim como o conjunto de imagens dessa região semiárida – tal como se constroem e se mantêm no imaginário coletivo –, constituem um outro forte referente identitário para os residentes periurbanos.

Assim, esses territórios complexos e indeterminados solicitam iniciativas de atores, e exigem, sobretudo, que se estabeleçam iniciativas econômicas de forma a solidificar a posição do território e a viabilizá-lo o acesso à autonomia territorial. Tais territórios também permitem a emergência de iniciativas pelas mesmas razões: em seu interior, a margem de manobra é grande e as iniciativas dos agentes inovadores não se sujeitam nem se limitam ao sistema local solidamente determinado e, ao mesmo tempo, desencorajador de projetos.

### **A coexistência da mobilidade e do território local: uma especificidade-recurso**

Esses territórios locais metropolizados parecem aptos a se tornarem o local privilegiado de inovação social, pois eles são, ao mesmo tempo, fracos em identidade própria e fortes pela sua proximidade em relação aos territórios dominantes. Ambivalência e complexidade tornam-se, dessa forma, vantagens e recursos para o território, os quais serão mobilizados pelos atores locais. Entre esses atores, dois grupos se distinguem. O pri-

meiro, formado por neo-urbanos, estabelece atividades que se servem das vantagens cumulativas tanto da proximidade em relação às redes urbanas quanto dos baixos custos de locais e terrenos. Nesse âmbito, as tele-atividades desenvolvem-se de forma cada vez mais intensa: além das atividades de tele-trabalho tradicionais (edição, jornalismo, etc.) que sempre estiveram presentes, também as empresas de serviços informáticos (desenvolvimento de programas, criação de home-page, logística, gestão de material, etc.) encontram, ao se implantarem em espaço rural periurbano, uma localização otimizada para suas atividades, as quais não exigem o estabelecimento em centros de redes urbanas (VALETTE, 2003). O segundo grupo é formado por aqueles que concebem e utilizam o território em sua mais ampla acepção, e valorizam a ambivalência da organização territorial para o estabelecimento de atividades econômicas. Esses detentores de projeto são o objeto principal desta pesquisa, e junto a eles realizamos as pesquisas de natureza qualitativa (com 54 entrevistas realizadas entre janeiro de 1999 e março de 2002) centradas na noção de projeto pessoal e na inserção desses projetos no território.

### **A mobilidade, aspecto essencial para a iniciativa**

No processo de estabelecimento de uma atividade econômica local, o papel da mobilidade é crucial. As atividades apóiam-se também no baixo custo e nas amplas dimensões dos terrenos e das habitações disponíveis, assim como na inserção em dinâmicas urbanas, inserção garantida pelo acesso facilitado à aglomeração e à infraestrutura de transporte que liga a região ao resto do país (redes rodoviária, ferroviária e aeroviária). Residir em um espaço rural periurbano abre aos detentores de projeto um campo de ação que lhes estava fechado no interior da aglomeração de Montpellier, ou de qualquer outra.

A mobilidade espacial facilitada, que marca tanto as práticas dos residentes periurbanos quanto aquelas do conjunto da sociedade, permite a difusão de produtos: assim, os produtores locais de queijo de cabra, de azeite de oliva, de azeitonas, entre

outros, vendem sua produção aos supermercados periféricos de Montpellier e nos mercados regionais próximos. No sentido inverso, a mobilidade também permite, aos consumidores e clientes provenientes da cidade ou da região, o acesso ao território periurbano. É, em particular, o caso dos serviços propostos localmente na região em estudo: infraestruturas como o Centro de Vôo Livre, mas também as festas e os eventos organizados esporadicamente nos vilarejos, recebem clientes provenientes de várias origens. A mobilidade encontra-se assim no centro do processo de desenvolvimento da atividade econômica.

As características rurais dos territórios locais inscrevem-se, assim, nas formas e na natureza da economia rural periurbana emergente. Os territórios constituem, por um lado, uma reserva de espaço próprio ao estabelecimento de atividades de lazer. Por outro lado, ligam-se à imagem de uma certa qualidade de vida ou autenticidade, valores que se impõem cada vez mais como essenciais para a população urbana, em busca de laços e de pontos de amarra para sua existência. Os atores locais se especializam, dessa forma, nas atividades de lazer ou de turismo ecológico: o Centro de Vôo Livre, por exemplo, assim como várias chácaras com cavalos e trilhas para passeios, ilustram, com muita adequação, essa utilização da reserva de espaço e de ar livre representado pelo espaço periurbano. Outras atividades baseiam-se na utilização das qualidades específicas e da imagem particularmente valorizada do território rural junto aos consumidores: produção e distribuição de produtos locais, sejam eles queijos de cabra ou artesanato, um restaurante regional ou uma editora de livros sobre a história local. Essas atividades correspondem, nessa perspectiva, à demanda urbana circunjacente, e sempre procuram valorizar, ao máximo, os recursos simbólicos e concretos disponíveis.

Esses novos residentes são também conscientes do paradoxo de que assumem, por certo, um território local, mas, igualmente, um território inserido na dinâmica da cidade próxima, habitada por pessoas com elevada mobilidade e multiconectadas a amplas redes de sociabilidade, de território percorrido,

espaço em mutação. Os projetos que nos foram relatados – projetos em andamento, realizados ou malogrados – revelam essa tomada de consciência do potencial do território e o desejo de empreender ações adequadas aos ambivalentes recursos disponíveis.

As atividades exercidas baseiam-se – e assim se precavêm – da ambivalência dos territórios: elas valorizam a mobilidade ou as amarras territoriais – ou ambos –, no estabelecimento das atividades econômicas. Quais são suas formas particulares? Haveria uma dinâmica específica da economia rural periurbana?

A impossibilidade de estabelecer uma economia concorrencial frente à economia produtivista dominante obriga os empreendedores à invenção de práticas inovadoras, com vistas à criação de atividades viáveis e duráveis. Tais práticas também visam a atenuar o problema da localização dos territórios periurbanos, pela valorização dessa própria falha: nem cidade, nem campo.

Todas essas atividades individuais organizam-se de forma bastante semelhante. A dupla atividade ou pluriatividade são frequentes, e as diferentes implicações profissionais completam e correspondem a um projeto de vida preciso e longamente refletido. Da mesma forma, a distinção entre vida privada e vida profissional não é mais estritamente respeitada, pois os tempos, os lugares e as tarefas se permeiam, se confundem. Todas essas atividades – inscritas em um projeto pessoal – organizam-se em torno e em função da mobilidade espacial e social, em busca de utilização otimizada das vantagens concretas ou simbólicas do território periurbano.

A atividade-tipo organiza-se da seguinte maneira: um número bastante reduzido de pessoas – entre uma e três, em associação familiar ou amical – trabalha em domicílio e desenvolve uma atividade que, frágil ou principiante, associa-se, com frequência, a uma outra atividade do mesmo ramo ou a um emprego assalariado na cidade. O exemplo de um casal de parisienses recém chegado ilustra, com perfeita adequação, o conjunto das situações que podem ser encontradas. Técnicos intermitentes do ramo de espetáculos em Montpellier, o casal aluga um apartamento no vilarejo

chamado Mas de Londres. Eles realizam suas atividades precárias e descontínuas em paralelo a uma outra atividade independente: a mulher cria coleções de roupas em linho que são posteriormente vendidas em salões de exposição das regiões vizinhas; seu marido reabilita três oliveirais que lhe pertencem e projeta produzir, a médio prazo, seu próprio azeite, que se ofereceria em um lugar de venda que também seria um pequeno “museu do azeite”. Portanto, as diferentes situações, sejam elas quais forem, refletem arranjos pessoais frente à modernidade e ao espaço, mas também frente ao tempo e à necessidade de uma renda satisfatória.

### Inovações Organizacionais

Além das modalidades pessoais de criação e estabelecimento de atividades econômicas, surgem também inúmeras inovações que visam adaptar ou modificar a própria organização da atividade econômica: essas são as “inovações organizacionais”. No que concerne o problema periurbano ao norte de Montpellier, essas inovações visam inicialmente a perenização e a estabilização das atividades, e também o seu desenvolvimento. Dessa forma, essas inovações buscam valorizar a proximidade de um mercado de consumidores urbanos, a presença sazonal de turistas, e também os recursos rurais dos territórios.

Esse gênero de procedimento solicitou, inicialmente, um trabalho efetivo sobre os próprios produtos, assim como a criação de uma imagem valorizada dos produtos e/ou do território. As inovações concernem, portanto, o estabelecimento e a sistematização de processos, cujos objetivos são, por um lado, a normalização do produto ou do serviço oferecido, e a garantia de sua reprodução normalizada; por outro lado, o objetivo é a melhoria da qualidade, mas em um contexto alternativo ao produtivismo. Um vinicultor indica, por exemplo: “Eu elevei a casta das uvas, replantei completamente em A.O.C. (denominação de origem controlada). As colheitas são feitas à mão, abandonamos a vindima mecânica”. Essa busca de qualidade acompanha-se, por vezes, de uma diversificação do tipo de produtos e de serviços: os queijos de cabra foram então

oferecidos em vários formatos e afinações; da mesma forma que vinhos e azeitonas.

A hospedagem de turistas em residências particulares (prática muito comum na Europa) ampliou o leque de fórmulas anteriormente propostas, incluindo possibilidades próximas da hotelaria convencional. Também a imagem dos produtos foi igualmente trabalhada: o engarrafamento ou a embalagem foram estandardizados e melhorados. A renovação ou a construção de moradias destinadas ao aluguel temporário, à hotelaria, também receberam uma acentuada atenção. De forma geral, uma estetização do espaço no qual os serviços são oferecidos operou-se de forma ampla. Por fim, um trabalho de estandardização, com vistas a corresponder às normas de segurança e de higiene, foi realizado pelo conjunto dos empreendedores: as estruturas de produção e de serviço foram assim modificadas e melhoradas. Dessa forma, nos anos 80 e início dos anos 90, desenvolveu-se, nesses territórios, um importante trabalho no tocante à qualidade dos produtos e serviços, por um lado, e no que se refere ao reconhecimento desses aspectos, por outro lado, trabalho que permanece atual.

Desde então, os produtores locais desenvolvem um outro tipo de inovação organizacional: a passagem a sistemas de venda direta ao consumidor. Essa prática baseia-se na atração natural exercida pelos territórios locais e pela qualidade dos produtos oferecidos, com o objetivo de reduzir custos e fidelizar uma clientela com produtos deliberadamente distintos daqueles que são propostos pelos hipermercados ou circuitos clássicos de comercialização. A implantação de tais sistemas de venda direta – nos próprios locais de produção ou entregues em domicílio – acompanha-se de um trabalho qualitativo, tal como descrito acima. Ao sublinharem suas diferenças em relação às grandes redes de distribuição, os produtores justificam um preço mais elevado.

O percurso de um criador de gado de Saint Jean de Buèges exemplifica a complexidade desse tipo de iniciativa. Diante da impossibilidade de continuar a desenvolver sua atividade segundo os circuitos clássicos de produção e de comercialização, esse criador tomou a iniciativa de modificar as

condições de criação e de distribuição da carne bovina. Uma carta individual de compromisso público foi inicialmente firmada, assentando os estritos critérios de criação e garantindo a origem e as condições de produção da carne: “criação extensiva ao ar livre integral”, “exclusivamente de bovinos da raça Albrac”, reza o compromisso. Além do mais, o sistema de comercialização foi modificado. Deixando de vender a carne a atacadistas, o criador tomou a decisão de assumir também a estrutura comercial. O criador informa que o sistema de distribuição inicial baseou-se na “venda direta a clientes particulares”, com “lotes de três quilogramas compostos de peças a grelhar e de peças a cozinhar”, preparados e vendidos na oficina de corte, ou entregues gratuitamente, por encomenda, no conjunto dos cantões próximos. Esse sistema de lotes foi recentemente modificado, afim de “melhor responder a demanda dos clientes”. Também uma venda a varejo é hoje oferecida: o criador pôde operar esta última modificação após ter fidelizado uma clientela grande o suficiente para assegurar a continuidade de sua atividade.

Esse tipo de encaminhamento foi seguido pelos produtores de queijo de cabra nos vilarejos de Notre Dame de Londres e Mass de Londres, mas também por vinicultores que agora propõem uma venda em suas próprias caves. Da mesma maneira, os ateliês de artesãos e de pintores abrem-se aos visitantes. O vilarejo de Viols-le-Fort abriga uma dezena de ateliês de oleiros. O vilarejo de Claret tem dois profissionais dedicados ao artesanato em vidro. Observa-se um trabalho coletivo para se criar um forte laço simbólico entre a prática artesanal e o território árido da região. Quanto às atividades impossibilitadas de explicitarem seus laços para com o território, esse tipo de procedimento é difícil de se realizar.

Os procedimentos de valorização de produtos e de modificação do sistema de comercialização inscrevem-se no modelo francês de desenvolvimento local, adotados nos últimos quinze anos pelo conjunto de territórios rurais periurbanos ou aqueles localizados em região montanhosa. Esse modelo tende a se tornar uma norma, que

os idealizadores e realizadores de projeto reproduzem: seu caráter inovador tende a desaparecer, em função de sua difusão massiva e das subvenções que se associam a sua implantação. No núcleo desse modelo, contudo, os atores ainda introduzem práticas inovadoras, micro-inovações no seio da própria inovação.

Nessa perspectiva, uma outra estratégia inovadora organizacional apóia-se na pluriatividade. Contrariamente às formas tradicionais de pluriatividade rural, essa estratégia permite a diversificação e a flexibilização da oferta, conduzindo à ampliação da demanda num processo de adaptação acentuada. Tal estratégia baseia-se tanto no desenvolvimento de várias atividades centradas em uma temática comum, quanto no complemento ou enriquecimento da atividade principal, por meio de sua associação a diferentes atividades de produção ou serviço.

A atividade de produção pode assim ser completada por uma oferta de serviços: a inovação visa a não restringir a comercialização ao simples ato de venda, ao inscrevê-la no âmbito de um serviço global. A tomada de responsabilidade sobre o conjunto da estrutura de produção e de comercialização pode assim ser completada por uma atividade local de recepção a clientes. A gestão de hospedagem residencial em quartos ou moradias independentes gera um complemento financeiro amplamente adotado pelos moradores e encorajado pelo fisco. Outras atividades de turismo receptivo, como estágios de iniciação ao artesanato ou temporadas em fazendas, podem igualmente constituir uma diversificação da atividade de produção principal.

No caso das atividades ligadas às novas tecnologias de informação e de comunicação, a diversificação é sinal de flexibilidade. A forte precariedade desse tipo de atividade e seu caráter eminentemente efêmero levam os realizadores de projeto a ampliarem o leque de produtos ou de serviços propostos, estendendo-o, por vezes, a áreas radicalmente diferentes, fato que traduz uma nítida preocupação de viabilidade para com o empreendimento.

Nesse contexto, a pluriatividade, como inovação individual, encontra esteio nos

procedimentos coletivos de associação de atividades ou parcerias. As associações clássicas entre produtores agrícolas, ou entre produtores e vinicultores, estabelecem-se em torno do “território” ou do “terreno”, tomado como denominador comum, e, no mais das vezes, destinam seus produtos aos turistas em veraneio. Contudo, outros tipos de parcerias inovadoras atraem uma clientela mais abrangente, como ocorre com os postos de venda e/ou de serviço que propõe várias atividades e/ou produtos complementares. Por exemplo, a associação entre um restaurante e um vinicultor; entre um quiosque de alimentação rápida e um produtor agrícola; entre um bar para degustação e artistas. Os atores econômicos demonstram sua capacidade de adaptarem a oferta à demanda sazonal, assim como sua vontade de diferenciação e sua consciência de estarem engajados em uma competição que atua na escala da aglomeração, e mais além. A vocação turística e agro-econômica local, que tende a uniformizar esses territórios, é reavaliada através de cada uma das novas associações de atividades.

Esse tipo de procedimento coletivo intervém, com frequência, no exato limite das possibilidades de ação individual, e corresponde, em primeiro lugar, à impossibilidade enfrentada pelos produtores de se equiparem individualmente a fim de implementarem a qualidade e a produtividade, ou preencherem todas as etapas da cadeia de produção e comercialização. A ação coletiva também responde à dificuldade de se construir uma reputação baseada em um único produto ou serviço, em um único nome, em um único território.

A constituição de um projeto coletivo varia aqui do simples empréstimo de material, da compra em comum de máquinas para agricultores e outros produtores, à construção de uma verdadeira estratégia de produção e de venda, baseada no cômputo das exigências e das possibilidades de cada um, na identificação comum dos objetivos e na avaliação das vantagens trazidas por um projeto em comum. A dificuldade de estabelecimento de uma ação coletiva em concerto resolve-se, geralmente, pela criação de instituições destinadas a regular e a gerir o empreendimento coletivo.

## Inovações Institucionais

A valorização dos produtos, a construção de uma imagem positiva, a ampliação ou a melhoria da oferta, são sistematizados em processos de inovação institucional, que se inscrevem, no mais das vezes, no âmbito dos projetos coletivos. A inovação institucional constitui, então, uma estratégia de desenvolvimento das atividades econômicas locais, um modo de valorização recíproco das iniciativas coletivas e individuais.

Neste estudo, duas formas de inovação institucional interdependentes devem ser sublinhadas. A primeira refere-se à constituição de grupos de produtores ou de empreendedores fora da jurisdição de cooperativas. Essa opção implica acertos e reflexões sobre os objetivos e os meios disponíveis para um desenvolvimento econômico coletivo. A segunda forma refere-se ao estabelecimento de contratos coletivos ou, até mesmo, rótulos de padrão de qualidade do tipo A.O.C (Denominação de Origem Controlada), que permitem um reconhecimento externo e uma garantia para o consumidor.

Entre os vários casos de figura, a valorização do vinhedo Pic Saint-Loup, no cantão de Claret, é particularmente significativo, pois implicou dois tipos de inovação institucional. Nesse cantão, a atividade vinícola é dominante e, desde muito tempo, a produção concentra-se nas cooperativas de cada vilarejo. Dessa forma, o vinho resultante é de qualidade média, e o vinhedo goza de baixa reputação. No entanto, há mais de dez anos – essa é uma tendência que se observa no conjunto dos vinhedos da região do Languedoc-Roussillon –, produtores recém-chegados (em pequeno número inicialmente, um maior número hoje em dia: mais de quarenta em 2001) criaram suas próprias caves, a fim de privilegiar a qualidade ao detrimento da quantidade, e oferecer concorrência aos vinhos espanhóis e italianos, mas também aos franceses. Vale observar que, na França, há um grande número de subvenções nacionais, regionais ou municipais, destinadas a projetos individuais baseados no desenvolvimento agrícola alternativo. Essas inovações organizacionais, conduzidas individualmente, permitiram melhorar a qualidade do vinho produzido

localmente, mas indicaram a necessidade de ampliação, ou mesmo de institucionalização, da dinâmica implantada.

Observam-se dois patamares, portanto, nesse procedimento: um individual e um coletivo. Individualmente, cada vinicultor replantou e recuperou seu vinhedo, melhorou a qualidade das uvas, aperfeiçoou seu método de vinificação, iniciou a produção de bons vinhos, etc. O reconhecimento público do vinho depende, inicialmente, da qualidade: o vinicultor apresenta-se em concursos e provoca assim o interesse dos consumidores, dos sommeliers, dos jornalistas especializados. O procedimento coletivo é, por sua vez, uma questão de imagem: esses vinicultores fazem parte do Sindicato A.O.C. do Pic Saint-Loup, que eles contribuíram a dinamizar; com base em iniciativas individuais, criou-se a Denominação de Origem Controlada "Pic Saint-Loup" e valorizou-se a imagem da denominação, com um importante trabalho de publicidade e de marketing. Em um procedimento similar, esses vinicultores são membros também do Sindicato dos Côteaux do Languedoc. A denominação e os sindicatos – inovações coletivas – contribuem ao apresentarem uma imagem de qualidade global, e cada vinicultor reforça essa imagem, individualmente, ao produzir um vinho de qualidade, assim reconhecido pelo público consumidor. Há uma verdadeira dinâmica coletiva que, em caso algum, apagará as especificidades individuais.

Essa dinâmica contribui a especificar e a sustentar um leque de atividades locais, criando um forte laço entre atores e território. Por outro lado, esse tipo de ação expande-se pelo território: os novos vinicultores revertem as regras locais do jogo, levando os tradicionais vinicultores, confrontados ao risco de eliminação do mercado, a buscarem modernização e qualidade.

Esse tipo de dinâmica obriga também as cooperativas vinícolas a se engajarem pela valorização dos produtos. O Sindicato "Les Côteaux du Pic" reúne três cooperativas e mais de trezentos produtores. Com uma preocupação de eficácia e produtividade, as tarefas foram repartidas. Hoje a cave conta com um centro de coleta de uvas em Notre Dame de Londres, um posto de vini-

ficação e de estocagem em Valflaunès e um posto de vinificação, estocagem e engarrafamento em Saint Mathieu de Trévières. Um importante trabalho de comunicação social também foi implantado, por intermédio da internet, apresentando o projeto cooperativo, assim como as diversas técnicas utilizadas na produção de vinho. Preserva-se a responsabilidade pessoal do agricultor, enquanto o grupo torna-se a instância de gestão da diversidade de interesses e necessidades entre os produtores. O rótulo de qualidade contribui, assim como o Sindicato, a regular e a normalizar o conjunto das iniciativas individuais.

Um contrato tácito liga os produtores individuais ao projeto coletivo e a seus atores. Esse contrato os incita ao respeito do regulamento coletivo, que fixa as modalidades de produção e exige conformidade ao grupo. O projeto coletivo é, entretanto, evolutivo: modificações podem ocorrer, inovações suplementares, ajustes. Esses aspectos revelam o papel real e crucial das inovações organizacionais individuais na construção das inovações institucionais coletivas.

Um outro exemplo de inovação institucional é o Contrato Territorial de Exploração, novo instrumento concebido na Lei de Orientação Agrícola de 1999, que visa auxiliar agricultores que se engajem em sistemas de produção de interesse coletivo, os quais necessitam de uma participação financeira da sociedade em contrapartida aos engajamentos assumidos, por não poderem ser totalmente remunerados pelo mercado. A inovação inscreve-se nos objetivos de luta contra a erosão e os incêndios, de manutenção e embelezamento da paisagem, de melhoramento da qualidade dos vinhedos, de limitação de renda e de replantação de técnicas de cultivo.

Assim, um procedimento experimental de agro-silvicultura, conduzida por um agente individual em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica, integrou-se nesse projeto de interesse coletivo denominado Contrato Territorial de Exploração. Esse projeto traz à cooperativa de Pic Saint-Loup e ao realizador individual de projeto uma ajuda de 26.500,00 Euros, com pagamento escalonado em cinco anos. O agricultor, desde sua instalação em julho de 1998, expandiu a

superfície explorada a 26 ha, e engajou-se no processo de reestruturação de seu vinhedo. Ele assinou, paralelamente, um contrato temporário de exploração, válido por doze anos, com a administração departamental do Hérault, a fim de explorar 7 ha de vinhedos e florestas, que formam uma cintura em torno do castelo de Restinclières.

Nas parcelas de vinhas assim estabelecidas, dois tipos de experimentos são hoje conduzidos sob a direção do Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas e da Escola Nacional Superior de Artes e Ofícios, com culturas estritamente limitadas pela administração pública. Nesse contexto, ao lado de uma nova casta de uvas, experimenta-se a agro-silvicultura – nova expressão para uma velha prática que consiste em fazer cohabitarem oliveirais ou árvores frutíferas com vinhedos, com o objetivo de manter o equilíbrio do biótopo pelo respeito da diversidade e pela redução do consumo de adubo. Além dos resultados encorajadores relacionados ao objetivo primeiro, a exploração revelou inúmeras outras vantagens como, por exemplo, um efeito de corta-vento e de microclima, uma redução da erosão dos solos e, também, uma forma bastante eficaz para limitar o rendimento, pois o acordo coletivo estabelecido pela cooperativa limita a produção a 40 hl/ha.

O Contrato Territorial de Exploração mostra-se inovador no tangente a aspectos organizacionais e técnicos. Essa experiência, única nos territórios que pesquisamos, permite ilustrar o caráter complementar de projetos individuais e coletivos, em relação ao desenvolvimento econômico local. A inovação reside aqui na importância dos projetos implantados, e na combinação dos interesses individuais, coletivos e ambientais. A instituição suscita inovações cuja natureza e organização são por elas orientadas.

Por outro lado, a inovação institucional pode, por vezes, funcionar como freio, como ocorre no caso da criação de ovinos. Assim, o exemplo da ovinocultura responde aos mesmos processos em uma configuração ainda mais distinta: os três ovinocultores residentes no território deste estudo vendem cordeiro de leite (cordeiro ainda não desmamado, pesando entre 8 e 12 kg) e sublinham

os riscos de sua situação precária, em razão das importações massivas de carneiro da Nova Zelândia. Suas atividades são ameaçadas também pela forte pressão imobiliária que sofrem os territórios periurbanos. Esses três ovinocultores fazem farte de um grupo de produtores que, para transporem suas dificuldades, já haviam se reunido, logo após a segunda Grande Guerra, em reação às práticas abusivas dos comerciantes intermediários. Nesse processo, uma carta de intenção de qualidade foi redigida e assinada pelo conjunto dos produtores, fato que credibiliza e institucionaliza uma carne de qualidade, produzida segundo uma tradição territorial. Da mesma forma, os produtores assumem também a responsabilidade pela publicidade e pela comunicação.

Os processos são, como se vê, praticamente os mesmos adotados nos vinhedos de Pic Saint-Loup; contudo, uma diferença de envergadura deve ser sublinhada: o grupo, criado há 50 anos, é hoje em dia administrado por assalariados, não-agricultores; a inovação institucional é, portanto, antiga. Além do mais, o grupo baseia-se na cidade de Nîmes, relativamente distante, e a área de abrangência da instituição é maior, pois o tamanho reduzido dos rebanhos explica a necessidade de se ampliar o território de competência do grupo. Assim, a dinâmica e a sinergia necessárias a projetos coletivos, assim como a possibilidade de compartilhar responsabilidades, atenuam-se e dificultam mudanças de comportamento. Dessa forma, os agricultores encontram-se diante da barreira representada pela institucionalização de uma importante inovação: o funcionamento em cooperativa. A instituição constitui aqui um freio à inovação e à iniciativa dos atores, na medida em que não mais se inscreve de forma complementar quanto aos projetos individuais, mas se apresenta, antes, como um organismo de controle e de gestão, mais repressivo do que criativo. Ela também dificulta a constituição de procedimentos coletivos que valorizem as redes de proximidade, e contribui para a expansão da distância simbólica entre projetos individuais e concepção de um projeto coletivo inovador.

Esses três exemplos são particularmente significativos e ilustram três tipos de

dinâmicas institucionais. No primeiro exemplo, a inovação organizacional é o motor da inovação institucional que se constrói, coletivamente, com base em vontades individuais. No segundo exemplo, a inovação institucional é o motor, dando início a inovações individuais e coletivas de variados tipos. Nesses dois casos, inovações organizacionais e institucionais inscrevem-se em uma dinâmica de complementaridade e de interdependência. No terceiro caso, no entanto, a instituição constitui um freio à inovação e à iniciativa dos atores, na medida em que não mais se inscreve em complementaridade aos projetos individuais, tornando-se apenas um organismo de controle e de gestão.

### Considerações finais

Da análise dos casos apresentados neste estudo, decorre a seguinte questão: a complementaridade dos projetos individuais e coletivos seria a chave para o desenvolvimento local na área periurbana de Montpellier?

O estabelecimento de projetos individuais ou coletivos a partir da especificidade do território produz uma verdadeira dinâmica inovadora, passível de determinar processos de mudança territorial. Os agentes locais participam inicialmente para estabelecer um território coerente quanto à organização e à natureza das atividades econômicas nele desenvolvidas. Dessa forma, eles especializam seu território no desenvolvimento de atividades que levam em conta a reorganização territorial por intermédio da mobilidade e, ao mesmo tempo, utilizam a mobilidade como vetor de territorialização. Essas atividades, mesmo que não se agrupem em torno de um projeto comum, participam assim a definir, interna e externamente, um território econômico periurbano. A dinâmica inovadora, contudo, ultrapassa a simples agregação de interesses individuais. Dinâmicas de inovação individual e coletiva, de inovação organizacional e institucional parecem participar de um mesmo sistema inovador. A inovação institucional exerce um papel crucial, validando e perenizando as inovações organizacionais.

PROJETOS INDIVIDUAIS	PROJETOS COLETIVOS
INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS	INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS
<b>Valorização</b> da qualidade do produto <b>Pluriatividade:</b> diversidade/flexibilidade <b>Venda em domicílio</b> (autonomização na estrutura de comercialização)	<b>Rótulos de qualidade</b> /contratos <b>Parcerias:</b> ofertas e imagem coletivas. <b>Agrouamento de Produtores</b> (relativa perda de autonomia na estrutura de produção)
<b>DEPENDÊNCIA - COMPLEMENTARIDADE</b>	

Fig.1 Dependência e complementaridade das inovações institucionais e organizacionais.

Os processos se constituem de forma sistêmica, e participam na sustentação e na intensificação de uma dinâmica econômica que não se deve unicamente à agregação de iniciativas individuais, mas que decorre de uma verdadeira dinâmica territorial. O sistema formado por essas inovações institucionais e organizacionais, produzidas pelo território e pelos produtores aí instalados, participa das mudanças territoriais periurbanas. Tal sistema permite a construção simultânea de uma dinâmica econômica e de um território, processo a que se dá o nome de desenvolvimento local. As atividades econômicas participam de uma construção simultânea individual e coletiva de um projeto pessoal e territorial, e assim se situam

no espaço de articulação entre projetos pessoais conduzidos por indivíduos e dinâmicas territoriais em toda sua extensão.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, por intermédio dos processos de inovação, os territórios rurais periurbanos estão aptos a transformar sua situação de território periférico em múltiplas vantagens para o processo de desenvolvimento local, participando ampla e especificamente da dinâmica dos territórios metropolitanos circunvizinhos.

N.d.E.: A autora pertence ao Centro Nacional da Pesquisa Científica, Unidade Mista de Pesquisas "Ordenamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente, Saúde e Sociedades" (CNRS/UMR-ADES), França. O presente trabalho foi traduzido do original, em francês, por Marcelo Marinho (UCDB).

**Nota:**

<sup>1</sup>O sistema de controle de produção de vinhos franceses, denominado Appellation d'Origine Controlée, surgiu em 1936, para associar cada vinho a seu local de produção (com suas respectivas características de solo, taxa de incidência solar, índice pluviométrico e humidade relativa do ar, etc.). Também a produção por hectare, a permissão de plantio de castas e a técnica de vinificação são estritamente controladas. O organismo responsável pelo controle é o INAO, o Institut National des Appellations d'Origine.

**Bibliografia**

CADENE, Philippe. *Les couronnes périurbaines: des périphéries au coeur des dynamiques urbaines*. Manuscrito inédito.

CADENE, Philippe. *Conflits sociaux et rivalités paysannes pour l'espace périurbain-une analyse des processus du changement autour des dix grandes agglomérations françaises*. Tese de Doutorado. Toulouse: Université de Toulouse-le-Mirail, 1985.

DUGRAND, Raymond. *Garrigue montpelliéraine (la)*. Paris: P.U.F., 1964.

GUIGOU, Jean-Louis. *Une ambition pour le territoire*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 1995.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Paris: Armand Colin, 1990.

MULLER, Pierre; FAURE, Alain; GERBAUX, Françoise. *Les Entrepreneurs ruraux*. Paris: L'Harmattan, 1989.

PECQUEUR, Bernard. *Le développement local*. Paris: Syros, 2000 [1989].

VALETTE, Elodie. *Pour une approche géographique de l'innovation sociale. L'exemple des territoires ruraux périurbains de la garrigue nord-montpelliéraine*. Tese (Doutorado) - Université de Paris VII - Denis Diderot, Paris, 2003.

VOLLE, Jean-Paul. *Ville et région. Approches de la question urbaine en Bas-Languedoc*. Tese (Doutorado) - Toulouse: Université de Toulouse-le-Mirail, 1996.



**Desarrollo Local Sostenible en Cuba: parámetros de medida**  
Local sustainable development in Cuba: parameters for evaluation  
*Desenvolvimento Local Sustentável em Cuba: parâmetros de medida*

Rafael Ojeda Suárez  
Universidad Agraria de La Habana, Cuba

contacto: rojeda@isch.edu.cu / cedar@isch.edu.cu

---

**Resumen:** Las transformaciones locales engendradas por la globalización dependen de factores regionales, nacionales y globales. Los parámetros de medida para los procesos locales de desarrollo sostenible deben ser, por lo tanto, considerados en escala global. El presente trabajo desarrolla algunas reflexiones referentes a metodologías que permitan evaluar el desarrollo sostenible en ámbito local, y presenta datos relativos a Cuba.

**Palabras claves:** Índice de Desarrollo Humano; Desarrollo Local; Desarrollo Sostenible.

**Abstract:** The local transformations brought about by globalization, depend on regional, national and global factors. The parameters for measuring the local processes of sustainable development should be, for this reason, considered on a global scale. The study in hand develops reflections which refer to methodologies which allow the evaluation of sustainable development on a local scale, and presents data relative to Cuba.

**Key words:** Index of Human Development; Local Development; Sustainable Development.

**Resumo:** As transformações locais engendradas pela globalização dependem de fatores regionais, nacionais e globais. Os parâmetros de medida para o processo locais de desenvolvimento sustentável devem ser, portanto, considerados em escala global. O presente trabalho desenvolve algumas reflexões referentes a metodologias que permitam avaliar o desenvolvimento sustentável em âmbito local, e apresenta dados relativos a Cuba.

**Palavras-chave:** Índice de Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Sustentável.

---

## Introducción

América Latina enfrenta su integración al fenómeno de globalización de la economía mundial y la búsqueda de un nuevo ordenamiento y orientación de sus programas de desarrollo. La construcción de un nuevo estilo de desarrollo para los países de la región implica profundas transformaciones económicas, sociales y políticas y aún de valores esenciales al interior de las sociedades latinoamericanas. Pensar globalmente y actuar localmente adquiere una mayor dimensión en estos tiempos en que los procesos de globalización, impulsados por los avances científicos y tecnológicos, se vienen produciendo de manera vertiginosa en el escenario de la economía, aumentando el abismo entre desarrollo y subdesarrollo, entre riqueza y pobreza a niveles nunca antes conocidos.

Las transformaciones locales no están completamente desligadas de las transformaciones en el ámbito provincial, nacional, regional y global, bajo la influencia del espectro de la globalización en sus variadas y diversas manifestaciones. Cuba es, pues, un país que no está en capacidad de satisfacer sus necesidades alimentarias por estar sometida a un bloqueo económico que no le permite acceder a recursos financieros foráneos para poder incrementar y estabilizar la producción de alimentos y la producti-

vidad de forma sostenible. Lo anterior se une a procesos naturales de cambios climáticos que han afectado la zona oriental del país generando una vulnerabilidad alimentaria latente.

## Parámetros de medida

Para desarrollar y evaluar indicadores de sostenibilidad, de la calidad de vida con la activa y consciente participación de la comunidad en su proceso de glocalización de la gobernabilidad, es necesario utilizar la base informática que generan las herramientas de la gestión tecnológica y medioambiental. En muchos países, se están registrando actualmente transformaciones muy rápidas en el desarrollo y aplicación de la tecnología de la información. El resultado de estos cambios modificará notablemente las operaciones tanto de las entidades estatales como privadas y repercutirá en casi todos los aspectos de la vida cotidiana de las personas y empresas de producción de bienes y servicios. Las organizaciones están adoptando la nueva tecnología con miras a aumentar la eficiencia y competitividad, prestar mayores servicios, introducir nuevos medios de capacitación y reducir los costos de explotación.

Este cambio rápido es resultado de la disponibilidad de equipo informático y de comunicaciones más potente y menos costoso

(el costo de elaboración y transmisión de la información está disminuyendo aproximadamente un 50 % por cada 18 meses...), junto con la explosión registrada en el desarrollo de nuevos productos informáticos, la convergencia de las tecnologías de las computadoras, entre otros. En este proceso es preciso fortalecer las alianzas referentes a la gobernabilidad y participación comunitaria que generen un desarrollo sostenible asociado a una elevación de la calidad de vida optimizando la gestión tecnológica medioambiental en función del desarrollo agrario y rural.

El término "desarrollo sostenible" ha sido acuñado como paloma mensajera promoviendo hacia los cuatro puntos cardinales el mensaje de la necesidad de un tipo de desarrollo que aporte mejoras reales en la calidad de vida humana y al mismo tiempo conserve la vitalidad y diversidad de la Tierra. Se demanda un desarrollo cuyo eje sean las personas y se centre en el mejoramiento de la condición humana y al mismo tiempo este basada en la conservación y mantenga la variedad y productividad de la naturaleza.

El denominador común de una comunidad sostenible está en la seguridad alimentaria, en la capacidad de respetar y cuidar la comunidad de seres vivientes, conservar la vitalidad y diversidad del entorno, reduciendo al mínimo el agotamiento de los recursos no renovables, manteniéndose dentro de la capacidad de carga de los ecosistemas, proporcionado un marco de integración del desarrollo y la conservación, promoviendo la modificación de actitudes y prácticas personales que atenten contra la nueva ética de la vida sostenible y mejoren la calidad de vida, facultando a las comunidades para que protegen, cuiden, transformen su entorno en función del interés local, provincial, nacional, regional, forjando una alianza globalizadora en que las actuales y futuras generaciones se benefician. Una comunidad sostenible permite que sus miembros alcancen una alta calidad de vida de forma ecológicamente sostenible. Es necesario monitorear y evaluar los progresos logrados en la conservación de una sociedad sostenible por lo que se requiere implementar y estudiar indicadores que sinteticen el

desarrollo local sostenible.

Durante la Cumbre de Río, la importancia de crear indicadores de desarrollo sustentable fue un tema importante. El Programa 21 de Acción de la ONU, surgido en la Cumbre de Río, afirma, en su capítulo 40: "Es necesario crear indicadores de desarrollo sostenible a fin de aportar bases sólidas al proceso de toma de decisiones en todo los niveles y contribuir a una sustentabilidad autoreglamentada, de los sistemas que integran el medio ambiente". El Programa 21 reconoce diversos actores y participantes claves en el desarrollo sostenible, pero sobre todo a los grupos de investigadores que hasta ahora han tenido a su disposición los mayores recursos para crear y someter a pruebas diferentes grupos de indicadores. Diversas organizaciones están empeñadas en la tarea de crear nuevos indicadores, como el Banco Mundial, el Scientific Committee on Problem of the Environment (SLOPE), World Resources Institute (WRI), World Data Research Center.

Hay diversos intentos que abordan la evaluación del desarrollo sostenible en diferentes ecosistemas cuyos resultados generan y validan metodologías de seguimiento y evaluación. Uno de ellos es el proyecto de "Evaluación del progreso hacia la sostenibilidad" está apoyado por el Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (CIID) e implementado por la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) tratando el desarrollo y aplicación de los métodos y elementos utilizados para proyectos, sistemas, y evaluaciones institucionales. Su enfoque participativo involucra a los diversos actores sociales, definiendo los elementos básicos para el sostenimiento respecto a sus vidas, como también las maneras prácticas de evaluar los cambios en las condiciones humanas y en el ecosistema. El estudio presenta las vías que combinan y estandarizan los diferentes indicadores, incluyendo formas de entrenamiento, de capacitación, y redes de comunicación para los practicantes de terreno involucrados en las actividades de evaluación. Otro ejemplo lo podemos apreciar en el trabajo "La construcción del desarrollo local como desafío metodológico", de Javier Marsiglia y Graciela Pintos. El presente

documento tratara de resumir algunas reflexiones referentes a estudios de metodologías que permitan evaluar el desarrollo sostenible en el ámbito local.

### **Gestión del Conocimiento en el Desarrollo Local**

El actual siglo, alimentado por los avances científico-tecnológicos de su predecesor, se caracteriza por la presión global hacia cambios que transforman la lógica de las sociedades industriales en la lógica de las sociedades del conocimiento. Hoy en día estamos viviendo en una sociedad de la información y el conocimiento. Los cambios globales implican transformaciones sustanciales en todas las actividades humanas, inclusive en la forma en que el desarrollo agrario y rural es practicado. En lo particular la agricultura moderna será sinónimo de agricultura científica, de una agricultura basada constantemente en la innovación. La cadena de valor de la Gestión del Conocimiento lo conforma los eslabones de su identificación y captura así como su transformación para hacerlo accesible y reciclable y por lo tanto se están haciendo esfuerzos por definir cómo adquirirlo, representarlo, retenerlo y administrarlo.

La información está compuesta de datos y hechos organizados, el conocimiento consiste en verdades y creencias, perspectivas y conceptos, juicios y expectativas, metodologías y "know-how". El nivel más bajo de los hechos conocidos son los datos. Los datos no tienen un significado intrínseco. Deben ser ordenados, agrupados, analizados e interpretados. Cuando los datos son procesados de esta manera, se convierten en información. La información tiene una esencia y un propósito. Cuando la información es utilizada y puesta en el contexto o marco de referencia de una persona, se transforma en conocimiento. El conocimiento es la combinación de información, contexto y experiencia.

La Gerencia del Conocimiento es el proceso de administrar continuamente conocimiento de todo tipo para satisfacer necesidades presentes y futuras, para identificar y explotar recursos de conocimiento

tanto existentes como adquiridos y para desarrollar nuevas oportunidades. Otro enfoque relacionado con la Gerencia del Conocimiento implica que esta envuelve la identificación y análisis del conocimiento tanto disponible como el requerido, la planeación y control de acciones para desarrollar activos de conocimiento con el fin de alcanzar los objetivos organizacionales.

### **Enfoque sistémico del desarrollo local**

En el documento "Procedimientos de gestión para un desarrollo sustentable", Dourojeanni (1997) expresa que el principal desafío que enfrentan los gobiernos - desde los niveles municipales o microregionales hasta los niveles nacionales -, es el de saber cómo diseñar y aplicar sistemas de gestión capaces de fomentar y conciliar tres grandes objetivos que en teoría llevarían al desarrollo sustentable: el crecimiento económico, la equidad (social, económica y ambiental) y la sustentabilidad ambiental. Libero van Hemelryck, en el manual "Enfoque sistémico y Desarrollo Local" (Escuela de Planificadores Sociales, SUR), realiza una caracterización de lo local definiendo que "el espacio local, en tanto sistema, se compone de un conjunto de subsistemas en interacción dinámica entre sí y con su medio ambiente, cuya finalidad es la satisfacción de necesidades."

El enfoque sistémico (multidisciplinario, interdisciplinario y transdisciplinario) implica abordar la problemática del desarrollo local desde la perspectiva de todos los elementos que conforman el sistema en interacción con su entorno, lo que implica necesariamente considerar múltiples dimensiones interactuando en un territorio dado: económicas, sociales, políticas, institucionales, culturales etc. Son dimensiones que se condicionan mutuamente. El desarrollo local se plantea como una estrategia integradora, que incluye todos los aspectos de la vida local.

El enfoque sistémico implica generar un proceso orientado hacia la cooperación y negociación entre actores. El enfoque del desarrollo local pone el énfasis en una nueva cultura organizacional, en un nuevo proceso en el que diversos actores (gobiernos locales, empresas, organizaciones sociales) unen sus

fuerzas y recursos para conseguir nuevas formas de cooperación con el fin de estimular las iniciativas locales y concretarlas. En esta perspectiva, llamamos “actores” no solo a las personas o instituciones que desarrollan acciones directas en el territorio, sino también a todas las estructuras, organismos y personas que, por misión o acción, tienen un lugar y un papel en los engranajes de los intercambios locales. Son actores y agentes todos los que toman decisiones que afectan al territorio. Esto significa que el desarrollo local es un proceso orientado. Conlleva, por tanto, una dimensión voluntaria y organizativa, de diseño y puesta en marcha de políticas y estrategias de desarrollo local, en un esfuerzo a mediano y largo plazo dirigido a fortalecer las capacidades de las sociedades locales a partir de la proyección del Perfil Tecnológico - Medioambiental local el cual está encaminado a la formulación de los planes de desarrollo agrario y rural a partir de una adecuada integración de los diagnósticos existentes (sistema de información - tecnológica medioambiental agrario y rural) y de la introducción de indicadores de sostenibilidad que tengan en cuenta no solamente las variables medidas en términos de valor físico, sino las externalidades de los procesos productivos, la plataforma tecnológica, la conservación de los recursos, la diversidad cultural y ecosistémica.

Es necesario decir que el desarrollo local y regional implica articular proyectos locales con políticas de carácter nacional o global, que se ubican en el marco general de las condiciones económicas e institucionales del país, logrando una sinergia en el desarrollo de la sociedad.

El principal desafío en el desarrollo local lo enfrentan los actores sociales decisores y agentes del desarrollo en su proceso de fortalecimiento de las capacidades gerenciales. Las relaciones interdisciplinarias e interinstitucionales (Universidad, Entidades Públicas, ONGs, Instituciones Especializadas, etc.) a través de una retroalimentación mutua permitirán el perfeccionamiento continuado (trabajo en redes) del sistema de información y comunicación para el desarrollo, lo que implica conocer las limitaciones que tiene la comunidad par

tener acceso a la comunicación para el desarrollo y promover el perfeccionamiento de los medios de comunicación e información rural, generando un sistema de comunicación para el desarrollo rural suficientemente estructurado, dotado de una estrategia de actuación clara, con planes de trabajo bien integrados y con recursos humanos y materiales suficientes para su pleno funcionamiento y apoyado en un sistema de seguimiento y evaluación de las actividades de la comunicación rural.

Es así que, para buscar definir el concepto de Desarrollo Local Sostenible, traigo a colación una cita extraída del manual de capacitación *Gestión de Iniciativas de Desarrollo Económico Local*, de la Fundación Friedrich Ebert, con sede en Santiago de Chile:

Durante años, los municipios rurales hemos luchado por proveer de servicios básicos a nuestra población. Hoy podemos decir que la mayor parte de nuestros habitantes tienen luz eléctrica y también agua potable, y vamos avanzando bien con el asunto del alcantarillado. Hay mucho resuelto, pero la gente se está endeudando y le cortan la luz y el agua que no pueden pagar, porque no hay fuentes de trabajo que den el empleo que se necesita para vivir con dignidad. Los jóvenes se van, emigran a la ciudad: ¿Para quién va a servir el alumbrado y el agua potable cuando ya no quede nadie aquí?

Estas palabras del alcalde de una apartada comuna rural en Chile son sumamente ilustrativas. No solo indican cuál debería ser siempre el fin último de cualquier estrategia de desarrollo, el bienestar de la población, sino que, además, señalan la estrecha relación entre las dimensiones social y económica del desarrollo. Es ahí donde se evidencia con toda claridad la brecha entre un discurso centrado en cifras macroeconómicas y la realidad concreta en la que vive gran parte de la población en América Latina, y a pesar de la estabilidad macroeconómica y altas tasas de crecimiento nacional, vastas zonas no se han podido acoplar al “tren del desarrollo”.

La cita es representativa para muchos lugares, en Chile u otros países, donde la globalización neoliberal en sus diversas manifestaciones hace principalmente sus estragos sociales, no sólo en las áreas rurales sino también en zonas urbanas y periurbanas.

nas. Es imperativo avanzar hacia el monitoreo, seguimiento y evaluación del desarrollo sostenible. Muchas alternativas van en busca de esa satisfacción social.

Una de las alternativas propuestas por Dourojeanni implica la integración de estos tres objetivos: el crecimiento económico, la equidad (social, económica y ambiental) y la sustentabilidad ambiental. Esta alternativa debe lograr la armonización de estos tres objetivos a partir de un conjunto de algoritmos de trabajo: el crecimiento económico (representado por el proceso de materialización), la equidad (representada por las transacciones) y la sustentabilidad ambiental (representada por la posible respuesta del ámbito a las intervenciones) caracterizada por la incorporación de la dimensión ambiental y a la integración de distintas disciplinas o áreas temáticas. Esta alternativa, que por su naturaleza es compleja, requiere recurrir a otros métodos para facilitar la participación de los actores sociales. Los resultados de esta intención no va más allá de la formulación de programas y proyectos para la solución de los conflictos ambientales en el procedimiento de la gestión para un desarrollo sustentable.

### **Medir el desarrollo local sostenible**

La medición del desarrollo sostenible de forma global (índice) en el ámbito local (indicadores), implica esclarecer y exponer las diversas formas de su expresión, evaluación e interpretación. En el caso específico de la medición del desarrollo humano (el concepto), a través del Índice de Desarrollo Humano u otros alternativos (los índices) en los países (las unidades de análisis), la situación ha sido resaltada al señalarse el amplio margen de variación que puede tener la posición comparativa de un país con otros, en dependencia de la forma de construir y calcular el índice. Luego, la posición relativa de un país – o de cualquier espacio territorial – respecto a otro en cuanto a su desarrollo humano, o a su equidad, no es inequívoca: depende de cómo sean conceptualizados y medidos el desarrollo humano y la equidad, según Martínez (1997.) Dado un concepto establecido, se puede definir un indicador

como un instrumento de medición construido teóricamente para ser aplicado a un conjunto de unidades de análisis con el propósito de producir un número que cuantifica el concepto asociado a ese colectivo (ROJAS, 1994).

Asimismo, tal definición es válida para un índice, si se considera como tal el resultado sintético de un conjunto de indicadores. Por ende, para un mismo conjunto de elementos evaluados según un mismo concepto, se puede obtener variados resultados que dependerán de la construcción teórica subyacente en el diseño del indicador o del índice, el cual no es ajeno a la subjetividad (ni a la intencionalidad) de quien lo construye. El indicador no tiene sólo un afán evaluador aislado, sino que se inscribe en el marco del mejoramiento de la gestión, ocupando un lugar importante en lo que se denomina “planificación estratégica”.

Esto es generalizable a una “virtud” que han de cumplir los indicadores: no pueden estar aislados, sino que deben incorporarse en un marco mayor, en un sistema, en una política global. En el fondo, se afirma que la gestión no debe ser útil al indicador sino el indicador útil a la gestión, recordando que éste es sólo un elemento técnico parte de un proceso. Por un lado, indicadores demasiado agregados no presentan mucha utilidad, dado que la realidad es demasiado heterogénea. Es preferible generar indicadores para realidades acotadas, pero más explicativos. Por otro lado, los indicadores deben ser comparables en algún grado para poder generar información que relacione diferentes gestiones, y eso supone algún grado de agregación. No debe olvidarse, sin embargo, que en una realidad tan heterogénea como la latinoamericana existe el riesgo de comparar lo incomparable, por afanarse en generalizar.

Índice de desarrollo humano - 2001					
IDH: clasificación global		Espectativa de vida (años)	Alfabetizados (% edad: 15 años y más)	PIB per capita (PPP US\$)	Índice de Desarrollo Humano
34	Argentina	73.9	96.9	11,320	0.849
40	Uruguay	75.0	97.6	8,400	0.834
42	Costa Rica	77.9	95.7	9,460	0.832
43	Chile	75.8	95.9	9,190	0.831
<b>52</b>	<b>Cuba</b>	<b>76.5</b>	<b>96.8</b>	<b>5,259</b>	<b>0.806</b>
55	México	73.1	91.4	8,430	0.800
56	Antigua y Barbuda	73.9	86.6	10,170	0.798
59	Panamá	74.4	92.1	5,750	0.788
65	Brasil	67.8	87.3	7,360	0.777
69	Venezuela	73.5	92.8	5,670	0.775
	<i>América Latina Y Caribe</i>	<b>70.3</b>	<b>89.2</b>	<b>7,050</b>	<b>0.777</b>

Tabela 1: IDH en América Latina y Caribe (fuente: www.undp.org)

El índice de Desarrollo Humano y el índice de Sustentabilidad Ambiental han sido propuestos para medir el desarrollo. A partir de 1990, El Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) ha emitido, anualmente, el Informe sobre Desarrollo Humano, con el objetivo de definir el desarrollo y abordar las formas de medirlo y compararlo. Por otro lado, el Forum Económico Mundial ha recientemente desarrollado el Índice de Sustentabilidad Ambiental (Environmental Sustainability Index - ESI), el cual pretende medir el progreso hacia la sustentabilidad ambiental.

La seguridad alimentaría como elemento consustancial del desarrollo sostenible resulta un espacio que se caracteriza más por una vulnerabilidad e inseguridad alimentaría, que por la propia seguridad alimentaría la cual requiere su medición y evaluación. El desafío está en la búsqueda de los indicadores que puedan representar el índice de desarrollo local teniendo en cuenta los tres subsistema. La intención nuestra en el desarrollo local sostenible aborda la problemática de la seguridad alimentaría, la sustentabilidad ambiental y el desarrollo humano local como subsistemas para tener una visión del proceso (estabilidad y cambio) del desarrollo local sostenible.

### Desarrollo Humano Local en Cuba

El Desarrollo Humano es un proceso en el cual se amplían las oportunidades del ser humano. Su conceptualización se ha ido perfeccionando e enriqueciendo, y su medición involucra diferentes niveles: nacional, regional, y se ha mismo recomendado estudios e instrumentación a nivel municipal. Una investigación sobre el Desarrollo Humano se hizo en Cuba, en el 1996, por el PNUD. Los resultados obtenidos en la evaluación a nivel de provincia se reflejan a continuación:

El Índice de Desarrollo Humano y Equidad se aplica a escala de los países de América Latina y el Caribe, en tanto el Índice Territorial de Desarrollo Humano y Equidad se destina a las provincias del país como unidades de análisis. El Índice de Desarrollo Humano y Equidad está conformado por 11 indicadores, los cuales abarcan 3 componentes: la ubicación relativa media de los países según el logro de aspectos relevantes del desarrollo humano, la equidad relativa media de los grupos humanos dentro del país y la equidad en el impacto del ingreso en el desarrollo humano. El Índice Territorial de Desarrollo Humano y Equidad está integrado por 8 indicadores trazadores vinculados a igual número de dimensiones.

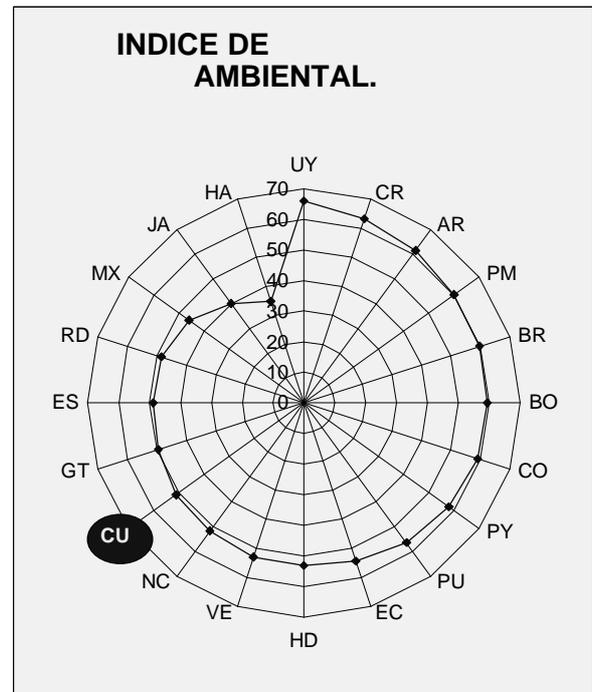
Provincia	IDH
Granma	0,3724
Las Tunas	0,4348
Camagüey	0,4641
Guantánamo	0,4661
Holguín	0,4932
Santiago de Cuba	0,5194
Pinar del Río	0,5382
Ciego de Ávila	0,6249
Sancti Spíritus	0,6492
Habana	0,6748
Matanzas	0,6796
Villa Clara	0,6856
Cienfuegos	0,7203
Ciudad Habana	0,7278

**Tabela 2:** Índice de Desarrollo Humano 2000 - Provincias de Cuba

En el caso del desarrollo local a nivel municipal, la identificación y selección de las dimensiones e indicadores estará en función de su capacidad, intensidad y movilidad así como criterios de calidad y equidad. Los subsistemas a nivel local estarán conformado por un conjunto de variables y estas a su vez en indicadores de sostenibilidad generales, específicos y propios para su seguimiento y evaluación.

En cuanto a la sostenibilidad ambiental, los estudios realizados por el Forum Económico Mundial (2002) en esta dirección han dado como resultados la identificación de cinco componentes, 20 indicadores y 68 variables. Los componentes algunos de ellos permeado por el subjetivismo asociado a una ideología del primer mundo, lo que permite identificar índice de sustentabilidad que reflejan el desarrollo de su poderío económico. Las dimensiones que son objetos de estudio están encaminadas a evaluar los Sistemas Medioambientales, los Impactos Ambientales, la Vulnerabilidad Humana, la Capacidad Social e Institucional y la dimensión referida al Compromiso Global en la cooperación con otros vecinos para manejar los problemas medioambientales comunes. Se exponen los resultados del año 2002 donde Cuba aparece en el lugar 59 a nivel

mundial y ocupa el lugar 14 con respecto a 20 países de la región ignorando la realidad tangible de avance que ha experimentado Cuba a pesar de las limitaciones económicas de los últimos 10 años y de dentro del marco de Río +10.



**Figura 1:** Índice de Sustentabilidad Ambiental 2002. América Latina y Caribe ([www.ciesin.columbia.edu/indicators/ESI](http://www.ciesin.columbia.edu/indicators/ESI))

Todavía, hay que considerar también el factor "seguridad alimentaria". Según la definición de la FAO (1992), el objetivo de la seguridad alimentaria es garantizar a todos los seres humanos el acceso físico y económico a los alimentos básicos que necesitan. Esta definición comprende tres aspectos diferentes: disponibilidad, estabilidad y acceso. El enunciado de la definición es claro en términos de seguridad alimentaria individual, y puede afirmarse que es la definición que más sentido tiene; de hecho, algunos dirían que es la única que lo tiene. La definición de seguridad alimentaria familiar, aceptada por el Comité de Seguridad Alimentaria Mundial, perfecciona la definición anterior de la manera siguiente: "acceso material y económico a alimentos suficientes para todos los miembros del grupo familiar."

Para estimar el grado de seguridad alimentaria de un país, una región, una

aldea o de determinados hogares o personas, se deben encontrar medios adecuados que permitan cuantificar estas nociones complejas de suficiencia, estabilidad y acceso. En este ambiente está por identificar, en el caso de Cuba, las dimensiones, indicadores y variables que generen un índice de seguridad alimentaria que permita comparar sus resultados con los diferentes países.

### Reflexión final

La intención es buscar una alternativa más para lograr el monitoreo, seguimiento y evaluación del desarrollo local sostenible. Los principales retos y desafíos están en la lectura de lo conceptual, de lo teórico y de lo práctico en su instrumentación. La identificación de los ecosistemas que caracterizan lo local y que le da su personalidad estratégica con la participación de los actores sociales decisores le confieren el principal componente de evaluación de la sostenibilidad. Los diferentes subsistemas de evaluación del desarrollo local sostenible mutuamente se complementan. Disponer de un sistema de información y conocimientos de una localidad permite generar el proceso de administrar continuamente de información y conocimiento de todo tipo para satisfacer necesidades presentes y futuras, para identificar y explotar recursos de conocimiento tanto existentes como adquiridos y para desarrollar nuevas oportunidades que permitan consolidar el desarrollo sostenible de forma endógena.

### Bibliografía

- DOUROJEANNI, Alex. *Reflexiones sobre estrategias territoriales para el desarrollo sostenible*. Santiago: CEPAL, 1996.
- DOUROJEANNI, Alex. *Procedimientos de gestión para un desarrollo sustentable (aplicable a municipios, microrregiones y cuencas)*. Santiago: CEPAL. Serie Medio Ambiente y Desarrollo, 1997.
- FAO. Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. *Criterios para la vigilancia del acceso a los alimentos y de la seguridad alimentaria familiar*, 1992.
- FURNTRATT-KLOEP, Ernest Fidel. *Equidad, Justicia Social y Democracia*. La Habana: PapyRosa-Verlag, 1996.
- GÖSKE, J. *Desarrollo Territorial: Hacia un Enfoque Sistémico e Integrador*. Santiago: Fundación Friedrich Ebert, 2001.
- KENNETH, Dahlberg. La amenaza global a la seguridad alimentaria. In: *La era urbana*. v. 5, n. 3, 1998.
- MAYA, A. Á. *Desarrollo Sostenible. Aproximaciones Conceptuales*. Quito: Fundación Natura, 1995.
- MARTÍNEZ, O. *Investigación sobre el Desarrollo Humano en Cuba (1996)*. La Habana: CIEM/PNUD. 1997.
- MUSTAFA, Koc; MACRAE, Rod; MOUGEOT, Luc; WELSH, Jennifer. *For Hunger-Proof Cities*. Ottawa: International Development Research Centre - IDRC, 1999.
- HEMELRYCK, Libero van. *Enfoque sistémico y Desarrollo Local*. Santiago: Escuela de Planificadores Sociales - SUR, 1999.
- ROJAS, F.; LÓPEZ, C.; SILVA, L. C. *Indicadores de salud y bienestar para Municipios Saludables*. Washington: OPS/OMS, 1994.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *Pilot Environmental Performance Index*. New Haven: Yale Center for Environmental Law and Policy, 2002.

# Agricultura sustentável e política pública de pesquisa e desenvolvimento: o caso de Cuba

## Sustainable Agriculture and Public Policy for Research and Development: the case in Cuba

### *Agricultura sustentable y política pública de pesquisa y desarrollo: el caso de Cuba*

Lázaro Camilo Recompensa Joseph<sup>a</sup> e Adolfo Ramos Lamar<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Universidade Católica Dom Bosco e <sup>b</sup>Universidade Regional de Blumenau (FURB)

contato: camilojoseph@hotmail.com

**Resumo:** A utilização do progresso científico e tecnológico é chave para o desenvolvimento sócio-econômico de qualquer país. No caso de Cuba, isso se manifestou, entre outros aspectos, na grande preocupação do Estado em fortalecer a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e o Ensino Superior agropecuários. O presente trabalho tem como principal objetivo abordar o papel da Política de P&D na agropecuária como via para alcançar o desenvolvimento sustentável e sua relação com o Meio Ambiente em Cuba no período pós-revolução (1959-2000).

**Palavras-chave:** Pesquisa e desenvolvimento agropecuário; agricultura sustentável e meio ambiente; políticas públicas.

**Abstract:** The utilization of scientific and technological progress is the key to the social and economic development of any country. In the case of Cuba, this has been manifested, amongst other aspects, in the great concern of the State for the strengthening of Research and Development (R&D) and the University Teaching of agriculture and cattle raising. The work in hand has as its main aim examining the role of the Policy of R&D in agriculture and cattle raising as a way of reaching sustainable development and its relation to the Environment in Cuba in the post-revolution period (1959-2000).

**Key words:** Research and development in agriculture and cattle raising; sustainable agriculture and environment; public policies.

**Resumen:** La utilización del progreso científico y tecnológico ha sido una herramienta clave para el desarrollo socioeconómico de los diferentes países. En el caso de Cuba esto se manifestó, entre otras cosas, como una grande preocupación del Estado en fortalecer la Investigación y el Desarrollo (I+D) y la enseñanza superior agropecuaria. El presente trabajo tiene como objetivo abordar el papel de la Política de I+D en la agropecuaria como vía para alcanzar el desarrollo territorial sustentable y su relación con el Medio Ambiente en Cuba en el periodo pos revolución (1959-2000).

**Palabras claves:** Investigación y desarrollo agropecuario; Agricultura sustentable y medio ambiente; Políticas públicas.

## Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: considerações preliminares

A década de 80 representou, para os países desenvolvidos, um período de profunda transformação do sistema de produção, circulação e consumo de bens e serviços, em âmbito internacional. Os avanços das tecnologias de informação e as novas formas de organização intra e interempresas põem em discussão o valor explicativo de conceitos tradicionais como o de produtividade diante de outros conceitos, como “flexibilidade” ou “competitividade”.

Neste novo contexto, adquirem relevância a elevação de qualidade dos produtos, a superioridade na tecnologia de processo e a organização produtiva. A supremacia industrial não depende só da tecnologia, mas também da superioridade do gerenciamento de produção (OECD, 1992). O antigo padrão produtivista cede lugar a um padrão diversificado “qualitativo” e de dinâmica competitiva.

Este processo de mudança produtiva acontece acompanhado pela emergência de novos valores em escala social, que tendem a variar o comportamento dos consumidores finais, assim como o tipo de produtos consumidos. Aspectos tais como a qualidade do meio ambiente são progressivamente

integrados ao mundo da produção, que não pode correr o risco de entrar em conflito com a demanda dos consumidores. Este processo obriga, ao mesmo tempo, a uma melhora das relações entre as formas técnicas de produção e o meio ambiente em que elas atuam; processo ao qual Cuba não está alheia.

A preocupação com o meio ambiente entra na agenda mundial a partir dos anos 70, com o reconhecimento de sua gravidade e urgência quando, em meio à crise econômica, percebe-se que o modelo de desenvolvimento produtivista do período de pós-guerra havia originado problemas de outra natureza, como, por exemplo, os elevados níveis de contaminação ambiental – altamente comprometedores da qualidade de vida em geral – e o alto risco de esgotamento dos recursos naturais.

A polêmica propriamente dita iniciou-se com o alarme dado pelo Clube de Roma<sup>1</sup>, cujo estudo intitulado “Limites de Crescimento” (1970) apresentou um cenário bastante preocupante acerca do esgotamento dos recursos naturais e, portanto, dos sérios limites físicos ao crescimento econômico. “Limites ao Crescimento” ganhou rápida repercussão mundial, desencadeando uma série de reações críticas ao que foi considerado seu tom apocalíptico, com a tese de crescimento

(populacional e industrial) zero, a qual parecia confirmar as teses mais pessimistas dos chamados *eco-centristas*. (TURNER, 1987).

A partir de 1972, ano em que se realiza a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, o debate sai do marco acadêmico para alcançar o circuito governamental multilateral, com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

O estudo que mais se destacou, no plano internacional, na década de 80, foi "Nosso Futuro Comum", de 1987, o qual acolhe a idéia de desenvolvimento sustentável e assim o define: "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender suas próprias necessidades".<sup>2</sup> O estudo enfatiza a problemática da interdependência do crescimento econômico das diferentes nações do mundo, a longo prazo. Assim, em "Nosso Futuro Comum", refuta-se a tese dos limites físicos ao crescimento, além de se conferir grande destaque ao "fato de que a degradação ambiental está associada em grande medida à situação de pobreza apresentada nos países em desenvolvimento, daí a necessidade de se identificar e definir interesses comuns".

O fato que muito preocupou os países em desenvolvimento é que o diagnóstico apresentado por "Nosso Futuro Comum" sugere a necessidade de uma maior cooperação entre "pobres e ricos". A preocupação concerne o tipo de cooperação sugerida, a fim de evitar ingerências indevidas por parte dos países desenvolvidos (cujos recursos naturais já foram degradados por conta do próprio desenvolvimento), agora interessados em fixar regras para um adequado tratamento do meio ambiente "alheio".

Um grande momento do debate mundial sobre o meio ambiente foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. No ECO-92 adotaram-se alguns princípios orientadores das políticas de meio ambiente, sobretudo aqueles direcionados a problemas de repercussão global, como as Convenções acerca das Mudanças Climáticas (efeito estufa) e sobre a Biodiversidade.

O consenso em torno da orientação para o desenvolvimento sustentável não foi o suficiente para viabilizar acordos internacionais de maior alcance, e muitos casos resultaram em "cartas de intenção", sem metas e prazos precisos. Por outro lado, reconhece-se a necessidade de financiamento adequado para os países em desenvolvimento encaixarem-se nessa nova trajetória de desenvolvimento. Da "Declaração do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente", destacam-se os seguintes princípios:

- Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integral do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada exógena a este processo.
- Todos os Estados e todos os povos devem colaborar na tarefa essencial de erradicação da pobreza como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, para diminuir as disparidades nos padrões de vida e satisfazer melhor as necessidades da maior parte das pessoas do mundo.
- A situação e as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, particularmente os menos desenvolvidos e aqueles mais vulneráveis do ponto de vista ambiental, devem ter prioridade especial. As ações internacionais em relação ao meio ambiente e desenvolvimento devem atender ao interesses e às necessidades de todos os países.

Em resumo, o debate mundial sobre meio ambiente conduz a um novo estilo de desenvolvimento, que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, cujo alcance somente pode ser viável por um esforço conjunto de países ricos e pobres. Em outras palavras, a "chave mágica" para chegarmos a um futuro melhor denominou-se "desenvolvimento sustentável".

### **Otimismo científico tecnológico, agricultura e meio ambiente**

A P&D e a própria relação com o Meio Ambiente, nos países subdesenvolvidos, inserem-se num contexto sócio-econômico e político que se diferencia muito do existente nos países desenvolvidos. Em sentido geral,

a produção agropecuária destes países não se caracteriza por adotar, maciçamente, os avanços de ciência e a tecnologia, e em muitos casos o mercado interno não pressiona para transformar radicalmente tal situação. Nestes países, as atividades das instituições de pesquisa e desenvolvimento dependem – mais ainda do que no caso dos países centrais – da política do Estado. Nesse contexto, Vacarezza (1999) ressalta, de forma pertinente, a necessidade de se refletir criticamente sobre C&T na América Latina.

Em Cuba, uma das primeiras tentativas para fomentar a pesquisa agropecuária foi a fundação do Instituto de Pesquisas Químicas de Havana, em 1848. Com essa instituição, os cientistas Vilaseca e Alvaro Reynoso tentaram difundir na agricultura cubana, particularmente canavieira, tecnologias e conhecimentos agroquímicos que estavam adquirindo grande importância na Europa e na América. Porém, o modelo de “crescimento para fora” impediu o êxito desta e outras tentativas de internalização da pesquisa agropecuária no país. Um século após o trabalho de Vilaseca e Reinoso, na década de 1950, havia, em Cuba, uma única instituição deste tipo: a Estação Agronômica de *Santiago de las Vegas*.

Desde 1492, com a descoberta do Novo Mundo, as terras de Cuba foram exploradas e saqueadas pela Espanha, até o triunfo da Revolução em 1959. O país sofreu quatro séculos de exploração como colônia, o que lhe trouxe, entre outras consequências, a redução da área florestal de 95 para 54% do território nacional. A partir de 1900, o desenvolvimento açucareiro provocou a devastação acelerada dos recursos naturais, a ponto de, em 1959, a situação ambiental do país caracterizar-se pela degradação e erosão dos solos, águas, relevo e vegetação; com a redução da área florestal a 14%, ocorreu uma importante perda da diversidade biológica, impossível de ser novamente recuperada.

A este quadro somavam-se as condições deploráveis de saúde da população, devido à má qualidade dos serviços nesta esfera, tanto preventivos quanto de assistência aos sérios problemas sociais associados à extrema pobreza, discriminação de raças e de sexo, desigualdade social, analfabetismo

e exploração em geral. A partir do ano de 1959, o projeto governamental revolucionário define-se especialmente pelo seu caráter humanista e caracteriza-se pelo fato de, desde seus primórdios, haver traçado como principal objetivo a elevação do nível e da qualidade de vida do povo, princípios sobre os quais sustenta-se, atualmente, o processo de desenvolvimento do país.

Assim, a partir daquele momento, Cuba adotou um modelo de organização das atividades de pesquisa e desenvolvimento, similar ao dos países socialistas, e conhecido como “modelo linear”. Esse modelo procurava articular as instituições de pesquisa através de formas organizacionais e de planejamento, e buscava a promoção de vínculos entre essas instituições e o setor produtivo. O resultado foi o oferecimento de consideráveis somas de conhecimento em ciência e tecnologia, ao longo de três décadas (RECOMPENSA, 2001).

Deve-se observar, a partir de finais da década de 1970, a formação dos complexos agroindustriais (CAI), que buscavam a integração técnica e intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Tal integração só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Dentre os elementos que conformam o CAI, destacam-se:

- Um dado padrão de desenvolvimento tecnológico, o qual tem como referência indireta os princípios da Revolução Verde;
- Um estilo de inserção da agricultura no mercado internacional, marcado pelo aumento da participação das exportações cubanas de produtos agrícolas elaborados para os países socialistas;
- A atuação do Estado como financiador e articulador dos diferentes interesses, que gerencia e garante a direção das relações entre os agentes, conferindo-lhes dessa forma um certo “estilo” ao processo de modernização.

Em 1980, o parque de tratores da agricultura era quase nove vezes maior que o existente no período anterior à Revolução: de 9.000 tratores existentes no ano de 1959, o número elevou-se para 65.000 em 1980 (ROSSIE, 1987).

A difusão dos resultados de pesquisa e desenvolvimento na agropecuária foi orientada para a melhora da produção de gado leiteiro e cana de açúcar de acordo com os objetivos do país, o que era de grande importância para implementar os planos de elevar os padrões de saúde e de alimentação da população. Esta preocupação teve como uma de suas perspectivas teórico-metodológicas o “otimismo científico e tecnológico” que, na agricultura cubana, muito contribuiu para que predominasse o paradigma de uso intensivo de agrotóxicos, combustíveis, fertilizantes químicos e equipamentos nas atividades produtivas, educacionais e de pesquisa. Assim, na formação e educação dos cientistas e dos engenheiros, a discussão de questões relacionadas com o meio ambiente não tinha uma grande espaço. Como assinala o documento “Estratégia Ambiental Nacional”, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Cuba (1997):

Cometeram-se erros e deficiências, principalmente devido a uma consciência insuficiente de conhecimento e educação ambiental, à carência de uma maior exigência de gestão, à limitada introdução e generalização dos resultados da ciência e da tecnologia, e ainda à insuficiente incorporação da dimensão ambiental nas políticas, planos e programas de desenvolvimento, e à ausência de um sistema jurídico suficientemente integrador e eficiente [...].

Com a ajuda do bloco socialista, a fertilização química difundiu-se amplamente no setor agropecuário cubano, sobretudo no tocante ao denominado “complexo NPK” (nitrogênio, fósforo e potássio). De forma geral, na agropecuária, as atividades de pesquisa concentraram-se na busca de incrementos ao modelo de associar os altos rendimentos ao alto uso de fertilizantes químicos, à busca de novas variedades, aos concentrados protéicos, às instalações de confinamento animal e ao melhoramento genético.

Os rendimentos dos diferentes cultivos, das pastagens e das forragens dependiam, em larga escala, da fertilização química e da mecanização. Em função dos pacotes tecnológicos dominantes, o trabalho, na pecuária, concentrou-se nas gramíneas – família de plantas dentre as quais se destacam o trigo, o milho, a cana de açúcar, a guinea, a bermuda e a pangola. Ao final da década de 1980, a estrutura de pastagens e forragens do país estava formada em mais de 90% por

gramíneas (ROJAS et alii, 1991). Assim, nos cursos e/ou disciplinas como Agronomia, Zootecnia, Botânica, Botânica e Agroquímica, o trabalho relacionava-se fundamentalmente com as gramíneas.

Entretanto, apesar de terem um maior conteúdo protéico e de precisarem de menor quantidade de fertilização química, as leguminosas não foram priorizadas, pois eram consideradas difíceis de serem cultivadas nos trópicos e requeriam maiores cuidados agrotécnicos. Isso muito influenciou para que não fossem implementadas atividades de educação, produção e pesquisa relacionadas com as leguminosas.

Em outras palavras, o Estado elaborou e implementou uma política de transferência de tecnologia e de capacitação nacional para um modelo ou paradigma que se ancorava no uso intenso de conhecimentos, tecnologias, produtos e serviços associados à Revolução Verde. Durante muito tempo, eram principalmente quantitativos os indicadores usados na formulação, implementação e avaliação da pesquisa e ensino agropecuários; e considerava-se muito menos o impacto ambiental. Portanto, esse paradigma influenciou nos currículos das instituições educacionais cubanas. Sob a influência do modelo “linear de inovação” que teve grande popularidade nos países capitalistas e socialistas, na maioria das empresas agropecuárias não se realizava P&D, que se aplicavam principalmente em instituições especializadas ou em instituições de Ensino Superior que tinham centro de pesquisas, como é o caso do Instituto Superior de Ciências Agropecuárias de la Habana (ISCAH), atual Universidad Agraria de la Habana.

Com a industrialização da agricultura e a constituição dos CAI emerge toda uma nova problemática vinculada ao entorno estrutural e político do novo padrão agrícola, em relação a:

- Sua continuidade e perspectiva futura;
- Os mercados (interno e externo);
- Os preços;
- A tecnologia;
- O financiamento;
- A propriedade da terra;
- As políticas agrícolas.

Em finais da década de 80, a noção de

Complexo Agroindustrial é questionada, uma vez que os elementos básicos que lhe deram sustentação sofrem profundas alterações com o desaparecimento dos blocos socialistas.

### Desenvolvimento sustentável e meio ambiente na agropecuária cubana

A estratégia de Cuba com relação ao meio ambiente evidencia a necessidade de uma política ambiental íntegra, um sistema que se manifesta de modo congruente em relação às estratégias de desenvolvimento e, portanto, parte de uma política para um avanço econômico e social sustentável que se apóia em três pilares fundamentais: a equidade social, o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente (SANTOS, 2001).

Não se deve idealizar tal situação, pois, de fato, nem sempre houve cuidado para com a dimensão ambiental (aspecto ressaltado anteriormente neste mesmo trabalho). Inclusive, hoje, as decisões tomadas sobre os processos de desenvolvimento econômico costumam ser objeto de debate, em razão dos efeitos ambientais que dele decorreram. A educação e a consciência sobre o tema são insuficientes por parte de muitos dos sujeitos sociais envolvidos nos processos.

A partir dos anos 90, desenvolve-se uma maior compreensão desses aspectos. No ano de 1993, aprova-se o Programa Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma adequação nacional da Agenda 21; em 1994 cria-se o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, e a aprovação quase simultânea, em 1997, da Lei do Meio Ambiente e a Estratégia Ambiental Nacional.

Uma análise deste período e seu impacto na política ambiental cubana podem mostrar alguns fatos interessantes e conflituos. A crise e queda do bloco socialista significaram, para Cuba, deixar de contar com a principal fonte de recursos para seu desenvolvimento e, em particular, o que é o interesse do trabalho: "a morte" de um paradigma de uso intensivo de recursos que em sua maioria eram importados. O estado atual do meio ambiente cubano pode ser inicialmente apresentado por meio do gráfico abaixo, que reflete a distribuição da propriedade de terras:



Fonte: Anuário Estatístico de Cuba, 2000.

A superfície total para a produção agrícola não canavieira cresceu a 4.791,7 mil hectares; dentre os quais 1.969,4 mil hectares correspondem a formas de produção estatal e 2.822,3 mil hectares à privada. Trabalham, na agricultura, mais de setecentas mil pessoas, correspondendo 33,4% ao setor estatal e 66,6% ao setor privado. Os cultivos se agrupam em permanentes e temporários. Entre os permanentes encontram-se a cana-de-açúcar, café, cacau, banana, frutas, pastos e forragens e cítricos; entre os temporários, arroz, raízes e tubérculos, fumo, hortaliças e outros.

Os setores cooperativos e camponeses constituem uma importante força do setor agrícola nacional, que agrupa mais de 32.800 produtores, principalmente de café, fumo, legumes, hortaliças e gado, que cultivam uma superfície superior a 300.000 ha. O setor rural tem sido objeto de importantes modificações estruturais durante os últimos dez anos, trocando as estruturas de propriedade da terra e desmembrando as macroempresas estatais em grande escala (milhares de hectares sob administração central) em Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), em pequenas granjas estatais assim como a entrega de terras em usufruto a particulares, só para mencionar as principais. As Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) são atendidas pelos Ministérios da Agricultura e do Açúcar respectivamente, concebidas sob o princípio de autogestão e com a característica inovadora de entrega da terra aos cooperativistas em usufruto permanente. Esta nova forma de propriedade ocupa atualmente a maior área de solos para a produção agrícola no país, tanto na agricultura de cana de açúcar quanto na dedicada a outros cultivos. A distribuição das terras conforme o seu uso é o que se vê abaixo:

Conceito	Área (ha)
Superfície agrícola	6.686.749
Superfície cultivada	3.701.459
Superfície de cultivos permanentes	2.606.136
Superfície de cultivos temporários	1.089.443
Superfície não cultivada	2.985.290
Pastos naturais	2.222.840
Terras ociosas	762.450
Superfície não agrícola	4.285.477
Florestas	2.924.931
Superfície não apta para a agricultura	464.864

Fonte: Anuário Estatístico de Cuba, 2000.

Paralelamente, a degradação dos solos cubanos reflete-se no gráfico abaixo, que mostra as categorias agroprodutivas do solo, obtidas a partir de um estudo efetuado segundo a média de rendimento de 35 cultivos perante fatores limitantes edáficos, variações climáticas, níveis tecnológicos e insumos.

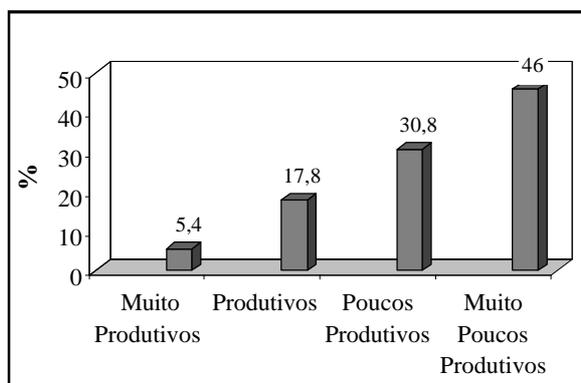


Fig. 2. Produtividade dos solos cubanos (em %) Fonte: MINAGRI, 1996.

O gráfico demonstra que, entre os solos cultiváveis, mais de 70% encontram-se nas categorias de pouco a muito pouco produtivos.

As áreas afetadas por processo de desertificação representam 14% do território (1.580.996 ha). No país, coincidem quatro dentre as principais causas identificadas mundialmente para o desenvolvimento dos processos que conduzem à desertificação e formação de desertos, semi-desertos e zonas áridas do mundo(1): manejo da água de irrigação, tecnologias de manejo de terras, manejo de gados e desflorestamentos. A

degradação do solo como resultado do mau uso e manejo da terra pelo homem é a causa fundamental no país.

A degradação do solo, conjugada aos ambientes secos e sub-úmidos secos, originou o seguinte quadro: 14,9% do total das terras estão afetadas pela salinidade; 43,3% pela erosão; 14,5% sofrem de ambos fatores e 7,7% apresentam degradação da vegetação.

Assim, a necessidade de encontrar alternativas razoáveis e “racionalizadas” melhorou, sem dúvida, a relação do país com o meio ambiente. Observa-se que, na década de 80, havia padrões consumistas e, inclusive, de desperdício, que se refletiram em outros fenômenos, como o uso exacerbado de produtos químicos na agricultura e consumos excessivos de energia.

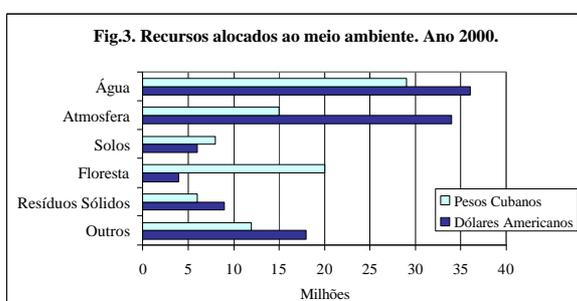
Aprovada pelo governo em 1997, a Estratégia Ambiental Nacional define os principais problemas ambientais do país e identifica os cursos de ação para sua solução ou mitigação. A partir daí, desenvolve-se e aplica-se um sistema de estratégias territoriais e setoriais. Atualmente, todos os territórios contam com uma estratégia adequada a suas particularidades e exigências. A seu tempo, os principais setores produtivos e de serviços têm suas estratégias setoriais específicas, como é o caso da mineração, da agricultura, do açúcar, da pesca, entre outros.

Economicamente procede-se de modo cada vez mais coerente. Segundo a Lei 81 de Meio Ambiente e Estratégia Ambiental Nacional, os investimentos destinados à proteção do meio ambiente são a pedra angular da gestão ambiental no país, orientada à mitigação e solução dos principais problemas ambientais existentes, tanto os relacionados aos solos e florestas, como à redução de carga contaminadora, a construção de sistemas e plantas de tratamento de águas residuais e de aquedutos. A respectiva alocação dos recursos financeiros é de responsabilidade dos organismos, empresas e autoridades ambientais, tanto em nível territorial quanto nacional, que elaboram as estratégias em função das prioridades ambientais, conforme é possível verificar no quadro abaixo:

Ano	Total de investimentos MP	Investimento com o Meio Ambiente	% do Total
1998	1.636.343	104.585	6,3
1999	1.429.422	215.460	15,1
2000*	1.746.587	138.447	7,9

Fonte: Relatório do Plano 2000 - Investimentos com o Médio Ambiente (MEP-CITMA, 2000.)

Estes investimentos contribuíram para que o país alcançasse, em 1999, entre outros resultados, níveis de redução nacional de aproximadamente 6,9% da carga contaminante, em termos de matéria orgânica biodegradável. A alocação de recursos de investimento realizada no plano do ano 2000 pode ser conferida abaixo:



A principal meta da política cubana, de grande complexidade, consiste em identificar e promover as vias para evitar repetição de erros nos processos de industrialização. Assim, promove-se um desenvolvimento econômico sem prejuízo do meio ambiente, com base nos princípios e instrumentos indicados, e outros que se vão incorporando com este fim.

Os inadequados padrões de consumo do mundo industrializado são os principais responsáveis pela má saúde ambiental do planeta. O mundo subdesenvolvido não pode aspirar a desenvolver-se repetindo estes modelos custosos e consumistas, para os quais seriam necessários recursos naturais de vários planetas como o nosso. Diante desta alternativa, a essência de uma política ambiental de sucesso não deve renunciar ao crescimento econômico e sim dotá-lo de um caráter harmonioso, que permita chegar a uma autêntica sociedade de bem-estar.

Ou seja, neste trabalho compartilha-se, com Sutz (1999), a idéia de que a inovação é uma das ferramentas que permitem

abrir oportunidades que a C&T fornecem para a solução de muitos problemas. Mas, é um processo que além dos aspectos científicos e tecnológicos, implica também questões sociais. Assim, se é na empresa que acontece a inovação, o ambiente nacional e os diversos atores também têm influência sobre ela. Na inovação confluem a educação e os processos permanentes de aprendizagem, as políticas de apoio às pequenas e médias empresas e materializam-se diversos valores políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais que influem no gerenciamento da pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

## Conclusão

O modelo de organização das atividades de pesquisa e desenvolvimento adotado por Cuba contribuiu à aparição do fenômeno denominado "defasagem": as instituições de P&D não estavam preparadas para dar uma resposta imediata às necessidades tecnológicas das empresas, geralmente de caráter urgente, por outro lado, as empresas tinham ao mesmo tempo ofertas do exterior que satisfaziam em tempo e forma as suas necessidades. A decisão de importar a tecnologia "altamente intensiva no uso de capital e muitas vezes degradante do meio ambiente" era inevitável.

Da forma como eram executadas a avaliação e seleção do(s) projeto(s) de pesquisa e desenvolvimento, ou seja, a transferência de tecnologia em Cuba, as instituições de pesquisa ficavam praticamente excluídas do processo de negociação e avaliação prévio a sua obtenção. Assim, a tomada de decisões e o uso dos mecanismos econômicos associados à transferência horizontal e vertical das tecnologias, como são os estudos de avaliação de impactos, econômicos, sociais e ambientais de projetos de pesquisa tornava-se totalmente ineficiente, o que não permitia uma adequação das novas tecnologias às possibilidades e condições nacionais.

Os órgãos responsáveis do processo da mudança tecnológica, o Comitê Estatal de Ciência e Tecnologia entre 1976-1980 e a Academia de Ciências de Cuba entre 1980-1989 não estavam envolvidos nem tentaram

envolver-se na concepção e instrumentação de procedimentos metodológicos que fixassem os principais elementos para uma política efetiva com relação ao cuidado do meio ambiente exigido pelo processo de desenvolvimento do país.

Ou seja, o Estado elaborou e implementou uma política de transferência de tecnologia e de capacitação nacional para um modelo ou paradigma que se ancorava muito no grande uso de conhecimentos, tecnologias, produtos e serviços associados à Revolução Verde. Durante muito tempo, os indicadores usados na formulação, implementação e avaliação da pesquisa e ensino agropecuários eram principalmente quantitativos e muito menos considerava-se o impacto ambiental. Portanto, este paradigma influenciou nos currículos das instituições educacionais cubanas.

#### Notas:

<sup>1</sup> O Clube de Roma é uma associação internacional conhecida por seus “modelos mundiais” utilizados em prognósticos de crescimento econômico, que colocam em ênfase os recursos naturais, a população e o meio ambiente.

<sup>2</sup> Este estudo também é conhecido como “Informe Brundtland”, denominação derivada do nome Gro Harlem Brundtland, primeira ministra de Noruega, que presidiu a comissão encarregada por este tema.

#### Referências bibliográficas

- ANUARIO ESTADISTICO DE CUBA. 2000.
- MINISTERIO DE CIENCIA TECNOLOGIA E MEIO AMBINETE (CITMA). *Panorama ambiental de Cuba 2000*. Disponível em: <<http://panorama.ama.cu>>. Acesso em: 2001.
- ORGANIZAÇÃO ECONOMICA DE COOPERACION PARA EL DESARROLLO (OECD). *Technology and the economy. The key relationships*. Paris, OECD Publications Service, 1992.
- RECOMPENSA, J. L. C. *A Organização, avaliação e seleção de projetos de P&D em diferentes economias*. Análises teórica e estudos de caso na agropecuária. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Campinas-SP, 2001.
- ROJAS, N et Ali. *Fitotecnia de los pastos y forrajes*. Ciudad Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1991.
- ROSSIE RODRÍGUEZ, R. *Economía de la empresa agropecuaria*. Editorial Ciencias Sociales, 1987.
- SANTOS, O. Medio Ambiente y Nación. In: *Ciencia, Innovación y Desarrollo*, v. 6, n. 2, 2001.
- SUTZ, J. Ciencia, Tecnología y Sociedad: argumentos y elementos para una innovación curricular. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 18, 1999. Ciencia, Tecnología y Sociedad ante la Educación.
- TURNER, R.K. Sustainable Global Futures. Common Interes, Interdependency, Complexity and Global Possibilities. *Futures*, v. 19, n. 5, p. 574-82, 1987.
- VACCAREZZA, L. S. Ciencia, tecnología y sociedad: el estado de la cuestión en América Latina. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 18, 1999. Ciencia, Tecnología y Sociedad ante la Educación.

## Alternativas para o desenvolvimento rural periurbano: o caso de Três Barras, no município de Campo Grande

Alternatives for rural development in the municipality of Campo Grande  
*Alternativas para el desarrollo rural en el municipio de Campo Grande*

Carlos José de Oliveira, Luis Carlos Vinhas Ítavo, Medson Janer da Silva e  
Maria Augusta de Castilho

Universidade Católica Dom Bosco

contato: itavo@ucdb.br

**Resumo:** Neste estudo, analisam-se caminhos para que pequenos proprietários rurais do município de Campo Grande explorem seus potenciais endógenos e despertem para iniciativas coletivas que levem a um implemento da qualidade de vida. Identificaram-se importantes alternativas, dentre as quais se destacam: o fortalecimento da instituição associativista, a criação de um laticínio-escola, a industrialização da produção local através da agroindústria rural de pequeno porte.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Pequena propriedade rural; Desenvolvimento local.

**Abstract:** In this study, ways are analyzed for small rural proprietors in the municipality of Campo Grande to exploit their endogenous potential and awaken to collective initiatives which lead to an increase in the quality of life. Important alternatives were identified, amongst them being: the strengthening of the institution of association, the opening of a school for dairy products, the industrialization of local produce by way of the small scale rural agro-industry.

**Key words:** Family Agriculture; Small Rural Property; Local Development.

**Resumen:** En este estudio, se analizan caminos para que pequeños propietarios rurales del municipio de Campo Grande exploren sus potenciales endógenos y se despierten para las iniciativas colectivas que los lleven a una implementación de vida con calidad. Se identificaron importantes alternativas, entre otras se destacan: el fortalecimiento de la institución asociativista, la creación de un laticinio escuela, la industrialización de la producción local a través de la agroindustria rural de pequeño porte.

**Palabras claves:** Agricultura familiar; Pequeña propiedad rural; Desarrollo local.

### Introdução

A região de Três Barras localiza-se a sudeste da cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, e origina-se da divisão da antiga Fazenda Três Barras, nome proveniente do deságüe de três córregos. A região caracteriza-se pela existência de pequenas e médias propriedades rurais (em meio a extensas glebas, comuns no município), pela boa fertilidade dos solos, pela proximidade de um centro urbano com 600.000 habitantes, bem como pela sua comunidade harmoniosa. Contudo, ocorrem ali problemas relativos ao desenvolvimento, inerentes também às demais pequenas propriedades rurais brasileiras.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) do município de Campo Grande identifica, na região de Três Barras, a remanescente da agricultura familiar em um de seus derradeiros focos de resistência, mas ressalta a ocorrência de um processo de depauperamento do solo e de comprometimento da fauna e da flora locais, assim como a constante diminuição da renda familiar originada exclusivamente da produção agrícola.

O que se observa, em diversos países,

nos dias de hoje, é que a área rural “vem se caracterizando como um espaço de pluriatividades e não mais apenas de produção agrícola, ou seja, de atividades muitas delas tipicamente urbanas, ligadas ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços e principalmente à agroindustrialização de pequeno porte”, como sustenta Prezotto (2001). Nessa perspectiva, segundo Fuller (apud CAMPANHOLA, 1999), a pluriatividade implica “uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências)”. Paralelamente, Shucksmith (citado por CAMPANHOLA e GRAZIANO, 1999) sustenta que a pluriatividade resulta de uma ou mais estratégias de famílias agrícolas para a diversificação de fontes de renda. Entre essas estratégias, incluem-se: a) a busca de novos mercados em resposta à flutuação de preços; b) as tentativas de redução de riscos; c) as mudanças no ciclo familiar; d) as mudanças na dinâmica interna da família; e e) as respostas à percepção de novas oportunidades de mercado.

Os princípios estabelecidos pela

Agenda 21 brasileira, em documento elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (2000), sustentam que todo projeto de desenvolvimento rural deve observar prioritariamente o capital social dos territórios, e não apenas promover unicamente o crescimento econômico da região. O próprio crescimento urbano, ocorrido em data recente, aumenta a procura por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. A proximidade em relação a centros urbanos de médio e grande porte pode ser uma vantagem para o desenvolvimento de áreas rurais periurbanas. Contudo, é preciso que as populações rurais dotem-se com os instrumentos e os conhecimentos necessários para que fortaleçam seu capital social e para que possam se tornar protagonistas da construção de seus novos territórios.

Assim, discute-se, hoje, um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de executor de atividades exclusivamente agrícolas, mas sim o de espaço privilegiado para a realização de pluriatividade. Nesse contexto, a elaboração de planos municipais de desenvolvimento e a participação de conselhos na discussão do processo de planejamento e orçamento municipal, direcionam seus esforços, atualmente, para a aplicação sustentável do potencial local, transformando a realidade de muitas regiões do Brasil às quais faltavam perspectivas de crescimento econômico e social. Nessa linha, muitos projetos foram desenvolvidos, resgatando-se a economia de localidades e também a cidadania dos moradores, com inegável fortalecimento dos espaços locais e do capital social existentes.

A pequena propriedade rural na região de Três Barras não difere muito das demais propriedades localizadas em outros estados brasileiros, pois se caracteriza basicamente pela baixa renda ocasionada, sobretudo, pelo reduzido grau de organização dos produtores e trabalhadores, assim como pela fragmentária política pública voltada para o campo. As pequenas propriedades são, entretanto, de grande importância para o conjunto do município de Campo Grande, pois os produtos agropecuários geram inúmeros empregos e reduzem custos sociais, além de contribuir

para o equilíbrio da dinâmica populacional.

Assim, o presente estudo, com base nos fundamentos teóricos e metodológicos de Desenvolvimento Local, busca identificar meios para que os pequenos proprietários rurais, agrupados em torno da Associação de Moradores e Produtores da região de Três Barras, possam se conscientizar de seu potencial endógeno, fornecendo-se igualmente, nessa mesma perspectiva, subsídios para propostas de políticas públicas destinadas à região.

### **Desenvolvimento em Escala Humana**

Como alicerce teórico, esta pesquisa adota o paradigma do desenvolvimento humano, por intermédio do qual os indivíduos reforçam suas próprias capacidades em campos distintos como o econômico, o social, o cultural ou o político. O desenvolvimento humano e a preservação do ambiente são garantias de oportunidades para as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável não faz sentido se não for capaz de eliminar a fome, a miséria e a indigência, se não permitir, a todas as pessoas, o acesso a uma qualidade de vida satisfatória. Ora, os indivíduos, de forma geral, possuem múltiplas capacidades em estado de latência, necessitando apenas de direcionamento e de oportunidades para a eclosão de seu próprio desenvolvimento. Contudo, cabe aos governos e à sociedade organizada, incentivar o espírito de solidariedade e de iniciativa que conduzam a uma distribuição equânime de bem estar entre todos, oportunizando também as mesmas condições para as gerações futuras (IPEA/PNUD, 1996).

Nessa perspectiva, observa-se que vem perdendo sua importância histórica aquela antiga dicotomia existente entre o espaço rural e o urbano, que qualificava o urbano como "locus" das atividades não-agrícolas – indústria e serviços – e que atribuía, ao rural, competência exclusiva em atividades agrícolas. O que se observa, nos dias de hoje, é uma crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e renda não-agrícolas, o que tem contribuído para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social (SILVA, 1996).

Todavia, em territórios rurais de nosso país, as ações decorrentes da organização coletiva de forças são aparentemente incapazes de levar a cabo processos de coordenação e de desenvolvimento. Os principais obstáculos decorrem da desconfiança dos atores sociais na sua própria capacidade de agenciar mudanças benéficas ao grupo, bem como da dependência em relação às políticas públicas, da baixa participação da sociedade civil em comissões, do reduzido grau de informação dos membros de tais comissões, além da exclusiva participação de homens, ao detrimento da presença de mulheres e de jovens (ABRAMOVAY, 1999).

Nesse contexto também se inserem as pequenas propriedades rurais de Três Barras, cuja renda é reduzida e limitada, sobretudo, pelo baixo nível de organização dos produtores e trabalhadores, assim como pela fragmentária política pública destinada ao campo. A agricultura familiar da região de Três Barras caracteriza-se, como em outros lugares, pelo fato de que a gestão da propriedade e o trabalho da terra são realizados pelo mesmo indivíduo, pois a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários, ainda que, muitas vezes, também se conte com trabalho assalariado complementar. Em tal estrutura organizacional, as decisões devem ser adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Ora, educação e produtividade são termos cuja proximidade parece óbvia para os que pensam em termos de desenvolvimento econômico e social. Um raciocínio simples parece sugerir que produzem melhor os que sabem mais; e que, conseqüentemente, uma das formas de melhorar a produção de bens e de desenvolver um país é aumentar a educação de seu povo. A melhor forma de educar um povo, se não a única, é através da criação de mais escolas, e do aumento dos anos de escolaridade, raciocínio que vale tanto para as áreas rurais quanto para as áreas urbanas (NUNES, 1997). Nesse processo, a educação constitui o fator de desencadeamento da competência endógena que poderá induzir a população ao desenvolvimento, sobretudo no tangente aos segmentos mais carentes e margina-

lizados (ÁVILA, 1999). Todavia, a educação dos jovens representa um grave problema para os agricultores familiares. Muitas famílias deixam a terra e vão para as periferias das cidades em busca da escola, que pode significar uma oportunidade de emprego assalariado para os filhos. Porém, mesmo quanto às crianças que estudam em escola rural, o ensino não se destina a prepará-los para permanecerem na terra. Toda a política para a educação rural tem se restringido a oferecer um arremedo da escola urbana, que nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos (RIBEIRO, 2000).

Paralelamente à uma educação adequada, os produtores rurais necessitam de organização coletiva, a fim de poderem viabilizar seu próprio desenvolvimento. O associativismo e o cooperativismo são formas institucionais tradicionais de organização de produtores rurais, e facilitam o acesso a programas oficiais de fomento, ao mercado, à assistência técnica, à informação, entre outros. Teoricamente, constituem uma forma participativa de tomada de decisão, e pode-se também partir do princípio de que a união dos produtores em conselhos, comitês ou comissões, aumenta seu poder de barganha junto aos setores público e privado. No entanto, conforme advertem Silva e Campanhola (1999), muitas das associações e cooperativas passaram a atuar sem a participação dos seus associados ou cooperados nas tomadas de decisões, realizadas com apoio exclusivo na opinião da administração superior. Outras restringiram suas ações à aquisição de insumos e à comercialização dos produtos dos associados ou cooperados. Outras ainda foram constituídas em torno de um único produto agropecuário específico (milho, soja, arroz, gado de corte, avicultura, suinocultura).

As associações civis exercem um importante papel no tocante à governança em âmbito local, e o Estado tem o dever fundamental de participar na constituição dessas associações. Assim cabe ao Estado a condução de campanhas públicas de informação, em âmbito regional e local, com vistas a induzir a ação civil; por meio de

mecanismos contratuais, o Estado também deve assegurar a oferta de serviços somente através da associação de produtores – ao detrimento de indivíduos ou de empresas individuais; compete ao Estado conduzir a discussão formal sobre investimentos públicos em âmbito municipal, mas por intermédio de instâncias decisórias que incluam representantes dos governos estadual e municipal, assim como da sociedade civil (TENDLER, 1997).

Quanto à presença do Estado, cabe ressaltar que os escassos recursos destinados pelos governos ao setor agropecuário tornam-se ainda mais insuficientes porque devem alimentar burocracias improdutivas e servem a “dar o peixe várias vezes ao invés de ensinar a pescá-lo uma única vez”. Tal processo contribui a perpetuar a dependência dos agricultores em relação ao Estado e, dessa forma, aguçam ainda mais o desequilíbrio do sistema, conforme alerta Lacki (2001). A receita para a superação desses obstáculos ainda está por ser inventada, mas o pressuposto básico reside num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Casarotto Filho e Pires (1998) chamam, com razão, de “pacto territorial”. Esse pacto deve responder a cinco requisitos: agrupamento dos atores em torno de uma idéia guia; apoio desses atores tanto na execução quanto na própria elaboração do projeto; definição de um projeto que seja orientado ao desenvolvimento de atividades adaptadas ao território; realização desse projeto em um tempo definido; e, por fim, criação de uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial. Contudo, de maneira geral, os produtores rurais, por carência de fatores necessários ao próprio desenvolvimento (educação, formação, crédito, informação), não são considerados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial. Tal situação deve ser revertida pelas lideranças e pelos técnicos que assessoram a comunidade em questão.

Em última análise, trata-se de proceder à construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâ-

micas de uma determinada região. O desenvolvimento local torna-se endógeno, quando originário da mobilização de forças sociais solidárias, quando a comunidade ou grupo interage com fatores externos, transformando-se no próprio sujeito do desenvolvimento de seus espaços de vida, ampliando suas possibilidades de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seu próprio futuro.

Com o processo de descentralização das políticas públicas ora em curso no país, fortalecem-se as iniciativas locais que acabam por estabelecer novas formas de integração e troca entre diferentes segmentos espaciais e setores de atividades. As diretrizes para as políticas públicas devem, portanto, procurar: a) identificar as potencialidades locais, incluindo as atividades não agrícolas; b) organizar a participação das comunidades locais; c) solucionar os entraves de infraestrutura que dificultam o aproveitamento das oportunidades; d) reestruturar os instrumentos institucionais para que favoreçam as ações inter-setoriais; e e) rever as formas de atuação das instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural do setor público (TENDLER, 1997).

Quanto à microrregião aqui tomada como objeto de estudo, ela é constituída de 50 propriedades rurais, cujas áreas variam de um a oitenta hectares, e cujos proprietários agrupam-se na Associação de Moradores e Produtores da Região de Três Barras. A área média predominante gira em torno de 20 hectares, e as propriedades são servidas por estradas vicinais não pavimentadas, em aceitáveis condições de manutenção, que dão acesso a uma rodovia asfaltada. Serviços sociais básicos, como educação e saúde, são disponíveis no próprio local, inclusive por meio de uma escola agrícola e de um posto de saúde. A exploração econômica baseia-se no gado leiteiro, na piscicultura, na criação de frango em semiconfinamento, na criação de suínos, no plantio de cana, assim como em algumas agroindústrias e um pesqueiro de lazer (ver Tabela 1). Os produtores contam com a proximidade de um importante mercado consumidor, que é a cidade de Campo Grande.

Tabela 1: Principais atividades das pequenas propriedades na região de Três Barras. 2001.

Atividade	nº propriedades	Porcentagem
Produção de Leite	23	46%
Agroindústria (queijo/rapadura/ doces/cachaça)	9	18%
Piscicultura	4	8%
Suinocultura	1	2%
Avicultura	1	2%
Ovinocultura	2	4%
Locação para lazer	3	6%
Olericultura (verduras)	6	12%
Apicultura	1	2%
TOTAL	50	100

Na Tabela 1, observa-se que 23 propriedades centram-se na produção leiteira, perfazendo 46% do total. Em segundo lugar, aparece a agroindústria, com um total de 9 propriedades, atingindo 18%. Em terceiro lugar, aparece a produção de hortaliças, que soma 12% das propriedades visitadas. Certas propriedades dedicam-se à formas modestas de pluriatividade, ainda que de maneira aleatória, impedindo o eventual fornecimento regular de determinados produtos. Nesse contexto, observa-se que a fruticultura não foi nem mesmo citada, pelos entrevistados, como atividade acessória, apesar de a grande maioria das propriedades produzir diferentes tipos de frutas, tais como laranja, limão, manga, maracujá, caju, goiaba, entre outras. Todavia, não se pode contar com essa produção para fins seguros de abastecimento, uma exigência do mercado consumidor, que busca a oferta regular de produtos, em quantidade e qualidade aceitáveis. Contudo, é expressivo, na região, o potencial para exploração de produtos alternativos à produção principal, gerando um amplo leque de atividades distintas, todas passíveis de consumo pela população da cidade próxima, uma das vantagens das regiões rurais periurbanas.

No tocante ao implemento da produção por meio do agrupamento institucional de produtores, a associação local administra um projeto de inseminação artificial que prevê a cessão de ampolas de sêmen para que o produtor trabalhe o seu próprio rebanho, com a posterior reposição do número de ampolas utilizadas. A associação também recebeu um trator e implementos agrícolas, para utilização coletiva sob supervisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e em conformidade com Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF). A reunião ordinária mensal, em que são discutidos os problemas comuns, reforça as relações de parceria, bem como mantém e desenvolve o exercício da cidadania, pois encoraja seus membros à luta pelo interesse coletivo. Dessa forma, a associação tornou-se também o intermediário necessário entre produtores e organismos de fomento, permitindo o acesso ao crédito governamental que é oferecido pelo PRONAF. Assim, a Associação de Moradores e Produtores tem servido de referência para outras localidades ou mesmo municípios. Observa-se que o associativismo é incentivado pelos organismos oficiais, ao mesmo tempo em que se busca fortalecer a produção local.

Paralelamente ao problema de um melhor aproveitamento do potencial produtivo local, outra questão prioritária para o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais da região refere-se à educação de crianças e jovens. Conforme depoimento do diretor da escola agrícola local, ocorre uma redução gradativa, nos dias de hoje, no número de alunos matriculados, de onde se infere que o crescimento populacional, na região, estagnou-se ou entrou em declínio. A escola municipal local oferece o ensino fundamental (de nível I a IV) nos moldes de qualquer escola urbana, enquanto a escola agrícola introduz o ensino de práticas relativas ao campo na formação dos alunos, ainda que não cumpra plenamente o seu papel de escola destinada à população rural. Outro problema é a inexistência de escolas de ensino médio, fato que provoca insatisfação geral. Existe, portanto, uma importante lacuna na formação dos jovens, o que

pode gerar um movimento de êxodo rumo à cidade próxima, e a conseqüente perda de vínculos com o território de origem.

Na região, o trabalho feminino e juvenil relaciona-se prioritariamente com os cuidados relativos à moradia, à exclusão de uma participação direta nas atividades agrícolas. Diversos depoimentos não deixam dúvidas quanto à consciência da importância do trabalho executado pelas mulheres e jovens. No entanto, o que ocorre, de forma geral, é a participação quase nula desses atores no processo de decisão – tanto dentro quanto fora da propriedade. Aqui também se verifica um problema relativo à educação.

### **Alternativas ao Desenvolvimento Local em Três Barras**

Os dados levantados por intermédio de visitas às propriedades, de entrevistas (questionário-diagnóstico) e de observação participante, apontaram várias alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras, com base em quesitos tais como capitalização, diversificação de sistemas de produção, educação e associativismo, integração à agroindústria, pluriatividade, entre outros. Essas alternativas são as que se analisam a seguir.

#### **a) Fortalecimento da instituição associativista**

A Associação dos Moradores e Produtores da Região de Três Barras, fundada em 1998, nasceu de uma necessidade imperiosa de cooperação entre os pequenos produtores rurais, que necessitavam reivindicar melhorias para os seus empreendimentos junto aos órgãos públicos. O modelo associativista expressa a vontade coletiva de conquistar de mercado para seus produtos, demonstrar forças quando da reivindicação de serviços e de políticas públicas. Entretanto, tal forma de participação coletiva ainda não é totalmente assimilada por todos os trabalhadores da região, sendo adotada principalmente pelo grupo mais expressivo de produtores, aquele que se dedica à bovinocultura de leite. Associados que se dedicam a outras atividades não conferem grande importância à associação, por entenderem que suas necessidades não são diretamente atendidas. Dessa forma, conclui-se que a associação

deve receber especial atenção dos organismos públicos nos aspectos referentes à organização e ao incentivo à diversificação de opções, inclusive com um trabalho de marketing, interno e externo, que resgate a auto-estima dos produtores e que divulgue os produtos e serviços oferecidos na região, de forma a agregar valores por intermédio de um alargamento do mercado consumidor. A Associação deve se conscientizar de que a condição de região rural periurbana deve ser amplamente explorada para o desenvolvimento coletivo.

#### **b) Criação de um Laticínio-Escola**

O diagnóstico realizado pela comissão encarregada de elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural indica que a exploração leiteira seria inviável na região. Contudo, estudiosos e profissionais que atuam nessa área afirmam que os principais pontos de estrangulamento do circuito de produção e distribuição já foram detectados. A solução depende do esforço de todos os segmentos envolvidos, e passa pelo aprimoramento do rebanho e das condições de criação. Assim, a competitividade dos agricultores familiares na produção de leite depende de sua capacidade em atender as especificações de qualidade/custo e em atingir uma escala de produção suficiente para a obtenção de uma renda familiar mínima (EMPAER, 1998). O ponto positivo na produção leiteira, em que pese o baixo preço pago ao produtor, é o fato de apresentar uma boa liquidez, pois o pagamento, por parte das cooperativas ou de laticínios, é realizado mensalmente.

Os produtores, por intermédio de sua associação, reivindicam a criação de um laticínio de pequeno porte dentro da área da escola agrícola. O estabelecimento deverá oferecer ensino técnico rural e produzir leite pasteurizado, queijo, iogurte, bebidas lácteas, entre outros. Esses produtos de alto valor nutritivo poderiam ser utilizados no programa de merenda escolar do próprio município, constituiriam uma alternativa de desenvolvimento para as propriedades, incentivariam o investimento na melhora genética do rebanho leiteiro e garantiriam uma renda mais satisfatória às famílias envolvidas no processo. O produto excedente

seria destinado ao consumo na cidade próxima, podendo-se criar uma imagem de qualidade e de cidadania participativa aos produtos da comunidade, que seriam identificados pelo rótulo "Três Barras". O projeto é perfeitamente viável, pois pequenos empreendimentos podem dispor de equipamentos oferecidos no mercado a custos relativamente baixos. E a qualidade almejada pode ser obtida ao longo da formação profissional oferecida pelo laticínio-escola. Naturalmente, esse estabelecimento poderia privilegiar a fabricação de queijos específicos e produtos diferenciados que alcançariam um maior valor agregado no mercado urbano.

#### c) Agroindustrialização rural de pequeno porte

A agroindústria rural de pequeno porte é uma importante alternativa para promover o desenvolvimento da agricultura familiar, pois pode impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, pode proporcionar uma importante forma de (re)inclusão social e econômica, assim como melhorar a qualidade de vida na região. Este tipo de industrialização oferece outras vantagens, tais como a descentralização da produção regional de matéria prima, a aproximação das agroindústrias do local da produção da matéria prima, a redução do custo de transportes, a utilização adequada de dejetos e resíduos como fertilizantes, a redução do poder poluente industrial. Tal processo pode favorecer um modelo de desenvolvimento local que valorize o meio rural, que proporcione uma maior autonomia do território, e que permita a recuperação e a preservação ambiental (PREZOTTO, 1999).

Para os proprietários rurais da região em estudo, a industrialização dos produtos agropecuários – em pequena escala – não é uma novidade, uma vez que a produção é voltada para o consumo das próprias famílias e, em menor grau, para oferecimento no mercado local. Como exemplo, podem-se citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas vegetais, a fabricação de queijos e de embutidos, assim como a produção de defumados de carne. Nesse sentido, é necessário um projeto

de agroindústria que ofereça alternativas para a organização dos sistemas de produção e de comercialização existentes, e, mais uma vez, deve-se considerar o mercado urbano próximo para escoamento da produção, sempre em função de um rótulo de qualidade diferencial, como no caso dos produtos de laticínio, a ser desenvolvido, implantado e divulgado por intermédio da associação de produtores.

#### Considerações finais

A região de Três Barras possui bom potencial para o incremento e expansão da pluriatividade, principalmente pela facilidade e pelas perspectivas de industrialização e comercialização em virtude da privilegiada proximidade geográfica em relação a um centro urbano de médio porte. Ao lado desse importante mercado consumidor externo, facilmente acessível em função da disponibilidade de estradas, há também um mercado interno que pode ser fortalecido gradativamente ao longo do processo de desenvolvimento. Contudo, o fortalecimento da instituição associativista é crucial para que a região de Três Barras defina seus próprios caminhos rumo à satisfação dos anseios coletivos e à consolidação dos capitais humano e social existente na comunidade.

O poder público – notadamente o municipal – tem papel determinante na implementação de projetos de desenvolvimento, e deve assumir a função de orientador e articulador das forças e potencialidades da comunidade. Outra forma de valorização da participação popular é a criação dos conselhos municipais e a democratização daqueles já existentes. O conselho deve ser o gestor do projeto de desenvolvimento, a ele cabendo a coordenação geral (elaboração, fiscalização e avaliação). A execução do projeto cabe ao poder público e às organizações representativas da sociedade. Ao mesmo tempo, os diversos órgãos governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural devem trabalhar minimamente articulados. Esta articulação pode e deve ocorrer em forma de redes que envolvam organizações governamentais e não governamentais.

**Referências bibliográficas**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Sete desafios para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Fundação Lyndolpho Silva, 1999.

ÁVILA, Vicente Fideles de. No município sempre a educação básica do Brasil. In: *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1. Campo Grande: UCDB, 1999.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Projeto Rurbano. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html)>. Acesso em: 1999.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS / PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – IPEA/PNUD. *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Redução das desigualdades sociais – Agricultura Sustentável*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21, 2000.

NUNES, Márcia B. M. L.; SCHWARTZMAN, Simon; WROBEL, Vera. Estratificação Social e Educação: Caminhos e Alternativas para o Homem do Campo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 16, 1977.

PREZOTTO, Leomar Luiz. *A Agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo a legislação sanitária*. Dissertação (Mestrado) – UFSC, 1999.

COORDENADORIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL (Gabinete do Vice Prefeito). *Projeto para o desenvolvimento rural no município de Campo Grande*. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 1997.

RIBEIRO, Marlene. *Educação básica do campo: um desafio aos trabalhadores da terra*, Palestra realizada em 12/03/2000. BNAF.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

TENDLER, J. Rural development without the urban divide: Decentralizations, participation, and other things local. SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO. *Anais...* México: Taxco/Guerrero, 1997.

**A viabilidade operacional do Cluster Calçadista de Nova Serrana**  
The operational viability of the Cluster Shoe Commerce in Nova Serrana  
*La viabilidad operacional del Cluster Calzadista de Nova Serrana*

Paulo Tarso Vilela de Resende  
Fundação Dom Cabral

contato: pauloresende@fdc.org.br

---

**Resumo:** Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa conduzida junto à indústria de calçados de Nova Serrana, no estado de Minas Gerais, para categorização desse cluster calçadista, com base em classificações já consagradas. A região apresenta todas as condições de se firmar como um grande cluster brasileiro e implementar o desenvolvimento local, à condição de que haja sinergia entre os setores político e empresarial, e que todas as iniciativas dentro da cadeia produtiva se realizem segundo planos estratégicos previamente definidos.

**Palavras-chave:** Cluster; Indústria de calçados; Logística.

**Abstract:** This study presents the results of research conducted within the shoe industry of Nova Serrana in the state of Minas Gerais for the categorization of this cluster shoe commerce, based on proven classifications. The region presents all the conditions for developing into a large Brazilian cluster and implementing local development on the condition that there is synergy between the political and entrepreneur sectors, and that all the initiatives within the production chain come to pass according to previously defined strategic plans.

**Key words:** Cluster; Shoe industry; Logistics.

**Resumen:** Este trabajo presenta los resultados de pesquisa conducida frente a la industria de calzados de Nova Serrana, en el estado de Minas Gerais, para la categorización de ese cluster calzadista, con base en clasificaciones ya consagradas. La región presenta todas las condiciones de afirmarse como un gran cluster brasileño e implementar el desarrollo local, desde que haya sinergia entre los sectores político y empresarial, y que todas las iniciativas dentro de la red productiva se realicen según planes estratégicos previamente definidos.

**Palabras claves:** Cluster; Industria de calzados; Logística.

---

## Introdução

O presente trabalho analisa, a partir dos conceitos de *cluster*, o arranjo produtivo de calçados de Nova Serrana, suas principais características, pontos fortes e limitações, identificando, ao final, oportunidades de rearranjo para aumento de eficiência. Será examinada sua viabilidade operacional levando-se em conta os componentes da cadeia produtiva do setor, e em que medida tais componentes são fatores de sustentação ou constrangimento do *cluster*. Além desta breve introdução, compõem o trabalho outras quatro seções: na primeira, uma breve discussão teórica acerca de arranjos produtivos é efetuada, definindo o que é *cluster*, sua forma de funcionamento e principais características, justificando assim os motivos de classificar-se Nova Serrana como tal e fazendo algumas descrições sobre seu estágio de desenvolvimento. Na segunda seção, é feita uma descrição do surgimento do *cluster* de Nova Serrana, sua história, dados demográficos, econômicos, sociais e políticos, que contribuíram para seu desenvolvimento até a fase atual. Na terceira seção, pretende-se dar um diagnóstico da situação atual do *cluster* apresentado, seus pontos fortes e fracos, atual estágio de funcionamento e principais características. Pretende-se também analisar o funcionamento do *cluster* sob a

ótica da cadeia produtiva do setor. Por último, seguem as conclusões e sugestões para melhoria da eficiência do *cluster* com a interpretação dos autores sobre o caso estudado.

## Contextualização do Estudo

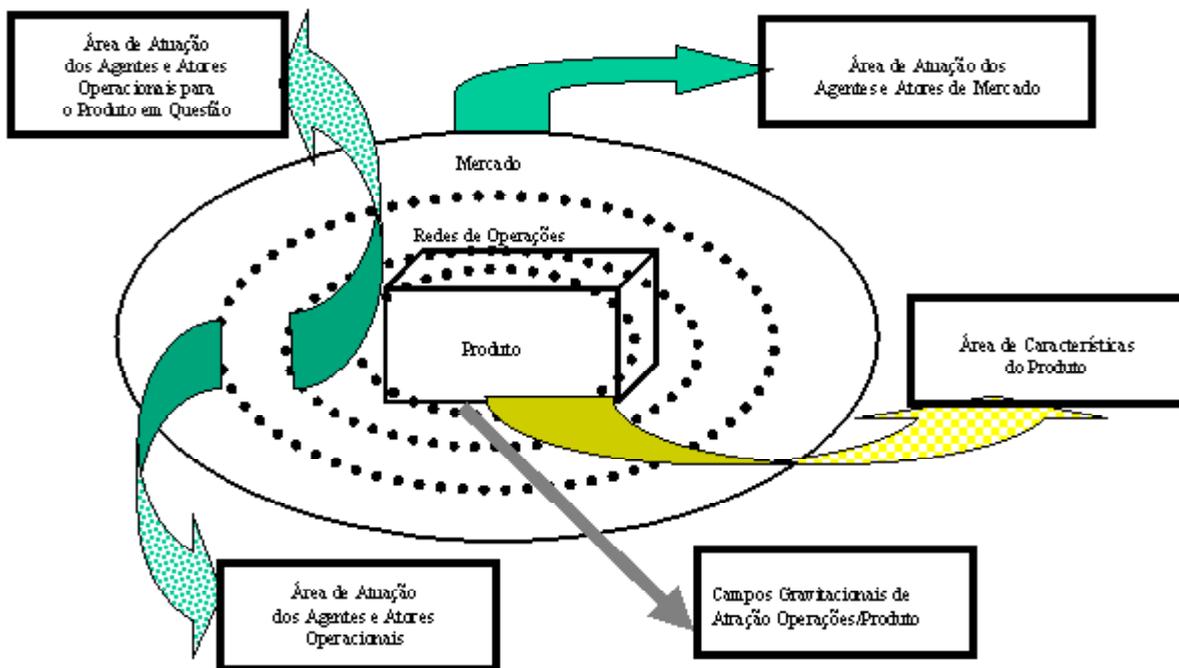
O aglomerado industrial de Nova Serrana, embora esteja em posição de destaque na produção calçadista nacional, mostra-se ainda com elementos limitadores para sua viabilidade operacional a médio e a longo prazo. Percebe-se, daí, a importância de analisar-se peculiaridades que podem permitir àquele pólo evoluir de arranjo informal para um *cluster* organizado. A metodologia de análise se concentra no conceito de campo gravitacional que tem sua base fundamentada na teoria do produto/envoltório do produto, amplamente debatida no contexto do marketing (Figura 1). Afirma-se, em teoria, que qualquer produto se caracteriza por propriedades inerentes à transformação da matéria-prima e aos processos produtivos. No manto de tal teoria, aplica-se o conceito de *clusters* onde a localização e a integração de todos os elementos que compõem a cadeia de valor passam a operar de forma a atingir uma otimização das propriedades envolvidas na transformação da matéria-prima, nos processos

produtivos e na distribuição física dos produtos.

O conceito de campos gravitacionais parte do princípio de que existe um mercado global que envolve tanto os consumidores, quanto os elementos de sustentação dos processos comercialização dos produtos. Na Figura 1, os mercados e elementos de sustentação se localizam no anel externo. O anel imediatamente anterior ao do mercado

envolve as estruturas de operações físicas de produção e escoamento dos produtos no espaço macro ambiental. No anel interno, localizam-se as estruturas produtivas e as redes de operações de suprimento da matéria-prima e desenvolvimento dos produtos. Todos os elementos componentes do cluster têm interfaces entre si, e tais interfaces são ligações operacionais ou negociais formadoras dos chamados campos gravitacionais.

Figura 1. Cluster e Estratégia de Operações: Modelo de Campos Gravitacionais (Fonte: Resende, 2000)



Para cumprir o objetivo do estudo, utiliza-se uma pesquisa de caráter descritivo, explicativo e aplicada quanto aos seus fins e bibliográfica, além de representar um estudo de caso, quanto aos seus meios. A pesquisa é descritiva na medida que expõe a realidade do tema estudado através de diagnóstico que permite um retrato do fenômeno. É explicativa a partir do esclarecimento de alguns fatores e conceitos que facilitam o entendimento do assunto; é também aplicada, pois tem finalidade prática, prestando-se a tentar resolver um problema concreto. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, já que são utilizados diversos materiais publicados e, por fim, pode-se enquadrá-la como estudo de caso, visto que é circunscrita a determinada localidade, valendo-se de profundidade e detalhamento.

### Arranjos produtivos: aspectos teóricos

O interesse pelos *clusters* industriais vem crescendo de forma significativa desde a década de 70. Motivado pela existência de diversos casos que apresentavam significativo dinamismo econômico, esse interesse concentrou-se inicialmente, nos países desenvolvidos. Mais recentemente, no entanto, pesquisadores de economia de países em desenvolvimento, como Fairbanks e Lindsay (2000), passaram a voltar suas atenções para a importância dos *clusters* nas economias emergentes. Assim, um *cluster* pode ser definido como:

[...] um conjunto de empresas e entidades que interagem, gerando e capturando sinergias, com potencial de atingir crescimento competitivo contínuo superior ao de uma simples aglome-

ração econômica. Nele, as empresas estão geograficamente próximas e pertencem à cadeia de valor de um setor industrial. Essa interação das empresas gera, entre outros benefícios, redução de custos operacionais e dos riscos apresentados, aumento da qualidade dos produtos e serviços, acesso à mão-de-obra mais qualificada, atração de capital, criação de empreendedores e melhor qualidade de vida. (Federação das Indústrias de Minas Gerais, 2000).

Em geral, os *clusters* tendem a ocorrer ou a se estabelecer em áreas que não são estritamente virgens, mas onde já há elementos de associatividade prévia, em estágio embrionário, ou seja, a partir de situações em que os produtores já ensaiam, por iniciativas próprias, algumas práticas de cooperação. Regra geral, para que essas práticas de cooperação se instalem de uma forma fluida, é importante que as partes tenham um mínimo de história comum. Essa cumplicidade pode se manifestar motivada por várias razões, tais como, etnia, história, tradição, valores, cultura, religião, prefe-

rências políticas ou até mesmo esportivas.

A capacidade de expansão econômica de um *cluster* estará diretamente relacionada ao grau de desenvolvimento tecnológico e gerencial das empresas, individualmente consideradas, e de sua capacidade de criação de sinergias positivas através da interação coletiva. Em nenhum outro domínio, a capacidade de cooperação inter-empresarial será mais decisiva.

Nessa linha, Porter (1998) atesta que a força aglutinadora de um *cluster* é capaz de contribuir, de forma decisiva, para o aumento de competitividade local e para a consolidação do processo de criação de valor para um grupo de empresas, regiões ou mesmo nações.

A existência de trajetórias distintas para arranjos com características peculiares levou ao surgimento de uma grande variedade de tipologias de *clusters*, conforme demonstrado no quadro abaixo.

**Quadro 1:** Tipologia de Clusters

Características	Clusters informais	Clusters organizados	Clusters inovativos
Existência de Liderança	Baixo	Baixo a Médio	Alto
Tamanho das Firmas	Micro e Pequena	PME's	PME's e Grandes
Capacidade Inovativa	Pequena	Alguma	Contínua
Confiança Interna	Pequena	Alta	Alta
Nível de Tecnologia	Pequena	Média	Média
Linkages	Algum	Algum	Difundido
Cooperação	Pequena	Alguma a Alta	Alta
Competição	Alta	Alta	Média a Alta
Novos Produtos	Poucos; Nenhum	Alguns	Continuamente
Exportação	Pouca; Nenhuma	Média a Alta	Alta

**Tabela 1:** Indicadores da Indústria de Calçados da Cidade de Nova Serrana 1998

	Indústria de Calçados (A)	Nova Serrana (B)	A/B (%)
Número de Estabelecimentos	476	947	50,2
Emprego	6.299	9.223	68,2
Tamanho Médio de Estabelecimento	13,2	9,7	-

Diagnóstico logístico atual do cluster calçadista de Nova Serrana

O estudo de Crocco *et al* (2001a) possibilita classificar o arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana como um *cluster* informal (MYTELKA e FARINELLI, 2000) ou como um *cluster* de sobrevivência de empresas de micro e pequena escalas (ALTENBURG & MEYER-STAMER, 1999). Segundo o estudo de Crocco *et al*, e considerando a relação de parâmetros nele utilizados, as características do arranjo calçadista de Nova Serrana, chega-se a uma classificação de arranjo informal, haja visto: i) uma grande concentração de pequenas e micro empresas: o tamanho médio de firma no arranjo é de 8,70 empregados; ii) uma inexistência de liderança formal e com responsabilidades de planejamento bem definidas; iii) reduzida capacidade inovativa: a inovação acontece de modo informal, onde a cópia de produtos é a principal fonte de informação para o desenvolvimento de novos produtos; iv) a apresentação de barreiras para os novos entrantes acontece de forma implícita, com um nível de cartelização embrionário, mas já perceptível. Não obstante, para se inserir no negócio é necessária uma quantidade irrelevante de capital. De acordo com informações dos produtores locais, com cerca de R\$ 7.000,00 um empresário consegue estabelecer sua firma.

Além disto, o acesso aos equipamentos e matérias-primas é relativamente fácil, uma vez que representantes dos fornecedores se fazem presentes no *cluster* devido a economias de escala. Nesse caso, tem-se uma externalidade positiva, pois ela faz com que exista um baixo custo na procura por clientes por parte dos fornecedores de matérias-primas e insumos para a indústria. Finalmente, um último ponto a se considerar na classificação do *cluster* de calçados de Nova Serrana é a pequena especialização interfirmas e uma ainda menor cooperação tecnológica e negocial entre elas; ou seja, cada empresa trabalha de forma isolada, sem aparente interação nas suas redes de operações.

Sob o ponto de vista da mão-de-obra, as relações de subcontratação são pouco aprofundadas, restringindo-se a repostas aos gargalos na produção. Não existe por parte

das empresas o entendimento de que a especialização pode trazer ganhos significativos de escala e escopo. O baixo nível tecnológico do arranjo como um todo pode ser identificado como a principal razão para esta não-especialização. Por último, existe uma alta concorrência entre as empresas, o que é um fator limitante para a evolução das relações de cooperação.

Para analisar o grau de desenvolvimento da rede, faz-se o uso de uma pesquisa recente realizada pelo Cedeplar/Ipea (CROCCO *et al*, 2001). A análise a seguir é realizada com base em dois grupos de fatores: aqueles que indicam um fraco desenvolvimento das interações dentro do *cluster* e aqueles que auxiliam no desenvolvimento destas interações.

### Aspectos preocupantes

A cadeia produtiva calçadista não abrange somente as atividades ligadas diretamente à confecção do calçado em si, mas também aquelas que produzem os insumos/produtos e os equipamentos necessários para tal atividade. Também os distribuidores do produto final e as atividades de apoio como instituições e associações de classe, podem ser consideradas como parte da cadeia produtiva.

Nessa linha, Crocco *et al* (2001) destaca que no setor de calçados, embora exista uma tendência geral à aglomeração de indústrias, ocorrem diferenças na constituição dessas aglomerações, de acordo com a incidência dos elementos da cadeia produtiva. No que tange a completude ou não da cadeia, elas podem ser classificadas como: (a) auto suficientes, quando constituídas por todos os agentes da cadeia, como no caso do Vale dos Sinos-RS; (b) relativamente auto suficientes, quando um ou mais elementos da cadeia não estão presentes no arranjo, como ocorre em Franca-SP; (c) dependentes, como é verificado em Nova Serrana-MG, devido à necessidade de importação de insumos e equipamentos de outros estados.

De acordo com essa classificação, infere-se que no caso de Nova Serrana, a cadeia produtiva não apresenta grande integração, visto que grande parte dos

insumos utilizados no processo produtivo são provenientes dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo adquiridos, portanto, fora do arranjo. Os poucos insumos comprados na região (cadarços e passantes), representam baixo valor agregado e, conseqüentemente, pouca influência no custo final do produto. Quanto à localização dos fornecedores de equipamentos, a situação é semelhante à observada em relação aos insumos. Quase a totalidade dos equipamentos novos é adquirida de outros estados (SP e RS), ficando somente a aquisição de equipamentos usados transacionada no arranjo.

Na outra ponta da cadeia produtiva encontram-se os intermediários e os consumidores finais dos calçados. A maior parte da produção se destina às classes C e D. Essa concentração gera limitações para o arranjo local pelo fato desses segmentos do mercado não serem tão exigentes quanto os segmentos das classes A e B e, também, pelo desestímulo em aprimorar o processo produtivo. Além disso, embora a figura do intermediário funcione como um canal de comercialização importante para as firmas, a sua presença afeta adversamente a capacidade competitiva do setor, uma vez que promove um distanciamento entre produtor e consumidor final.

Esses constrangimentos inibem o investimento da indústria local em *design* e valorização de marca, elementos essenciais no setor de vestuário, principalmente, para os artigos ligados a moda. Outro ponto importante em relação ao destino da produção, é o fato de que, quase a sua totalidade atende ao mercado interno, o que contribui para restringir iniciativas de desenvolvimento e evolução do *cluster*, além de deixá-lo dependente das freqüentes oscilações da economia doméstica (aliás, tais oscilações geralmente afetam sobremaneira os hábitos de consumo das classes C e D, destino da produção do *cluster*).

No que se refere às relações de cooperação existentes no *cluster*, de acordo com a pesquisa, 79% das empresas da amostra estabeleceram alguma forma de cooperação com os seus concorrentes, sendo que as formas de cooperação mais freqüentes são a troca de informações (68% das empresas trocam informações com concorrentes), a

cooperação para a compra de insumos (47%) e o empréstimo de maquinários (36%).

Também é elevado o número de empresas da amostra que estabeleceu alguma cooperação com os fornecedores de insumos e equipamentos (89,5%). A troca de informações, mais uma vez, se destacou como a forma de interação mais freqüente (57,8% para fornecedores de insumos e 73,7% para fornecedores de equipamentos). Uma vez que as demais formas de interação (ensaios para desenvolvimento e melhorias de produtos; ações conjuntas para treinamento de pessoal; marketing; desenho e estilo; compra de insumos e empréstimo de maquinário) não são utilizadas de forma freqüente, deve-se analisar com cautela o significado desta troca de informações com fornecedores.

O que a pesquisa permitiu inferir foi que esta troca de informação está vinculada à venda, tanto de insumos, como de equipamentos. Como a grande maioria dos fornecedores está localizada em São Paulo e Rio Grande do Sul, as relações de cooperação não são estabelecidas com os engenheiros e técnicos dessas empresas, mas apenas com seus representantes comerciais. Raramente este intercâmbio de informações resulta em alterações nas rotinas das empresas.

Esse distanciamento constitui uma dificuldade para a capacitação tecnológica do arranjo, pois, além da redução de custos de transporte e da possibilidade de implementação de inovações, como o *just-in-time*, a proximidade geográfica também possibilitaria o estabelecimento de projetos em conjunto para inovações de produto e de processo, além do desenvolvimento de novos equipamentos e matérias-primas que pudessem se adequar à realidade das firmas da região. Este quadro permite concluir que existe um precário desenvolvimento das relações de cooperação.

Vale a pena ressaltar as respostas obtidas em relação às formas de interação com centros tecnológicos e universidades. Para 73,7% da amostra, nenhuma forma de interação foi estabelecida com centros tecnológicos. Este percentual chega a 100% para o caso de universidades. O resultado reforça a conclusão de que as interações não visam ao desenvolvimento e/ou alterações

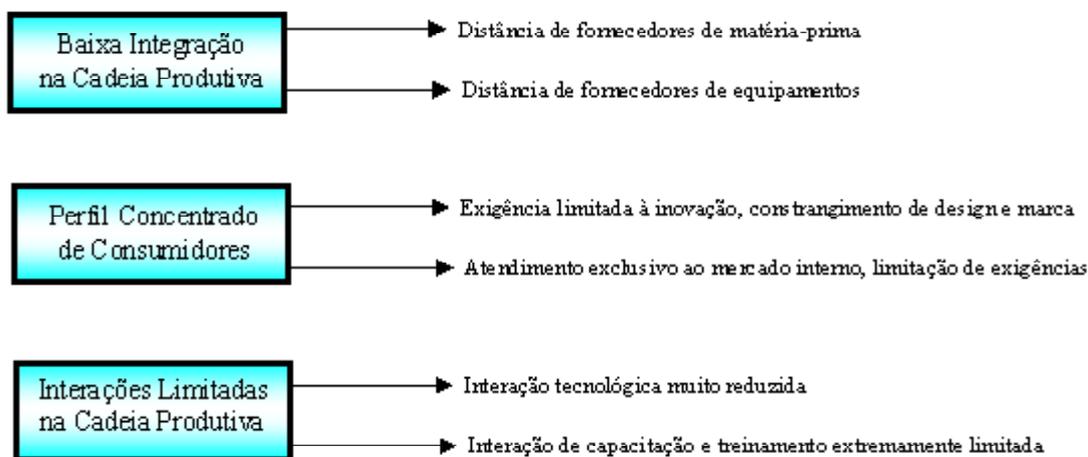
nas rotinas das empresas.

Todo este quadro indica a existência de uma pequena vocação inovativa do arranjo produtivo local. De fato, 100% das empresas entrevistadas apontaram os congressos e feiras como as principais fontes de informação para a introdução de inovações. A utilização de catálogos e revistas foi a segunda fonte mais citada, com 94,7% das

respostas. Isto indica que as inovações, tanto de produto, quanto de processo, introduzidas pelo setor de calçados de Nova Serrana se baseiam, essencialmente, em modelos e design já existentes no mercado.

A Figura 3, a seguir, apresenta um resumo das principais barreiras encontradas para um maior desenvolvimento do cluster de Nova Serrana.

**Figura 3. Barreiras Principais para o Desenvolvimento do Cluster de Nova Serrana**



### Aspectos estimulantes

É no aspecto da infra-estrutura física que a situação do arranjo propõe certo otimismo em relação à sua capacidade de desenvolvimento e evolução. Nova Serrana e região não apresentam gargalos que comprometam de maneira permanente a saúde pública, o bem-estar coletivo, o meio-ambiente e a estrutura física das cidades, diante de um possível incremento das atividades fabris. Razoavelmente bem localizada frente aos principais centros urbanos brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), Nova Serrana encontra-se às margens da BR 262 com acesso ao Triângulo Mineiro e à Região Centro-Oeste. Também o fornecimento de energia elétrica (insumo essencial na confecção de calçados) mostra-se satisfatório, bem como a atual rede de serviços de telecomunicações.

A pesquisa também mostrou a existência de alguns elementos que podem servir de base para o desenvolvimento das intera-

ções dentro do arranjo produtivo. Em primeiro lugar, o Centro de Desenvolvimento Industrial - (CDI) o sindicato patronal local - tem uma ação destacada no sentido de integração entre as empresas. Dentre as suas atividades, se destacam o aluguel de um equipamento de CAD para as empresas; a construção de um laboratório de testes para aferir a qualidade dos calçados produzidos pelos filiados; a oferta de cursos de treinamento de mão-de-obra e a criação, em conjunto com o Cefet (Centro Tecnológico do Governo Federal), de um curso de técnicos em calçados.

Como se sabe, as experiências de desenvolvimento de *clusters* mostraram que a presença de um agente catalisador é de suma importância. Tal agente pode ser uma firma líder, um órgão público ou uma entidade representativa. O CDI, apesar de ser relativamente novo, vem gradativamente construindo representatividade junto às empresas, capaz de habilitá-lo a desenvolver esta função.

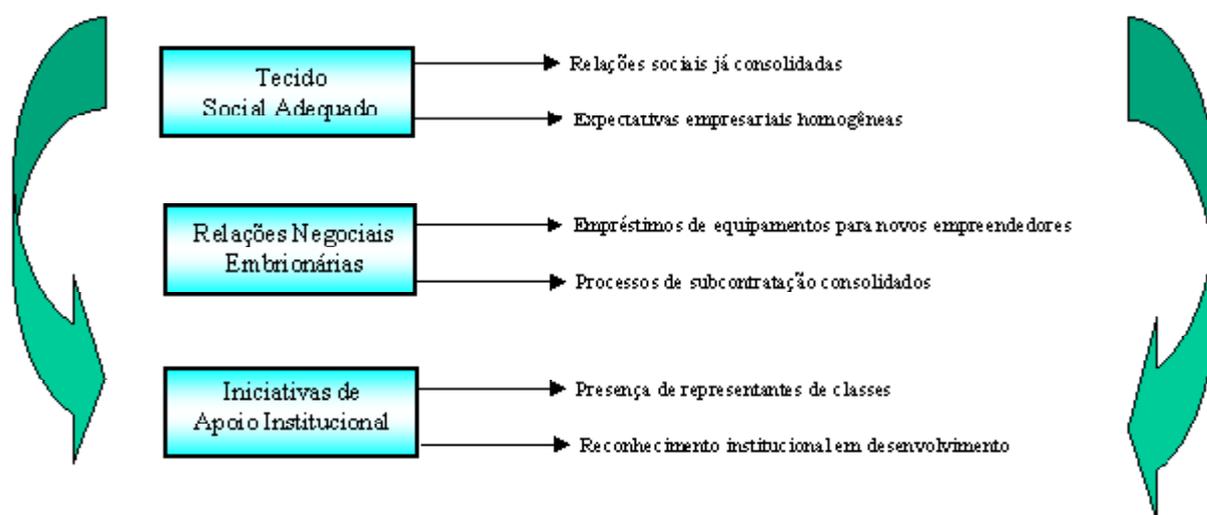
Além disso, existe dentro do *cluster* um espírito de solidariedade, resultante do tecido social local, que poderia servir de base, sobre a qual as relações de cooperação se estabeleceriam. A pesquisa mostrou que cerca de 84% dos funcionários que deixaram seus empregos para criar novas empresas contaram com algum tipo de ajuda do antigo patrão (empréstimo de insumo e/ou equipamento, por exemplo).

Por fim, um outro fator que deve ser ressaltado é o elevado índice de relações de subcontratação. A pesquisa indicou que 82% das empresas entrevistadas já estabelecem algum tipo de relação de subcontratação. No

entanto, para 83% destas empresas tais relações ocorrem de maneira informal, voltada apenas para a solução de gargalos de produção para o subcontratante. Desta forma, não existe por parte das firmas do *cluster*, o entendimento de que as relações de subcontratação possam servir de base para a especialização produtiva e conseqüente ganhos de produtividade. Este é o entendimento que propiciaria um aprofundamento das relações de cooperação dentro do arranjo.

A Figura 4, a seguir, apresenta um resumo dos principais facilitadores encontrados para um maior desenvolvimento do *cluster* de Nova Serrana.

**Figura 4. Facilitadores Principais para o Desenvolvimento do Cluster de Nova Serrana**



### Consolidação da Classificação do *Cluster* de Nova Serrana

Sintetizando, o arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana pode ser considerado um *cluster* de sobrevivência de micro e pequenas firmas ou, alternativamente, um *cluster* informal, atuando em um setor com pequenas barreiras à entrada. A produção é essencialmente voltada para mercados menos exigentes, notadamente para as classes C e D, onde a competição por preço é o fator determinante. Em função disto, as exigências tecnológicas para o *design* do produto e para o processo produtivo são pequenas, facilitando ainda mais o acesso de novos concorrentes. Há de se ressaltar que este padrão não se aplica integralmente às

maiores empresas. Estas, apesar de se direcionarem para o mesmo segmento de mercado, possuem uma maior preocupação com qualidade e, conseqüentemente, com o nível tecnológico dos equipamentos.

Os níveis de cooperação dentro do *cluster* ainda são fracos, quando comparados a outras experiências. Apesar da grande cooperação existente para o surgimento de novas empresas, ainda não existe entre as empresas do arranjo o entendimento dos benefícios decorrentes da cooperação horizontal. Diferentemente do aspecto tecnológico descrito acima, esta é uma característica que afeta todo o *cluster*, independentemente do tipo de empresa, seja ela pequena ou grande.

## Considerações Finais

Considerando a viabilidade operacional do *cluster* calçadista de Nova Serrana, percebe-se que, ao longo da cadeia produtiva, existem fatores que representam difíceis obstáculos a serem vencidos pelos empresários do setor e pelo poder público da região. Contudo, algumas iniciativas, que num primeiro momento podem parecer ações isoladas, se bem coordenadas podem delinear um plano estratégico de desenvolvimento do arranjo e proporcionar bons resultados a curto e médio prazos. Outros entraves, no entanto, embora passíveis de solução, demandarão maior tempo para serem superados.

A distância dos fornecedores de matérias-primas e de equipamentos aparece como um dos principais fatores limitadores de desenvolvimento do arranjo. Não é de se esperar (mesmo mediante incentivos), que indústrias fornecedoras se instalem na região, pois a proximidade de centros consolidados como São Paulo e Rio Grande do Sul mostra ser mais interessantes para os segmentos de material sintético e maquinaria. Uma forma de minimizar os efeitos desse constrangimento seria a compra conjunta de insumos, através da qual é possível auferir economia de escala e de escopo que podem compensar os custos de frete.

Outra iniciativa que pode gerar bons resultados é o incremento por parte das firmas da produção de calçados de couro. Devido à natureza da produção concentrada na confecção de tênis, o grau de dependência com fornecedores de outros estados é alto, como já dito anteriormente. No entanto, na própria região é possível conseguir bons fornecedores de couros, o que dinamizaria o *cluster* e se constituiria em oportunidade de diferenciação da linha de produtos. Obviamente, seguindo os conceitos de *cluster*, as firmas se beneficiariam das economias de aglomeração. Esse investimento em calçados de couro, entretanto, funcionaria como complementar à atividade dominante (confecção de tênis) e não com caráter de substituição.

A capacidade de sobrevivência das empresas do *cluster*, no longo prazo, estará

seriamente ameaçada enquanto as mesmas demonstrarem posição de vulnerabilidade frente às oscilações da economia. Essa situação é parcialmente reversível através da formação de consórcios de exportação para se atingir o mercado externo. Atualmente, algumas empresas maiores realizam investidas no comércio exterior, mas de forma muitas vezes aleatória e oportunista, sem formar parcerias comerciais. Assim como no caso dos fornecedores, também aqui o propósito é de complementação e não de substituição.

A extrema dependência de intermediários provoca, muitas vezes, leituras equivocadas do comportamento do consumidor e a impossibilidade de ações de marketing mais eficientes. Para tanto, é fundamental uma sequência de ações que passam por investimento em qualidade do produto, criação de uma marca ou selo de qualidade, que ateste os produtos locais; participação efetiva em feiras e congressos, visando a promover os produtos do *cluster* e colocá-los em contato freqüente com a mídia e o público em geral e aproximação com incubadoras e universidades, para estimular o caráter inovativo das firmas, tanto em produtos, quanto em processos e gestão.

A capacitação profissional do empresário local constitui outro fator de suma importância para a adoção de práticas gerenciais que estimulem o desenvolvimento do *cluster*. Embora a participação do sindicato patronal seja relevante e respeitada pelos empresários, ainda há muito que se fazer para embutir na comunidade o sentimento de insatisfação com o quadro atual e percepção da necessidade de maior comprometimento com os conceitos de *cluster*, principalmente em relação à cooperação, inovação e economias de aglomeração. Um maior intercâmbio com organismos de treinamento empresarial, como Sebrae, Senai e empresas de consultoria, contribuiria positivamente para o surgimento de uma nova e vigorosa classe empresarial dirigente.

**Referências bibliográficas**

ALTENBURG, T., MEYER-STAMER, J. How to promote clusters: policy experiences from Latin America. In: *World Development*, 27 (9), p. 1693-1713, 1999.

CROCCO, M.; SANTOS, F.; SIMÕES, R.; HORÁCIO, F. O Arranjo Produtivo Calçadista de Nova Serrana - MG. In: TIRONI, L. F. *Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais*. Brasília: IPEA, 2001. p. 323-382.

FAIRBANKS, Michael; LINDSAY, Stace. *Arando o mar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de Minas Gerais. *Cresce Minas: um projeto brasileiro*. Belo Horizonte: FIEMG, 2000.

HADDAD, Paulo R. *Clusters e desenvolvimento regional no Brasil*. In: *Revista Cluster*, n. 2, Belo Horizonte: Instituto Metas, 2001, p. 44-54.

MYTELKA, Lynn; FARINELLI, Fulvia. Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness. In *Draft of Contribution to the Project Local Productive Clusters and Innovations Systems in Brazil: New Industrial and Technological Policies*. Rio de Janeiro: IPEA/UFRJ, 2000.

PORTER, Michael E. *Clusters e a nova competição econômica*. Boston: Harvard Business Review, v. 76, n. 6, p. 515, 1998.

CROCCO, M.; SANTOS, F.; SIMÕES, R.; HORÁCIO, F. O Arranjo Produtivo Moveleiro de Ubá - MG. In: TIRONI, L. F. *Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais*. Brasília: IPEA, 2001b. p. 323-382.

MARSHALL, Alfred. (1920) *Princípios de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PERROUX, F. A Planificação e os pólos de desenvolvimento. In: *Cadernos de Teoria e Conhecimento* 6, Porto: Rés, 1975.

PIKE, F. et al. *Industrial districts and local economic regeneration*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1992. p. 279-294.



# Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória

Involvement of new institutions in the administration of water and local power:  
the territorial limits of democratic decision

*Nuevas institucionalidades en la gestión de aguas y poder local: los límites territoriales de la  
democracia decisoria*

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Rodrigo Constante Martins  
Universidade Federal de São Carlos

contato: norma\_valencio@ig.com.br

**Resumo:** Neste estudo, analisam-se modelos inovadores de gestão das águas e dos recursos hidróbios, cujos fatores são a descentralização e a inclusão de atores. Em tais modelos, os comitês de bacias hidrográficas confrontam-se aos processos tradicionais de gestão, em que as relações de domínio estabelecidas no território buscam a perpetuação da dominação. Nesse confronto, estruturas locais de poder reagem às inovações institucionais, mantendo assim a dinâmica contraditória do espaço. Este estudo realizou-se nas Bacias Hidrográficas do Alto Paranapanema (São Paulo) e do Alto/Médio São Francisco (Minas Gerais), com base em práticas distintas de produção econômica e de reprodução social (agricultura e pesca).

**Palavras-chave:** Localidade e gestão sócio-ambiental; Sociologia Política; Ruralidade.

**Abstract:** In this study, innovating models for the administration of water and hydro-bio resources are analyzed, which factors are the decentralization and the inclusion of actors. In these models, the committees of hydrographic basins confront the traditional administration processes in which the relations of domination established in the territory seek the perpetuation of domination. In this confrontation, local power structures react to institutional innovations, thus maintaining the contradictory dynamic of space. This study was carried out in the Hydrographic Basins of Alto Paranapanema (São Paulo) and in the Upper/Middle São Francisco (Minas Gerais), based on distinct practices of economic production and of social reproduction (agriculture and fishing).

**Key words:** Locality and social-environmental administration; Political sociology; Concept of Rural.

**Resumen:** En este estudio, se analizan modelos innovadores de gestión de las aguas y de los recursos hidrobios, cuyos factores son la descentralización y la inclusión de actores. En tales modelos, los comités de bacias hidrográficas se confrontan con los procesos tradicionales de gestión, en que las relaciones de dominio establecidas en el territorio buscan la perpetuación de la dominación. En ese confronto, estructuras locales de poder reaccionan a las innovaciones institucionales, manteniendo de esta manera la dinámica contradictoria del espacio. Este estudio se realizó en las Bacias Hidrográficas desde el Alto Paranapanema (São Paulo) y del Alto/Medio São Francisco (Minas Gerais), con base en prácticas distintas de producción económicas y de reproducción social (agricultura y pesca).

**Palabras claves:** Localidad y gestión socio ambiental; Sociología Política; Ruralidad.

## Introdução

A sociedade brasileira vem assistindo, nas últimas duas décadas, um fenômeno sem precedentes na histórica política nacional: a institucionalização crescente dos temas ambientais. Isso ocorre através da internacionalização de modelos de gestão que requerem tanto a formatação de novos espaços públicos de decisão como a reestruturação de espaços pré-existentes. E vem como reflexo do contexto internacional. Desde a década de 70, a necessidade de implementação de políticas ambientais tornou-se parte dos discursos de Estados Nacionais e de agências e organizações multilaterais, tais como o BIRD e o BID.

Uma crítica contundente ao capitalismo, na fase atual de desenvolvimento das forças produtivas, não foi prevalecte nesses espaços políticos. Ao contrário, os fundamentos das estruturas sociais de poder foram deixados intactos na discussão ali travada a fim de que o conteúdo relacional

da produção com a base biofísica buscasse ajustamentos num quadro de realidade fabricado no interior da acumulação, valendo-se de constructos teóricos francamente impeditivos de permitir o que Moraes e Costa (1984, p. 73) chamaram de o “desvendar as formas concretas que qualificam e determinam essa relação [entre sociedade e espaço], cuja historicidade a define enquanto processo permanente de desnaturalização, humanização e socialização do espaço terrestre”. Ou, como sustentam Furnival e Costa (2003):

[...] a formulação de políticas ambientais tem sido predominantemente descritiva, buscando respostas à pergunta assim formulada: ‘como funciona nosso meio ambiente?’[...] o que tem acarretado uma preponderância de explicações naturalistas e fisicalistas dos problemas ambientais, suscitando um estado em que esses têm sido trabalhados exclusivamente como problemas de caráter objetivo e mensurável das circunstâncias materiais e naturais da vida (água, ar, terra, energia). Esta linha de pensamento tem sido denominado como ‘realismo ambiental’, pelo qual o meio ambiente é visto

como separado da cultura humana e como uma entidade que produz efeitos não-ambíguos, observáveis e corrigíveis.

Enfim, para certos pesquisadores, a compreensão da realidade social deveria, em tais espaços, ocorrer mediante o estudo das contradições do processo de particularização de totalidades concretas, fato que favoreceu a criação de um ambiente de proposição de modelos ou padrões de mudanças sociais a serem seguidos.

Em síntese, em tais modelos, as instâncias de poder correspondentes teriam a característica da inclusão política, numa retórica - democratizante - de ampliação da participação dos diferentes interessados. Tratou-se, também, de sugerir que tais instâncias assumissem o objetivo precípua de propor um padrão de desenvolvimento alternativo - dito sustentável -, superando lógicas e embates dicotômicos de outras arenas (tais como os que regem a discussão sobre o acesso aos meios de produção, como o embate patronal/trabalhadores, proprietários/sem-terra) para valer-se de uma lógica *eco-referenciada*, em que as tensões entre multiusuários poderiam dissolver-se - no olhar para o outro, o meio natural e fragilizado -, propiciando um ambiente de *stakeholders* - e, portanto, polifônico - para salvá-lo. A capacidade dessas instâncias de proporem um outro desenvolvimento<sup>1</sup> nos parece duvidosa uma vez que são conformações políticas amoldadas num discurso do crescimento econômico inevitável, levantando uma cortina de fumaça que oculta as causas reais da crise ecológica. Na melhor das hipóteses, como lembra Leff (2003), há condições de propositura quando se considera que

[...] a economia política relacionada à força de trabalho, ao capital e à terra se desloca a uma ecologia política em que os antagonismos das lutas sociais são definidos em termos de identidades, territorialidades e processos de sustentabilidade. As relações de produção e as forças produtivas já não se estabelecem entre o capital e o proletariado industrial - entre capital, trabalho e tecnologia -, elas são definidas entre em suas relações com a natureza. No novo discurso sobre a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável-sustentado, os conceitos de território, de autonomia e de cultura se converteram em conceitos políticos que questionam os direitos do ser humano e as formas de apropriação produtiva da natureza.

Na vertente oposta, ao prescindir das determinações particulares, cria-se um caldo

em que se perdem os elos explicativos da totalidade concreta em seu curso histórico:

[...] a questão verde não consegue deixar de ser absorvida pela racionalidade instrumental econômica e tecnológica e é essa que vai ampara as representações hegemônicas no seio das novas esferas institucionais. a objetivação do mundo. A economia afirma o significado do mundo na produção; a natureza é coisificada, desnaturalizada de sua complexidade ecológica e convertida em matéria-prima de um processo econômico; e os recursos naturais tornam-se simples objetos para a exploração do capital. Na era da economia voltada para a ecologia, a natureza deixa de ser um objeto do processo de trabalho para ser codificada em termos do capital. Mas isso não devolve o ser à natureza, apenas a converte em uma forma de capital - capital natural -, generalizando e ampliando suas formas de valorização econômica (O'CONNOR, 1993) [...] A biodiversidade não surge apenas como multiplicidade de formas de vida, mas como zonas de reservas naturais - territórios e habitat dessa diversidade biológica e cultural -, que hoje estão sendo valorizadas por sua riqueza genética, por seus recursos de ecoturismo e por sua função de coletora de carbono.

Há, assim, que se interrogar essas instâncias quanto às condições efetivas de incitar um outro desenvolvimento, no que subjaz apresentar as formas concretas que tomam as alternativas de desenvolvimento que povoa o imaginário e balizam as práticas dos que ali estão representados, dizer algo acerca da sustentabilidade do *modus operandi* de tais instâncias. E, mais do que apresentar interesses pontuais de atores ali constituídos, há que se analisar a racionalidade hegemônica e a dinâmica pela qual a aparência institucional de mudança não pode tomar a compreensão de transformação social<sup>2</sup>.

Isso é, estamos diante do desafio de analisar criticamente os modelos de gestão que se estão instaurando tomando a representação de inovadores e renovadores da vida política e econômica nacional, para o que nos deteremos, nessa reflexão, no subtema das águas e, como recursos hidróbios, os peixes.

Para tanto, pretendemos contextualizar, de uma parte, as disputas sociais tradicionais que são travadas na base territorial em torno dos recursos naturais supra, revelando as estruturas locais de dominação; e, de outra, examinar se novos espaços e regras de disputas vão criando condições concretas de alteração da ordem estabelecida. Dito de

outra forma, buscaremos examinar se os modelos de gestão que se propõe à inovação/inclusão, desde suas matrizes discursivas e práticas políticas, podem atravessar e transmutar a dinâmica sócio-política tradicional do lugar.

Nossa hipótese é a que de o contato dos modelos de gestão – que são implantados nos novos espaços políticos – com as estruturas locais de dominação impede a efetivação de uma transformação da ordem social naquilo a que, idealmente, os modelos propõem ou, como disse Leff (2003), interpretando as mudanças aparentes,

[...] a geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável não apenas prolonga e intensifica os processos anteriores de apropriação da natureza como também altera as formas de intervenção e de apropriação da natureza, levando a lógica da racionalidade econômica a seu limite.

### **Desenvolvimento sustentável como simulacro**

O desenvolvimento das forças produtivas tendeu, historicamente, a negar o meio natural, submetendo sua dinâmica a um compromisso absolutizado com a acumulação. “Não foi apenas o corpo humano reduzido a simples objeto de trabalho, mas também o corpo inorgânico profanado em suas leis intrínsecas para reduzir-se à condição de simples matéria-prima na produção de objetos”, assinala Lipietz (1988, p. 16). E as políticas ditas “de desenvolvimento sustentável” em nada vêm colaborando para o desfazimento desse processo à medida em que reiteram o viés utilitarista, o processo de produção e consumo em que são colocados ambos os corpos.

Não se trata, obviamente, de dissociá-los – uma vez que a natureza não pode ser entendida como uma exterioridade na relação capital/trabalho. Tampouco, em negar o ganho que a dimensão da territorialização das relações capitalistas poderia, potencialmente, trazer para o debate uma vez que a apropriação da grandeza extensiva da natureza mais claramente permite observar as situações de excludência que suscita, dando materialidade à reprodução das desigualdades sociais, segundo Valencio (1985). Mas, trata-se de saber se as novas institucio-

nalidades podem lidar com essa abordagem, territorializada, de modo competente, não apenas na indicação de atores, mas na indicação dos mesmos a partir de uma apreensão adequada do real. Os fundamentos discursivos, que amoldam a compreensão comum acerca do funcionamento desses espaços, retirados basicamente do *Relatório Brundtland*, não contribuem para uma perspectiva promissora de um olhar melhor sobre a questão.

Desde uma visão conciliatória entre capital e natureza, o *Relatório Brundtland*, de 1987, apresentou o conceito do desenvolvimento sustentável como a possibilidade de obtenção de sinergias promissoras entre a tecnologia e as novas configurações institucionais no intuito de “resgatar” o mundo da problemática ambiental, isto é, acoplando o termo “ambiental” ao discurso intacto do desenvolvimentismo, segundo afirmam Furnival e Costa (2003):

Nesta abordagem antropocêntrica [de desenvolvimento sustentável fraco], as políticas ambientais globais, nacionais, locais e institucionais se baseiam em instrumentos políticos de livre mercado, que ao mesmo tempo em que incorporam a dimensão ambiental nas questões econômicas [...] Em contrapartida, o entendimento do desenvolvimento sustentável ‘forte’, de um ‘tom de verde escuro’, englobaria valores mais radicalmente biocêntricos e ou ecocêntricos, privilegiando a preservação dos ecossistemas, mesmo que isto implique em ‘crescimento-zero’ da economia. Segundo essa visão, o alcance de níveis e padrões mínimos da qualidade ambiental deveria ser priorizado frente a outras metas.”

Se tais institucionalidades parecem mais inclusivas que os espaços tradicionais, essa inclusão vem se dando às custas da diluição da totalidade numa nova concepção prometéica, que volta a razão para um ajuste possível entre as propostas ecologistas e sociais e os desígnios da racionalidade econômica (LEFF, 2003; FURNIVAL; COSTA, 2003).

De outra parte, as políticas de “desenvolvimento sustentável” têm sido paridas em um processo que se supõe como controle social a longo prazo – obtido por meio de mecanismos de mercado ajustado –, incitando certezas fictícias onde pairam incertezas acerca dos processos econômicos e ambientais, acerca da eficácia das políticas públicas e estratégias de apropriação da natureza. Ou seja, se a compreensão da

realidade social, no âmbito dos novos espaços políticos, precisa lidar com as contradições do processo de particularização de totalidades concretas, esses mesmos espaços negam-se a fazê-lo. Sob tal perspectiva, os modelos ou padrões de mudanças sociais a serem seguidos são tão mais eficientemente instaurados e alardeados quanto menos sujeitos a lidar com as determinações particulares (ou processos emergentes) dos elos explicativos da totalidade concreta em seu curso histórico.

Para lidar com esse fenômeno de distanciamento entre as práticas inscritas nas novas esferas e as relações entre sociedade e natureza com base no movimento de objetivação da realidade, buscaremos realizar análises concretas. São essas as que podem trazer à tona os processos essenciais pelos quais os indivíduos produzem e se produzem em sociedade. E é nelas que apercebemo-nos, através da categoria trabalho, que as mudanças operativas da organização política – em bases físico-territoriais que visam transcender divisões geo-político e administrativas anteriores, – são aparentes: o trabalho, como contínua transformação da natureza, a fonte de toda riqueza social, persiste como determinação simples, e persistem as formas históricas de sua má divisão, como sustentam Martins e Valencio (2003).

### **A produção insustentável do espaço: das disputas desiguais sobre o território**

No escopo da discussão sobre novas institucionalidades, a valorização da dimensão territorial é relevante. Como assinala Santos, “cada momento da história organiza o território diferentemente, entrelaça de diferentes formas a paisagem natural, os meios técnicos e os grupos sociais que ali vivem produzem e fazem circular a riqueza” (1996, p. 46).

Mas, cabe trazer a região também como categoria de análise que colabora para o entendimento das diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir. A região penetra nas formas-conteúdo essenciais do capitalismo, nas lógicas em que se constitui a propriedade, a produção e a dimensão das representações, isto é, das percepções, valores e condutas, pois, segundo Santos (1996, p. 46), “as regiões são dife-

rentes, para atender às necessidade de um espaço”. Se a paisagem é o mote das novas conformações políticas – como o é nos Comitês de Bacia Hidrográfica –, as construções materiais e simbólicas sobre as mesmas não são redutíveis a ela, mas à região e ao trabalho. Assim, Santos relembra que “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar em seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos os riscos de tomar por verdadeiro o que é só aparência” (1996, p. 62).

A paisagem é a aparência e, também, a permanência, ante ao conteúdo da região, que é o fator dinâmico e social. Na região há a produção do espaço, a qual, por sua vez, não ocorre senão por via do trabalho. Assim, as novas esferas públicas – como manifestação do novo ante o tradicionalismo, da participação ante a centralização – só seriam passíveis de romper com uma configuração herdada da realidade social à medida em que se disponham a perscrutar as práticas distintas de produção econômica e reprodução social, isto é, o conteúdo do trabalho e da região.

Dito isso, passamos a nos debruçar sobre os limites dessas novas institucionalidades a partir da análise de formas particulares de manifestação do novo espaço político em diferentes localidades: a Bacia Hidrográfica do Alto/Médio São Francisco, em Minas Gerais, e Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, em São Paulo, envolvendo, ainda, indagações acerca do devir de setores distintos da atividade econômica, a pesca profissional e a agricultura.

### **Inovações institucionais diante das estruturais locais de poder: absorção ou subordinação?<sup>3</sup>**

No caso da Bacia do Alto-Médio São Francisco, o recorte territorial em torno da água – parecendo subverter outras formas de regionalização e configurações políticas – toma a aparência de ser amplamente mais favorável, em torno de uma congregação sócio-política procurando a sustentabilidade em torno do uso do recurso natural, do que no interior paulista. Este rio repousa no ima-

ginário social como referência de identidades coletivas. O planejamento das atividades produtivas hegemônicas do interior mineiro passou, desde sempre, pela dimensão do acesso e controle às suas águas.

As formas modernas de utilização desse rio – alterando substantivamente a sua forma e disponibilidade hídrica –, representadas na Usina Hidro-Elétrica de Três Marias e na fruticultura irrigada, a partir de Pirapora – constituíram-se ao largo de qualquer preocupação ambiental, a partir dos anos 60. E, nos dias atuais, são seguidas de outras às quais se impõe, fazendo dos espaços participativos *loci* de estigmatização e extinção de usos tradicionais, como a pesca profissional artesanal. Estes precisam ser destruídos para legitimar os novos usos como alternativa socioambiental sustentável. E o processo de destruição faz emergir conflitos entre ambos, o que se expressa, atualmente, na pesca profissional artesanal, de um lado, e na aqüicultura e pesca amadora, de outro.

A pesca profissional, praticada em bases artesanais, é uma das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco. Milhares de famílias ribeirinhas mantêm atreladas a esta ocupação suas possibilidades mais significativas de reprodução material e sócio-cultural. O ato de capturar o peixe como principal meio de sustento da família está associado tanto à aguda percepção ambiental deste trabalhador, que vivencia o cotidiano do rio e dos que dele dependem, quanto à sua capacidade de fazer os meios de produção próprios a essa extração e a desenvolver técnicas corporais peculiares no manejo dos petrechos. Na pesca, a jornada de trabalho é descontínua, posto que o ritmo do trabalho é ditado pela natureza: a hora de sair, de colocar a rede e recolhê-la, ou jogar de tarrafa, não são desígnios diretos das relações sociais, mas dependem do comportamento dos peixes. O saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos envolvidos na atividade é, portanto, condição *sine qua non* para a existência do próprio pescador. Isso faz com que este saiba das condições do rio momento a momento.

Uma viagem de canoa em companhia de um pescador é, no mais das vezes, uma aula sobre as variações do rio e do comportamento dos cardumes. Suas referências,

por necessidade da profissão, baseiam-se nas condições de pesca de última hora. Por isso, entre estes trabalhadores, a troca constante de informações sobre as condições do rio contribui para a construção da identidade da categoria. A despeito de irem ao rio sozinhos ou em duplas, é nítido na categoria o sentimento de reciprocidade, de interdependência entre os que vivem da pesca. Esta descontinuidade da jornada de trabalho pesqueira dificulta a implantação da pluriatividade entre os pescadores. Sem embargo, ainda que este trabalhador sinta-se pressionado a desempenhar outras atividades para o sustento da família, a necessidade de adequar-se às condições da natureza para a pesca faz com que sejam restritas suas possibilidades de realização de outras atividades rurais. Além disso, a diferença de ritmos entre a atividade da pesca e as atividades secundárias e/ou urbanas faz com que a primeira pareça, ao olhar menos atento, “indolente” e “livre”, embora se constitua em trabalho fisicamente árduo, exigindo informações ambientais complexas.

Dos novos espaços políticos – sejam audiências públicas, conselho de recursos hídricos ou comitês de bacia – o pescador profissional é apartado, ou é inserido de uma forma subordinada – o que é feito no propósito de resguardar os interesses produtivistas e usos instrumentais do rio. As falas hegemônicas nesses espaços sinalizam a aqüicultura como o devir econômico da pesca profissional. E a pesca amadora, praticada por turistas, como seu devir cultural. Em ambos, inserindo-se subordinadamente, atendendo aos sinais de que a pesca profissional precisa ser superada como imagem do atraso, da barbárie, e da depredação que seria preciso evitar. Sob uma perspectiva ambiental, a aqüicultura, para além do papel de redentora social – como ocupação alternativa para os pescadores profissionais –, seria redentora do peixe silvestre, liberto, enfim, do seu papel de alimento. E, sob um prisma econômico, a atividade atingiria o nível de eficácia que a reprodução natural dos cardumes não consegue, com ganhos de escala compatíveis ao afã de introduzir a mercadoria no tema da segurança alimentar. Já a pesca amadora teria a virtude de transmutar o pescador profissional artesanal em

guia, piloto, subordinando-o ao cidadão que, pelo desfrute do conhecimento tradicional, pode realizar eficazmente a captura do peixe que, retirado da pauta dos alimentos, entra fortemente na pauta do entretenimento.

O projeto modernizante supracitado – tanto na forma da aqüicultura quanto na forma de pesca amadora – coloca o IEF, no nível estadual, o IBAMA, a CODEVASF e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, no nível federal, em convergência. Mas é preciso indagar se as interfaces discursivas, de um lado, suportam o peso de concepções genuinamente inclusivas em termos sociais e, de outro, suportam o peso das práticas sócio-econômicas que se quer por sustentáveis. Vamos a isso.

Em termos ambientais, a aqüicultura é um processo de produção em bases industriais, uma tentativa de domesticação mais ampla da natureza. Selecionam-se espécies para cativeiro apenas levando em consideração aspectos da demanda (como as preferências do mercado externo), subordinando qualquer preocupação com os impactos do empreendimento sobre o ecossistema aquático. Se a atividade é vista como solução sustentável, na medida em que visaria “poupar” ou “proteger” o peixe silvestre que habita o ecossistema em que o empreendimento se instala, é preciso contrapor o risco de fuga de espécies exóticas, que pode desestruturar todo o ambiente de que o peixe silvestre precisa para se reproduzir e desenvolver, risco bem recentemente pouco considerado uma vez que a tilápia vermelha<sup>4</sup> foi a espécie exótica primeiramente escolhida para o cultivo<sup>5</sup> neste rio, através de projeto da CODEVASF. Há, ainda, o aspecto da ração que é fornecida para os estoques em tanques rede. A ração torna-se um nutriente que, dispersado sobre a água, corre o risco de transposição do tanque, em função da velocidade da correnteza, tornando-se atrator de cardumes silvestres. Além disso, o excremento dos estoques cultivados pode modificar o estado trófico do ecossistema circundante e ampliar os riscos de doenças entre as espécies também precisam ser considerados.

Em termos ocupacionais, não há correspondência entre o trabalho da pesca e o trabalho da aqüicultura, em que há dispa-

ridades profundas nas interações homem-água-peixe. O trabalho na aqüicultura colocaria o pescador em um processo alienador que, ao prescindir do conhecimento do ambiente natural – o ecossistema abrangente, nos seus componentes climáticos, florísticos, faunísticos e hidrológicos – e das técnicas a ele ajustadas, requer outras habilidades, reduzidas e orientadas pela competência técnica da engenharia de pesca. O trabalhador da aqüicultura torna-se, no seu estrato inferior – o trabalho direto – um fiscal de peixe, alimentando-o e fazendo cuidados nas gaiolas. O pescador, ao contrário, é um conhecedor do ritmo do rio, que dá o ritmo dos estoques, a piracema, as cheias. Há sazonalidades na pesca que a aqüicultura não apresenta, criando-se, nesta última, condições mais ajustadas àquilo que identificaríamos como trabalho proletário.

Em relação à outra alternativa ao trabalho da pesca, que é referendada pelo IBAMA/IEF/SEAP – qual seja, a atividade de guia de pesca para os amadores –, os aspectos relacionados à ampliação da vulnerabilidade social são, também, consideráveis. A sazonalidade do turismo não permite regularidade na obtenção de renda por meio de tal atividade. De fato, as imbricações da infraestrutura hoteleira, da adequação do clima, dos períodos de ocorrência de feriados, dos períodos de defeso e, por fim, da disponibilidade de renda e interesse do consumidor desse serviço criam um horizonte de incertezas na sobrevivência desse trabalhador. Todavia, uma vez que seja solicitado, o guia de pesca está suscetível à perda do controle sobre o seu conhecimento ambiental enquanto fonte de obtenção de renda: o pescador amador que se habitua a frequentar o lugar logo identifica a localização dos melhores pontos de pesca, apreende as noções de como ajustar suas tralhas e técnicas ao comportamento dos cardumes de interesse e, assim, tenciona não mais recorrer ao guia, pois já há a apropriação das informações necessárias à fruição do ambiente aquático. O conhecimento é valorizado, mas o uso do conhecimento precisa ser instrumental para a modernidade. Precisa ser conhecimento controlado pelo outro.

O fomento à atividade turística e de lazer no trecho mineiro do rio São Francisco

não incita apenas a mudança nos padrões de ocupação do rio, mas das margens deste, que passam a ser vistas como reserva de valor para o mercado imobiliário, cuja procura por investimento em infraestrutura voltada para o turismo vai pressionando pela expulsão dos moradores ribeirinhos, muitos dos quais, pescadores profissionais artesanais, cuja relação de titularidade com o imóvel é precária.

O IBAMA e o IEF pautam-se pela retórica do desenvolvimento ambientalmente responsável, mas deflagram expedição de carteiras de pesca amadora<sup>6</sup>, o que demonstra que não se trata de resguardar a ictiofauna da pressão antrópica em geral, mas para o propósito de reservar o recurso pesqueiro para a fruição da porção moderna da sociedade. O espaço das Audiências Públicas é a forma moderna de lidar institucionalmente, com essa questão socioambiental. E é um espaço problemático. Em 07 de maio de 2001, a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais retomou a discussão da defesa do projeto de lei que previa o fechamento permanente da pesca profissional nesse estado da federação, nisso retomando, discretamente, os termos da audiência pública de junho de 2000. A discricção na divulgação desse espaço de debate vinha para tentar fazer valer os termos que, na oportunidade anterior, pela presença maciça dos pescadores profissionais, não tinha sido possível: a do pressuposto de que a “pesca predatória” e a pesca profissional se correspondiam<sup>7</sup> e, portanto, precisava ser eliminada em nome do desenvolvimento sustentável.

Até então, tinha-se naturalizado o processo pelo qual os órgãos federais e estaduais empenhavam-se em fiscalizar e autuar os pescadores profissionais, utilizando critérios economicamente distorcidos, isto é, impeditivos de recuperação de seus meios de produção, dos quais eram destituídos irreversivelmente, na maioria dos casos. Agora, no entanto, tratava-se do objetivo superior de levar ao paroxismo as restrições para o exercício da atividade, a começar por alijar os pescadores dessa nova forma institucional constituída como espaço em que se discutia seu futuro. Quando, para além das previsões, os pescadores tomaram ciência da audiência

pública, mobilizando suas lideranças em cada trecho do rio São Francisco e de outras bacias e fazendo-se presente, os parlamentares propositores e defensores da tese supra julgaram acintosa a sua presença, relatada, na ocasião, como “uma provocação”. Além disso, a direção da mesa ponderou que o parlamentar, tido como ‘judas’, por ter ‘delatado’ à categoria a ocorrência de tal reunião, deveria ser punido pela Casa.

Após alguma discussão, o parlamentar “delator” precisou levar os colegas a recuperar a compreensão do caráter da instituição parlamentar, mas, inclusive, da audiência pública, ocasião em que se exige ouvir a sociedade e os interessados diretos. Não sem propósito, um interessado direto, nos termos da convocação (contra a “pesca predatória”), estava presente, compondo a mesa: tratava-se da representação da pesca amadora, através de um clube de médicos localizado às margens do rio São Francisco.

O espaço do Conselho Nacional de Recursos Hídricos não é, tampouco, favorável. Embora neste se creia corriqueiro o significado da água como suporte de vida para os elementos vivos, da fauna e flora, que a torna base de um ecossistema particular (ecossistema aquático), a mesma é vista preponderantemente como “recurso hídrico”, isto é, num viés utilitarista e compartimentado da “natureza para o homem” e não como meio biofísico que suporta várias relações, inclusive, mas não só, relações sócio-culturais. Qual o espaço de representação política da pesca profissional artesanal de água doce? Aparece, a pesca profissional, sem distinção entre as formas artesanal ou empresarial, com direito de partilhar a mesma cadeira que a aqüicultura, a pesca amadora e o lazer. Assim, colocam-se “no mesmo saco” (ou cadeira, de forma alternada), trabalhadores autônomos do território das águas, ao lado do empresariado da pesca e cultivo de peixes e da classe média que forma os turistas, com suas pescarias de lazer e seus estabelecimentos de descanso. Mas, com representação distinta e permanente, estão outros usuários, como os irrigantes, as concessionárias hidroelétricas, o setor de saneamento.

Embora tão pequena e circunstancial fosse a possibilidade de representação da

categoria – que, aliás, até o ano de 2002, sequer tinha identificado esse espaço político, de certa feita foi perguntado a um dos representantes do CNRH (vinculado à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos) como a categoria poderia pleitear a ocupação de sua partilhada cadeia, no que respondeu: “Precisamos perguntar ao peixe quem ele deseja que lhe represente”<sup>8</sup>. Ainda que um resquício de uma preocupação biocêntrica estivesse subjacente a tal resposta, ficou a impressão de que, aos demais usuários do território das águas, era aceitável que defendessem seus interesses em produzir energia (= acumular); produzir bens agrícolas (= acumular); capturar ou cultivar peixes, desde que em escala (= acumular); desfrutar da paisagem e recursos pesqueiros por lazer (= gastar o que acumulou). Só parecia impertinentemente pretender que o trabalhador autônomo de uma atividade extrativa, cujas técnicas e instrumentos são os mesmos, desde tempos ancestrais, fruto da transmissão oral e sua particular cultura, gozassem de um direito de falar, não em nome dos peixes, mas, como os demais, em nome de si mesmos, pelo direito de serem respeitados como pessoas e grupo social e econômico. Tal fala pareceu indicativa de que jamais estariam considerados no rol de atores, de sujeitos de seus destinos, posto que a legitimidade que, porventura, os rituais democráticos conferissem ao seu adentramento em tal Conselho – ou seja, num dos principais *loci* político de discussão das formas de acesso e uso das águas públicas –, teria que passar pela difícil reconhecimento dos demais sobre quem, de fato, eles são e têm o direito de ser.

Por fim, o espaço do Comitê de Bacia do São Francisco não é, também, alvissareiro à atividade da pesca artesanal. O governo de Fernando Henrique Cardoso implantou o Comitê em junho de 2001. Usuários politicamente fortes – como os irrigantes e as concessionárias de energia – têm condições de impor suas demandas diante do referido Comitê uma vez que estão diretamente representados – como a CHESF. Ao seu lado, os representantes dos esquemas políticos previamente constituídos: prefeitos, representantes do governo estadual e, tomando a forma da sociedade civil, acadêmicos (algumas vezes, na forma de ONGs).

Embora os pescadores profissionais tivessem conseguido assento, já na primeira reunião da diretoria provisória, realizada em Brasília<sup>9</sup>, o representante da CEEIVASF referiu-se às dificuldades, ainda não sanadas até aquele momento, para viabilizar financeiramente o deslocamento daqueles representantes. Naquela ocasião, também se peliteou que a representatividade dos municípios fosse considerada de forma a garantir uma ponderação por Estado, garantindo maior representatividade aos Estados que tivessem maior número de municípios.

Esse tipo de perversão política, num fórum que se pretendeu discutir uma visão integrada das funções econômicas, sociais e ecológicas da Bacia, não foi acatada como proposta metodológica de constituição das representações permanente no Comitê. Mas deliberou-se pela constituição de regiões, que acabam por confundir-se com outro tipo de mandonismo que também perpassa a esfera político-administrativa convencional que quer valorizar-se. No coronelato que atravessa os órgãos públicos, inclusive ambientais. Vê-se, desde a diretoria provisória à permanente, os mesmos nomes a representar esferas distintas de governo; ou, o contrário, submeter tais esferas ao seu projeto particular de desenvolvimento. O apelo à valorização da produção mais plena – associado a um esforço de manutenção da aparência da paisagem preservada, como na recomposição de matas ciliares em áreas urbanizadas e rurais, bem como de medidas de fitorremediação visando contenção de despejos industriais adjacentes ao rio – é o tom que começa desde os usuários e passar pelos representantes das esferas públicas convencionais. A razão instrumental-discursiva desses argumentos está para além dos usuários uma vez que é assumida nos discursos oficiais como forma de imposição ideológica, ou seja, como agir comunicativo que revela estratégias de construção de versões setorialmente referenciadas sobre a realidade social, conforme sustenta Habermas (1993).

O caso da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema não aponta para nada melhor. Se tomarmos a região, procurando o seu conteúdo material, o trabalho, encontrámo-la na agricultura. E essa desfaz, desde os componentes essenciais de sua

forma de produção, a legitimação política do recorte físico-territorial em torno da água, colocando-se, de um lado, no recorte dos circuitos econômicos que transcendem a bacia e, de outro, no recorte político administrativo do município. Novos padrões – supostamente sustentáveis – de uso dos recursos hídricos na agricultura requerem um forte arranjo institucional, o que, no geral, não ocorre. Por um lado, em vista da dissociação das esferas territoriais em que o tema ambiental e o tema produtivo são discutidos; por outro, porque o viés setorial não consegue transcender a seus próprios interesses quando na discussão sobre o acesso e uso de água, minimizando a efetividade da participação das comunidades locais no planejamento e na gestão deste recurso. Quando escalas físico-territoriais são tomadas como parâmetro para a identificação dos meios naturais disponíveis ao meio social, a “orquestração” dos diversos interesses dos grupos sociais envolvidos no território não consegue romper com as exigências do componente econômico forte do espaço, o capital. É preciso considerar que a situação de não afrontamento ao setor na disputa por água coloca-se em vista de que a agricultura permanece como sendo a principal usuária dos recursos ecossistêmicos nas áreas rurais do país e a fixação de novas frentes de produção de valor nestes espaços também dependerão de um ambiente negocial relativamente pacífico com ela. Assim, atividades direcionadas aos “nichos de mercado” – como aquelas associadas ao turismo esportivo e ao lazer – dependerão diretamente de como disponibilizará para outrem a paisagem. O risco de reproduzir formas de organização “que apenas mascaram as práticas tradicionais e são, na maioria das vezes, clientelistas, corporativistas e autoritárias de poder local”, conforme orientam Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 74), de fato se concretiza na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema.

A pequena produção familiar não é vista, nas regiões de estudo – como em outras do Estado de São Paulo, como a de Jaú (MARTINS, 2003) – como uma alternativa de agricultura sustentável. Pelo contrário, é vista como situação *residual* frente à agricultura tecnificada, integrada a grandes com-

plexos agroindustriais. No que tange a esta produção, mesmo o PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar) – que ganhou grande visibilidade nacional desde meados da década de 90, quando foi criado –, teve seu alcance restringido pelos próprios interesses sistema financeiro. Observe-se o discurso de um membro da Casa da Agricultura de Paranapanema:

A verdade é que o Banco do Brasil não tem interesse em emprestar dinheiro a juros de 8,75%. O Banco do Brasil é público, mas antes disso é banco! Aqui na Casa da Agricultura eu recebo todo pré-plantio agricultor dizendo que foi no banco e o gerente diz que ele precisa de avalista, disso, daquilo, daquilo outro, do RG da sogra... É claro, esse agricultor não tem garantia nenhuma pra dar pro banco. Banco não quer trator velho. Porque eles gostam de financiar a construção civil? Porque no final das contas, se a construtora não pagar, ele, banco, fica com metade do prédio e pronto. Aqui em Paranapanema ninguém pode depender do PRONAF. O grande consegue crédito do governo via BNDES; o pequeno, vai mesmo de crédito pessoal.

Existe, no estado de São Paulo, uma estrutura institucional incumbida de criar condições para o desenvolvimento de estratégias locais e regionais de desenvolvimento rural. Esta estrutura é centralizada na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado.

Criada em 1967, a CATI tem sua atuação reconhecidamente vinculada ao extensionismo agrícola. Dentre suas atribuições, estão a adaptação, difusão e transferência de tecnologias de produção agropecuária; a capacitação e treinamento de profissionais, produtores e trabalhadores ligados aos *agronegócios*, e; o asseguramento da conservação do solo água e da água no estado. É também responsável pela fiscalização e controle da qualidade dos insumos agropecuários e dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal utilizados na produção. Em nível municipal, seus serviços são disponibilizados aos agricultores e pecuaristas através das Casas de Agricultura.

Entre a CATI e as Casas da Agricultura, existem 40 Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDR). Estes conselhos são formados por representantes de associações de produtores, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais do setor agroindus-

trial, prefeituras e por integrantes de universidades e colégios técnicos agrícolas. Cabe a estes conselhos: a) propor diretrizes e fornecer subsídios para a formulação da política agropecuária em nível regional; b) buscar o desenvolvimento regional, promovendo a integração dos vários agentes regionais ligados aos agronegócios, e; c) auxiliar na implementação da política agropecuária estadual.

Embora tenha como objetivo elaborar e apoiar estratégias regionais de desenvolvimento rural, os CRDR's têm suas atribuições estritamente vinculadas às atividades agropecuárias, o que desde já nos indica uma tendência, no arcabouço institucional paulista, de reiterar uma concepção restrita da ruralidade. Mesmo entre os técnicos da CATI, é possível notar não só o despreparo para o apoio de atividades que não se relacionam estritamente com a agricultura – como é o caso das atividades de lazer e turismo rural –, mas também é possível delimitar uma concepção reducionista do próprio desenvolvimento agrícola. Pinto e Bergamasco (2000), por exemplo, constataram, em estudo recente junto aos extensionistas da CATI, o predomínio de concepções produtivistas de assistência técnica à produção agrícola em detrimento da construção de alternativas condizentes com práticas de agricultura sustentável<sup>10</sup>. A agricultura familiar, por exemplo, foi avaliada pelos extensionistas da CATI como vocacionada exclusivamente para a produção de subsistência, estando – assim como a reforma agrária – desvinculada da noção sustentabilidade nos espaços rurais. Além disso, estes extensionistas acreditam que deva ser papel primordial da extensão rural apoiar a agricultura e, em especial, aqueles produtores que pretendam dotar suas atividades de maior dinâmica empresarial. Evidentemente, tal atitude reifica, ainda que de maneira reservada, a mesma lógica do processo de modernização agrícola nacional, onde a não distinção de público promoveu o apoio a poucos produtores – que, no mais das vezes, eram os já capitalizados –, além de também desprezar o debate recente acerca das novas alternativas de geração de renda para as áreas rurais<sup>11</sup>.

No caso dos CRDR, era de se pressupor que outros temas envolvidos na temática

da ruralidade pudessem ser objetos de reflexão dos conselhos. Mas o que se pôde apreender, a partir de entrevistas realizadas com alguns de seus membros, foi, ora a fragilidade organizacional e política destes conselhos, ora sua serventia como extensão do domínio de grupos hegemônicos no movimento regional de produção de valores excedentes na agricultura.

O município de Paranapanema está circunscrito à área de abrangência do CRDR de Avaré. Também integram este conselho os municípios de Águas de Santa Bárbara, Arandu, Avaré, Barão de Almeida, Cerqueira César, Coronel Macedo, Iaras, Itaí, Itaporanga, Manduri e Taquarituba. Este conselho é presidido por um sindicato patronal, o Sindicato Rural de Avaré. A ausência de estrutura operacional adequada ali não é identificada como desafio passível de se enfrentar endogenamente, mas, ao contrário, é identificada como uma estratégia de atuação política da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado, como diz o presidente do CRDR-Avaré:

Nosso conselho tem algo em torno de 50 pessoas. Cada município tem indicado dois ou três membros para o conselho. Mas quem atua mesmo é só a direção. É a presidência com o apoio do pessoal da CATI. Isso porque o conselho tem sido muito esvaziado. [...] Tem sido esvaziado por uma opção da Secretaria. Eles enaltecem muito o conselho municipal, e isso acabou esvaziando o interesse e a atuação dos conselhos regionais. Pra secretaria é mais fácil trabalhar com os municípios, pois é uma relação direta, sem ninguém para fazer o intermédio e ter ganho por isso. Não ganho em dinheiro, não se trata disso. É mesmo ganho político, do sujeito ir até lá e parecer que ele fez sozinho todo o serviço. A Secretaria é que viabiliza as coisas e ela, naturalmente, quer aparecer por isso.

Ou seja, o conselho esmorece em vista da lógica tradicional de reconhecimento particular das ações públicas. E o centro das disputas torna-se a figura do provedor-benfeitor, que responderá pela conquista de recursos e/ou serviços para o município ou região. Esta disputa, neste caso, não é sequer entre instituições, posto que não são as instituições que aparecem na arena pública das comunidades rurais aqui analisadas. *Pessoas* e instituições se confundem. Tal fato revelou-se nitidamente ainda no planejamento da pesquisa de campo deste estudo. Quando se

procurava pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural – através das prefeituras, sindicatos e casas da agricultura –, as respostas eram sempre as mesmas: “procure fulano”; “se houver isso aqui, deve ser ele”. E, de fato, o “fulano” era mesmo o membro procurado. No entanto, o membro não nos era apontado como tal, mas sim como sendo a própria esfera pública, dita participativa.

Esta relação de personificação da instituição – ou, como nos diria Martins (1999), de manifestação da cultura da apropriação do público pelo privado –, também pôde ser observada nos conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR), criados como espelho das casas municipais de agricultura. A despeito de se referirem ao desenvolvimento rural, estes conselhos são administrados exclusivamente pelos setores ligados à agricultura. Estão localizados oficialmente na casa municipal de agricultura. Não obstante, a realidade é que o conselho municipal é própria casa da agricultura. São os dirigentes desta casa que personificam o conselho de desenvolvimento rural do município e sua referência territorial não são as águas de que a atividade precisa, mas o circuito produtivo com o qual está atrelada, nas palavras do presidente do CRDR-Avaré:

No conselho (regional), nós precisamos trabalhar em cima da cadeia, dentro do agronegócio. Temos que fazer estudos sobre cadeias de agronegócio pra saber o que é importante desenvolver. O turismo está crescendo na região. Tivemos até, dias atrás, uma palestra sobre isso. Parece que o governo quer montar cinco pólos de turismo rural e a região de Avaré será um desses pólos. Parece que terá dinheiro do PRONAF pra isso. Então, vamos também atrás disso. Mas, é claro, nossa tarefa primordial aqui é cuidar da agricultura. [...] Nós que participamos dos comitês vemos que lá ninguém entende de agricultura. Falam absurdos como se fosse verdade. A cidade não quer feijão, milho, arroz, tudo barato? Agora como se faz isso? Reclamam de produto químico nas lavouras, mas querem que a gente produza muito pro preço de tudo ir lá pra baixo. Aí, chega no comitê, acusam a gente como se eles não tivessem nada a ver com isso. [...] Acho que o agricultor tem sim que aprender a tratar melhor do meio ambiente, preservando solo, nascente de água, etc. Mas não é acusando o agricultor de criminoso que vão conseguir alguma coisa.

A presidência do CRDR-Avaré afirmou considerar um grande avanço institucional a criação dos comitês de bacias hidro-

gráficas no estado. Do mesmo modo, o presidente do CMDR-Paranapanema ressaltou a importância da descentralização da gestão de águas no estado e o ambiente participativo proporcionado pelas estruturas dos comitês. Apontou ainda a importância da localidade firmar-se como gestora do meio ambiente, superando a simples condição de cumpridora de restrições ambientais, segundo o presidente: “Não adianta eu falar pra você: “eu pago o quanto eu quero” e gasto pra danar! O problema vai ser maior se você me proibir de usar mais que um tanto X de água. Eu acho muito mais eficiente isso. Porque tem gente que vai pagar, vai gastar sobremaneira e dinheiro não vai fazer a água voltar. Então vamos criar regulamentos, normas, e punir quem faz mal uso. Olha, pode até cobrar de quem polui, mas de quem polui mesmo.”

Como visto, o viés agrícola da visão dos conselheiros sobre a temática hídrica produz uma argumentação fortemente defensiva do setor. Mesmo considerando a pertinência da temática, a defesa dos interesses da agricultura prevalece na reflexão sobre o alcance dos instrumentos de gestão de águas. Cumpre, portanto, considerar que, na medida em que a estrutura de gestão de águas atribui poder decisório à localidade, através dos comitês de bacia, as relações de poder socialmente constituídas na localidade poderão atuar de modo a relativizar e/ou instrumentalizar a própria estrutura de gestão.

Não há, em nível federal, programas governamentais com grandes investimentos públicos na orientação técnico-ambiental de produtores agrícolas. Do mesmo modo, não há condução compassada das ações institucionais dos órgãos federais responsáveis por políticas agrícolas e por políticas ambientais.

Em nível estadual, também não há ações compassadas entre políticas agrícola e ambiental. A inovação mais significativa em termos de gestão ambiental das áreas rurais por parte da Secretaria Estadual de Agricultura tem sido o desenvolvimento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). Financiado com recursos do Banco Mundial, este programa tem como objetivo principal estimular a implantação de sistemas agropecuários que garantam a melhoria dos níveis de renda das populações

rurais do estado, o aumento da produtividade das pequenas unidades de produção sem o emprego de agroquímicos, a recuperação de áreas degradadas e a preservação da qualidade dos recursos hídricos. É executado por meio de um convênio que o município estabelece com o governo estadual, representado pela CATI. Para tornar-se conveniente, o município deve ter um CMDR legalmente formalizado. O CMDR-Paranapanema, por exemplo, surgiu justamente pelo interesse do município no programa, como afirma seu presidente: “O prefeito me procurou dizendo que precisaríamos criar um conselho de desenvolvimento rural para pleitear uma verba do governo. Eu estava na casa da agricultura, não podia largar isso aqui. Aí resolvemos então criar o conselho com o pessoal daqui, aproveitando a estrutura e tocando tudo de forma conjunta.”

Cabe ao município, para pleitear as verbas do programa, elaborar um plano de ação, que deverá ser aprovado pelo CMDR e pelo CRDR. Mas, há dificuldades operacionais em coordenar as ações do CRDR e do CMDR com as dos comitês de bacias hidrográficas. Isso porque a base territorial do conselho regional é distinta da base geográfica dos comitês de bacia. Em alguns casos, o CRDR abarca municípios que, juntos, pertencem a quatro bacias hidrográficas distintas, como orienta o presidente:

Neste programa, tem até dinheiro para desenvolver bastante coisa. Mas tem um problema político aí que complica. O problema, a meu ver, é que os conselhos regionais têm muito pouca gente envolvida. Aí, nós aqui, por exemplo, temos município em quatro comitês da bacia. É o tal da área rural estar em um, a área urbana em outro, e um tá no Alto Paranapanema, outro tá no Médio... Acaba que não dá pra participar de tudo. Nós aqui participamos do comitê do Médio Paranapanema. Decidimos isso. Só que isso dificulta muito, pois ficamos sempre no meio de decisões políticas diferentes.

Este é um efeito sintomático das ações institucionais descompassadas em nível estadual. Se por um lado a Secretaria Estadual de Agricultura avança ao criar um programa de intervenção em microbacias, a gestão do programa não tem a bacia hidrográfica como unidade de alocação de recursos, mas sim a divisão político-territorial do conselhos regionais de desenvolvimento rural. Deste modo, desenvolvimento rural e gestão de

águas tornam-se, ao menos em termos de intervenção pública, temas dissociados.

Em ambos os casos, constata-se que as relações de domínio estabelecidas no território chegam até as instituições. Sob esta perspectiva, o poder existe em rede, em formação, e é justamente por ser dotado desta característica de movimento que as relações de domínio produzidas fora de ambientes institucionais relacionam-se com estes ambientes de modo a torna-los úteis às próprias relações locais de dominação.<sup>12</sup>

Por esta razão, estamos considerando que as análises sobre as novas institucionalidades da gestão de águas não podem desprezar nem as genealogias nem as hegemônias nas relações locais de poder.

Assim, o valor democrático atribuído aos conselhos de desenvolvimento, comitês de bacias hidrográficas e afins obscurece o conteúdo empírico das relações ali estabelecidas, dificultando a assimilação social da democracia como fato ou como método de produção de vontades manufaturadas. Este tipo de circunstância traz ênfase empírica à afirmação de Martins (1999, p. 30), para quem, na sociedade brasileira, “a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho”.

É curioso supor equidade política – em termos de legitimação de demandas ou visão de mundo – de grupos sociais distintos nas condições de inserção no espaço da produção. E, em tal equidade, supor que o resultado para os que se encontram em situação de vulnerabilidade e desfiliação<sup>13</sup> – como os pequenos produtores do Paranapanema ou os pescadores profissionais do São Francisco – seja que as novas institucionalidades procedam, por assim dizer, um balanço compensatório de suas perdas essenciais no modo de vida. Tais suposições têm uma dimensão de realidade: estariam nos marcos da história legal, desde sempre inspirado em processos exógenos – trazendo para a arquitetura do espaço novo os conceitos de modernidade e civilidade que cabem como possibilidades bastante parciais de aplicação, conforme

aponta Esteves (2003): “A idéia de civilidade aponta [na modernidade] para o postulado da igualdade e da dignidade do homem civil perante seus pares. É este status igualitário que permite a prevalência e mesmo a proliferação de uma pluralidade de interesses – materiais ou ideais – no interior da sociedade civil; mais que isso, é este status igualitário que permite os acordos parciais e transitórios entre interesses muitas vezes divergentes”.

Mas essa dimensão não pode tomar o lugar do todo.

No plano das práticas sócio-políticas, a produção de novas institucionalidades se dá com a recorrente naturalização das condutas estigmatizantes; aquelas que, embora tendo como inevitável a decadência do que é tido como *residual*, colocam forças e empenho em obstruir sua persistência como modo de vida, em anular as falas e reivindicação dos *desclassificados*. Nascimento (1994, p. 301, apud KOWARICK, 2003) faz a seguinte afirmação:

Penso que tal processo [de vulnerabilidade] tem pelo menos duas matrizes de atuação diversas, mas articuladas entre si. A primeira é clássica, e pode ser designada de controle e acomodação social pela naturalização dos acontecimentos. Ao invés de culpabilizar os pobres, os mecanismos residem justamente em desresponsabilizá-los da situação em que foram lançados por acaso, sorte ou azar que despenca aleatoriamente sobre uns e não sobre outros [...]. A atualização desses equacionamentos proclama as leis inescapáveis do mercado, da globalização, do avanço tecnológico ou da hierarquização social e, dessa forma, acaba por levar à individualização da questão do pauperismo. [...] trata-se, enfim, de um “coitado”. Em consequência, não só quem está no comando da relação social se desobriga dos que estão em posição de subalternidade, mas também a própria dinâmica que produz a marginalização ganha a nebulosidade do descompromisso, pois, segundo esse raciocínio, ela é também tida e havida como inelutavelmente natural: “tornando o pobre um ‘não sujeito’, a pobreza é como que ‘naturalizada’ e as relações sociais tornam-se ‘naturalmente’ excludentes.

Segundo Esteves (2003), trata-se de “uma cultura enraizada na tradição ibérica, excessivamente personalista, avessa à formalização, à abstração e à equidade, terminando por desenhar uma sociedade hierarquizada”. Em relação ao conjunto da sociedade, as formas de obtenção dos mínimos vitais e

satisfação dos mínimos sociais de alguns grupos não são vistas apenas como incorrigivelmente atrasadas, mas como algo que obstaculiza a presença do novo, gera constrangimentos à convergência da paisagem para as funcionalidades extensiva e intensiva ao moderno: o agrobusiness, a aqüicultura, o turismo, a hidroenergia. Enfim, gera constrangimentos à subordinação da paisagem ao circuito espacial. Este, embora transcenda às divisões físico-territoriais e as conformações políticas nascentes, delas se valem para as especificidades da acumulação, num caldo de exaltação à uma natureza natural. De outra parte, a participação dos grupos residuais nessas mesmas esferas vai forjando, sob uma aparência democrática, um processo de aceleração do seu desaparecimento uma vez em que são instados a colaborar sem mesmo haver sedimentação das etapas anteriores do convívio social pacífico – a tolerância e o compromisso.

Assim, os novos espaços políticos não emergem apenas como espaços de discussão da “questão ambiental”, mas emergem no afã de produzir uma visão totalitária da realidade social, pelos rótulos, indica as formas sociais unívocas de enfrentamento dos problemas (SANTOS, 2002). O faz a partir das situações de prestígio que remontam às práticas hierárquicas de outras esferas de poder e convívio, homens tratados como providenciais, que subordinam órgãos e instituições ao culto da personalidade, os “donos” da região são também os “donos” dos novos espaços políticos que tratarão dos projetos sustentáveis para a mesma; isto é, representam um naco do patriarcado que segue a lógica particularista e clientelista que transpõe para o mundo público padrões de relacionamento tipicamente privados (ESTEVES, 2003), novas arenas e velhas práticas, o que os estudos apresentados em nada concluem favoravelmente.

Imaginar tais espaços desde a concepção ideal, das relações horizontais nas quais a autoridade é partilhada, é reter parte de um processo constitutivo das novas institucionalidades, que, como outras experiências políticas, tem origem social nos extratos econômicos e intelectuais mais abastados, para Esteves (2003), “baseados na crença intelectualística dos ‘pedagogos da prospe-

ridade' de que a razão é por si, e em si, suficiente não apenas para ordenar politicamente a nação, mas também para dotar-lhe de novos hábitos, costumes e, sobretudo, de nova feição social. O resultado desse esforço intelectualista foi a 'separação da política e da vida social' [...]. O problema, aqui, é que o país real não se reconhece no país legal, dando origem a um quadro de profunda heteronomia". Tal fato corresponde a reter uma verdade parcial, uma vez que, no plano das práticas decisórias, seja nas estratégias de construção de consensos, seja na validação/aplicação dos instrumentos de gestão, reaparecem os processos tradicionais: as relações de domínio estabelecidas no território – isto é, *antes e fora* – chegam até essas formas institucionais e desde lá procuram torná-las úteis à reprodução da dominação.

### Conclusões possíveis

É preciso atentar que o discurso da busca de um desenvolvimento sustentável pauta-se de um sujeito agente-racional idealizado pelas abordagens formalistas que não possui história. Além de genérico, ele é abstraído da realidade social para ser interpretado à luz de leis econômicas supostamente eternas, engendrando uma opacidade que precisa ser descortinada à luz de análises concretas. São essas as que podem trazer à tona os processos essenciais pelos quais os indivíduos produzem e se produzem em sociedade. E é nelas que apercebemo-nos, através da categoria trabalho, que as mudanças operativas da organização política – em bases físico-territoriais que visam transcender divisões geo-político e administrativas anteriores, – são de aparência: o trabalho, como contínua transformação da natureza, a fonte de toda riqueza social, persiste em sua má divisão.

Em relação ao caso da pesca profissional no trecho mineiro da Bacia do rio São Francisco, é preciso notar que a presença da categoria nos novos espaços políticos não pode ser considerada um valor em si mesmo, uma vez que tais espaços podem estar a serviço da reprodução de uma ordem social desigual. Há uma base cultural impermeável à uma verdadeira mudança social, isto é, mal

pode acobertar que os trabalhadores envolvidos na perda de direitos estão numa situação de desigualdade e não participam efetivamente dos processos sociais que decidem quais os valores balizarão as novas práticas sociais no lugar.

No caso da agricultura na Bacia do Alto Parapanema, a territorialização da temática da água não repercute eficazmente em quaisquer que sejam os níveis de mudança do padrão de desenvolvimento que se queira ensejar. Isso porque os comitês envolvidos não conseguem lidar com a problemática da produção do espaço, que ultrapassa as divisões físico-territoriais da bacia, isto é, lidar com os processos e circuitos fundamentais envolvidos na gestão econômica e política do setor.

Em ambos os casos, a marca da totalidade concreta: a sociedade brasileira, que possui modos peculiares de submissão do moderno ao tradicional (MARTINS, 1999). A ordem patrimonialista, ainda bastante presente nas formações rurais do país – desde onde repousam a pesca e a agricultura –, assegura, inclusive, através da dominação de estruturas políticas, o predomínio dos interesses de grupos sociais territorialmente estabelecidos. No geral, este domínio resulta na instrumentalização do aparato público em prol de interesses setoriais<sup>14</sup>.

Não se deve, por fim, perder de vista que, entre o local e o geral, há uma relação dialética de formação. Isto significa que, ao estar circunscrita em totalidades mais amplas, a localidade é, além de agente determinante, também espaço determinado pelo próprio movimento da totalidade.

### Notas

<sup>1</sup> Como assim denominou Cardoso (1993) no alvorecer da discussão ambiental na sociologia brasileira.

<sup>2</sup> As distinções entre mudança e transformação são tomadas conforme a compreensão de Fernandes (1980; 1995).

<sup>3</sup> Os casos apresentados são síntese de estudos empreendidos, respectivamente, por Martins (2003) e Valencio et al. (2003).

<sup>4</sup> A tilápia vermelha é uma espécie híbrida, sendo representada por várias linhagens. Uma linhagem bastante conhecida é a tilápia vermelha da Flórida (linhagem Saint Peter), obtida através do cruzamento entre macho de *Oreochromis mossambicus* e fêmea de *Oreochromis urolepis hornorum*.

<sup>5</sup> Conforme ocorrência no programa conduzido pela CODEVASF em Penedo/AL.

- <sup>6</sup> Através do PNDPA (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora) cujo slogan nos cartazes utilizados foi: "Dá licença, eu vou pescar".
- <sup>7</sup> Tal correspondência está nos termos da convocatória aos parlamentares, documento tomado público em 14/abril/02 pelo Deputado Fábio Alencar durante a reunião das lideranças de pesca em Três Marias.
- <sup>8</sup> Este questionamento partiu da primeira autora, por solicitação da Presidência da Federação dos Pescadores Profissionais do Estado de Minas Gerais, sr. Raimundo Ferreira Marques.
- <sup>9</sup> Realizada no auditório do MMA em 18 de dezembro de 2001.
- <sup>10</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida junto aos segmentos de técnicos que estão diretamente inseridos no planejamento e execução da ação extensionista no estado, quais sejam, os diretores regionais, responsáveis pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) que compõem a estrutura da CATI em todo o estado, e os técnicos que atuam nas Casas da Agricultura (escritórios localizados nos municípios), tanto aqueles do quadro estadual como aqueles contratados via convênios de municipalização.
- <sup>11</sup> Pinto e Bergamasco (2000) associam esta percepção das práticas extensionistas por parte destes técnicos ao perfil monodisciplinar da categoria. Segundo os autores, a formação profissional do corpo técnico da CATI é constituída predominantemente por agrônomos, com índices de 98%, 76% e 83% dos técnicos do quadro estadual, municipal e diretores regionais, respectivamente.
- <sup>12</sup> "O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles." (FOUCAULT, 1989, p. 183).
- <sup>13</sup> Para Kowarick (2003), a vulnerabilidade seria a situação que conjugaria precariedade no trabalho e fragilização da sociabilidade primária enquanto que a desfiliação é a fragilização dos laços sócio-econômicos, aquilo que leva a vulnerabilidade ao paroxismo pela perda das condições de exercício do trabalho e, sobretudo, das raízes forjadas no cotidiano do trabalho, do bairro ou da vida associativa. Tais processos, segundo o autor, estariam em expansão.
- <sup>14</sup> Esta situação de permanente instrumentalização das práticas administrativas não é, aliás, fenômeno recente na história brasileira. Como bem nos mostra Franco (1997), tal situação constituiu-se em um dos traços característicos da afirmação do poder público local após a Independência nacional. Através do estudo das práticas sociais da velha civilização do café na região do Vale do Paraíba, a autora destrinchou as maneiras pelas quais o caráter abstrato e geral da ação pública
- preceito jurídico fundamental da estrutura burocrática do poder público.
  - foi constantemente submetido à situação de interesse dos próprios agentes de governo. Ainda que sob circunstâncias diversas, esta face patrimonial do uso da força normativa permanece requerendo, a nosso ver, especial atenção por parte dos estudiosos da temática da localidade no país.

## Referências bibliográficas

- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (ed.) *O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas*. v. 4. Jaguariúna: Embrapa, 2000.
- CARDOSO, F. H. *As idéias no seu lugar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- ESTEVES, P. L. M. Cordialidade e Familismo Amoral: os dilemas da modernização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 36, São Paulo, fev. 1998.
- FERNANDES, F. *Mudança Social no Brasil*. São Paulo: Difel, 1980.
- FERNANDES, F. Introdução a Contribuição à Crítica da Economia Política. In: FERNANDES, F. *Em Busca do Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 75-94.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FURNIVAL, A. C. M.; COSTA, L. S. F. Informação ambiental e práticas culturais de comunicação para o desenvolvimento sustentável. In: MARTINS, Rodrigo C.; VALENCIO, Norma F. (orgs.). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003. v. 2.
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como Ideologia. Biblioteca de Filosofia Contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, São Paulo, fev. 2003.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: economia do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: MARTINS, Rodrigo C.; VALENCIO, Norma F. (orgs.). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003. v. 2.
- LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARTINS, J. S. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINS, Rodrigo C. *A Construção Social do Valor Econômico da Água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. São Carlos: PPGSEA-USP. Relatório Parcial Fapesp (processo 99/12219-8). Mimeo, 2003.
- MARTINS, R.; VALENCIO, N. A *Concretude* da Moderna Crise Sócio-ambiental. In: MARTINS, Rodrigo C.; VALENCIO, Norma F. (orgs.). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003. v. 2.
- MORAES, A. C.; COSTA, W. M. *A Valorização do Espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NASCIMENTO, E. P. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares. In: Elias DINIS, José Sérgio Leite

LOPES e Reginaldo PRANDI, *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: Anpocs/Hucitec/Ipea, 1994.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 2 (3), out. 1993.

PINTO, A. G.; BERGAMASCO, S. M. A Construção de uma Nova Extensão Rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. X CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

SANTOS, B.S. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

VALENCIO, N. *Grandes Projetos Hídricos no Nordeste*. Natal: UFRN, 1985.

VALENCIO, N. F. L. S et al. A precarização do trabalho no território das águas: limitações atuais ao exercício da pesca profissional no Alto-Médio São Francisco. In: GODINHO, Hugo; GODINHO Alexandre (orgs.). *Águas Peixes e Pessoas no São Francisco das Gerais*. Belo Horizonte: Cegrac, 2003.

## A interatividade étnica e cultural nas fronteiras entre Brasil, Paraguai e Bolívia e o discurso religioso

Ethnic and cultural interactivity on the frontier between Brazil, Paraguay and Bolivia and the religious discourse

*La interactividad étnica y cultural en la frontera de Brasil - Paraguay - Bolivia e o discurso religioso*

Jerri Marin

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

contato: jmarin@terra.com.br

**Resumo:** Esse trabalho apresenta uma reflexão sobre as trocas e intercâmbios culturais no sul de Mato Grosso, região fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia. Como ponto de passagem, de convivência e de troca de experiências, o lugar é marcado pela heterogeneidade. A Igreja Católica, para criar fronteiras geográficas, políticas, religiosas e culturais, preocupou-se em integrar a região e forjar uma homogeneidade cultural e religiosa. Contudo, a fronteira tornou-se o espaço da transgressão, de perigo iminente e de negação da catolicidade que se pretendia implantar e reafirmar.

**Palavras-chave:** Fronteiras, Identidades, Igreja Católica.

**Abstract:** This study presents a reflection on the exchanges and cultural interchanges in the south of Mato Grosso, the frontier region of Brazil, Paraguay and Bolivia. As a place for traveling through, a place for living and for the exchange of experiences, the place is marked by heterogeneity. The Catholic Church, in order to create geographical, political, religious and cultural frontiers, took pains to integrate the region and forge a cultural and religious homogeneity. With this, the frontier became the space for transgression, imminent danger and the denial of catholicity which it was intended to implant and reaffirm.

**Key words:** Frontiers, Identities, Catholic Church.

**Resumen:** Este trabajo presenta una reflexión sobre los cambios e intercambios culturales en el sur de Mato Grosso, región fronteriza entre Brasil, Paraguay y Bolivia. Como punto de pasaje, de convivencia y de cambio de experiencias, el lugar es marcado por heterogeneidad. La Iglesia Católica, para crear fronteras geográficas, políticas, religiosas y culturales, se preocupó en integrar la región y forjar una homogeneidad cultural y religiosa. Sin embargo, la frontera se ha vuelto el espacio de transgresión, de peligro eminente y de negación al catolicismo que se pretendía implantar y reafirmar.

**Palabras claves:** Fronteras, Identidades, Iglesia Católica

### Fronteiras e relações interculturais

Esta é uma análise dos intercâmbios realizados nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, entre 1910 e 1950. A região analisada, que pertencia ao antigo Estado de Mato Grosso, compreende, atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977. A região é fronteira com as cidades de Pedro Juan Cabalero (Paraguai) e Puerto Soares (Bolívia). A linha de fronteira com esses dois países tem uma extensão de 1.365,4 km, sendo 928,5 km de limites por rios e 436,9 km por limites secos. Nessa perspectiva, este é um estudo sobre as trocas interculturais, sobretudo religiosas, a partir das integrações supranacionais e sobre a problemática da identidade nacional numa região de fronteira.<sup>1</sup>

A fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia é representada, atualmente, como corredor, na ambivalência dessa palavra, próprio das regiões fronteiriças. É cenário dos crimes de pistolagem, do tráfico de drogas, do contrabando de mercadorias e gado e de esconderijo e ponto de fuga de criminosos e traficantes. Fronteiras geográficas, históricas

e sociológicas não podem ser delimitadas com precisão, principalmente quando podemos assentar os pés, simultaneamente, em cada um dos lados da fronteira. Como região limítrofe, extremo, oeste do Brasil, configura-se como universo cultural diverso e particular. Como fronteira conserva matizes culturais específicos por abrigar em seu território grandes diferenças. As dessemelhanças culturais e a diversidade étnica permitiram a conjugação de diferentes acervos, memórias e tradições, resultado de trocas e do convívio intercultural cotidiano e da transformação das diferenças através de choques, tensões e resistências. As contribuições culturais indígenas somaram-se à paraguaia, boliviana, platina, andina, européia e brasileira, que, em si, reúne a pluralidade.

Uma Nação pressupõe teoricamente um território contínuo, indiviso, soberano e separado dos países vizinhos por fronteiras claramente definidas. Essa concepção territorial e política postulava que o Estado exercia seus poderes por todo o território de forma homogênea. No caso específico do Brasil com o Paraguai, onde estariam as fronteiras, seja seca ou fluvial? A Comissão

Mista de Limites Brasil Paraguai fixou, como linha divisória, os rios Paraguai, Apa e Estrela. Na fronteira seca, foram construídos marcos de cimento para delimitar os territórios e demarcar as diferenças culturais. A fronteira, neste caso, situava-se hipoteticamente no meio das águas ou entre os marcos? A realidade fronteiriça do Brasil com o Paraguai e a Bolívia contestava e fragilizava a visão de que as fronteiras são precisas e de que o Estado era soberano e mobilizava de forma homogênea todos os cidadãos. Enfim, rios ou marcos de cimento não delimitam uma fronteira geográfica, histórica e cultural entre os países. As fronteiras são imaginárias, móveis, incertas e de difícil delimitação.

No ir e vir da fronteira, muitos aspectos culturais foram assimilados, reelaborados e fundidos. Gentes de todas as regiões do Brasil e imigrantes estrangeiros, em particular paraguaios e bolivianos, passam a povoar a região, resultando numa efervescência cultural. Como corredor, ponto de passagem, de convivência e troca de experiências, propiciou a heterogeneidade, traduzida na sua multinacionalidade, no multilingüismo, no mosaico de etnias e no pluralismo cultural e religioso. Os fronteiriços compartilhavam as mesmas experiências, alegrias, pesares, indumentárias, dietas alimentares, os mesmos gostos musicais e vivenciavam problemas comuns.

A fronteira, como espaço dinâmico, vivo e variável possibilitava uma comunicação ampla e irrestrita de gentes, culturas, mercadorias, veículos, animais, músicas e doenças. Ali, as vozes, falas, cores, roupas, risos, cheiros, sons e rostos lembravam o Paraguai, a Bolívia, as regiões andinas, um pouco de cada região do Brasil, da Europa e das populações indígenas locais. A fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia, seca ou fluvial, permitia vários pontos de passagem. As dificuldades econômicas desses países forçaram uma acentuada imigração para o Brasil. Em Corumbá, cidade fronteiriça com a Bolívia, em 1910, os estrangeiros correspondiam a 40% da população, sem computar os descendentes. Os paraguaios, seguidos pelos árabes, constituíam as maiores colônias estrangeiras. Entre os europeus, eram mais numerosos os italianos, portugueses, alemães e ingleses (BARROS, 1998, p. 115). Corumbá

diferencia-se das demais centros urbanos brasileiros pelo aspecto urbanístico. A cidade recebeu influência platina e européia nas construções civis. As casas comerciais exibiam produtos europeus e no teatro apresentavam-se peças de Buenos Aires, Montevidéu e Asunción. Enfim, era uma cidade cosmopolita e reunia elementos dos países latinos, andinos e europeus, seja na arquitetura ou no estilo de vida da maioria dos moradores. Em Campo Grande, em 1920, cerca de 9% da população era formada por estrangeiros (japoneses, sírios, poloneses, judeus, húngaros, alemães, portugueses, italianos, paraguaios e espanhóis). Uma cultura nacional unidirecionada era reiteradamente negada pelo aprofundamento das diferenças já existentes. Em Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia Noroeste do Brasil, o idioma mais recorrente era o guarani, lembrando aos visitantes que ali era uma fronteira e o Brasil digeriria o que estava do outro lado (SODRÉ, 1941, p. 191).

Bela Vista tinha sua homônima do outro lado do rio Apa, no Paraguai. As cidades estabeleciam uma continuidade, dada a facilidade de transposição do rio por meio de canoas. Ponta Porã também tinha uma gêmea paraguaia. A divisão entre ambas era feita pela avenida internacional. O comércio fronteiriço aumentava as trocas culturais e a comunicação trilingüe. O dinheiro paraguaio, argentino, boliviano e brasileiro circulava normalmente em toda a região. O grande contingente de paraguaios obrigava os músicos, nos bailes, a não tocarem músicas do Partido Colorado nem do Partido Liberal, mas apenas as músicas consideradas neutras, para evitar brigas e desentendimentos. Os brasileiros também percorriam com a mesma liberdade o território paraguaio e boliviano. A inexistência, no Brasil, de estabelecimentos de ensino obrigava as crianças brasileiras a estudarem no Paraguai. As crianças atravessavam diariamente a pé ou a canoa a fronteira para estudar nas escolas de Pedro Juan Caballero ou de Bella Vista, no Paraguai. Naquela zona de osmose, fronteiriça e mista, a língua predominante era o guarani, seguido pelo castelhano. A língua portuguesa era pouco empregada. Em Corumbá, de fins do século XIX até 1920,

eram correntes os usos de diversas línguas estrangeiras, devido ao comércio com o exterior do porto e a grande presença de estrangeiros residentes na cidade. Falavam-se ainda várias línguas indígenas. Durante a construção da ferrovia Brasil-Bolívia (1939-1952), o castelhano era a língua mais recorrente entre os operários e administradores.

O intercâmbio fronteiriço estendeu-se à assistência religiosa e à religião, particularmente a religiosidade popular. Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Bolívia, era venerada e seu culto era difundido no sul de Mato Grosso. Nossa Senhora de Caacupé, padroeira do Paraguai, tinha devotos nos dois lados da fronteira, que se reuniam todos os anos para comemorar seu dia. Paraguaio e boliviano atraídos pelas festas religiosas do Brasil atravessavam a fronteira. Padres paraguaio e boliviano auxiliavam os padres brasileiros na fronteira no Brasil e estes prestavam assistência religiosa no Paraguai. Algumas vezes, os registros eram remetidos para serem transcritos nos livros paroquiais da paróquia a que pertenciam os fiéis.

A multiplicidade cultural, traduzida nas multinacionalidades, na multiétnicidade, no multilingüismo, nos multidialeto e no pluralismo religioso, colocou obstáculos à inserção do catolicismo. A imigração de estrangeiros de várias nacionalidades, aliada às migrações de brasileiros procedentes de várias regiões, tornou a religiosidade popular mais viva e plural. Os diferentes usos e entendimentos do sagrado, gerados pelas trocas, pelos encontros culturais e pelo intercâmbio de experiências individuais, frustraram as tentativas da Igreja na implantação do catolicismo tridentino e romanizado.<sup>2</sup> Por outro lado, uma cultura unidirecionada era reiteradamente negada pelo aprofundamento das diferenças culturais existentes.

A Igreja Católica enfrentava problemas com a cristianização social, pois os mato-grossenses eram avessos à internalização das normatizações do catolicismo. O caráter fronteiriço, as lutas pela manutenção das fronteiras, pela posse das terras e pelo poder político, aliados às atividades pecuaristas e extrativistas, formaram uma sociedade regida por valores próprios e um homem com um estilo de vida particular. Havia uma

predisposição para a luta, a violência e a guerra, tendo em vista que os valores sociais tinham como referência a vida militar e o modo de vida campeiro. Esses valores geraram uma mentalidade e opinião pública anti-religiosa e anticlerical. O veto à vivência pública da fé católica incluía homens, mulheres e crianças. As mulheres e as crianças mostravam-se pouco receptivas à religião institucional; sua presença nas igrejas era exígua, porém não menor que a do elemento masculino. O veto manifestava-se principalmente na recusa em exteriorizar a fé católica expressa nas práticas sacramentais. Por outro lado, havia uma religiosidade popular, independente do controle clerical, autônoma, que se manifestava nas festas em homenagem aos santos e nas práticas cotidianas.

Os paraguaio e boliviano, que residiam ou permaneciam temporariamente no Brasil, embora fossem considerados pelo clero como ignorantes em matéria religiosa, formavam as parcelas da população fronteiriça que aceitavam os ensinamentos da Igreja e participavam, quando tinham oportunidade, das práticas sacramentais. Porém, havia uma recusa à internalização das normatizações do catolicismo como norma de vida e suas religiosidades distanciavam-se dos modelos idealizados pela Igreja. A vivência do catolicismo poderia reduzir-se à esfera feminina e infantil e não aos homens. Porém, a mobilidade física, o fato de empregarem-se em trabalhos temporários ou viverem dispersos nas fazendas dificultava o trabalho pastoral de cristianização e de depuração de sua religiosidade e estavam fora do controle da Igreja. A presença de migrantes e militares brasileiros também era vista de forma positiva pela Igreja Católica, pois estes imprimiam nova fisionomia cultural à sociedade, principalmente no aspecto religioso. Os militares eram procedentes, em sua maioria, de outras regiões do Brasil. Eram portadores de outros valores culturais, sobretudo no aspecto religioso. Formavam um contingente afeito às normatizações do catolicismo e, às vezes, freqüentavam as igrejas e práticas sacramentais. Eles não se sentiam inferiorizados em participar dos eventos religiosos, receber os sacramentos, servindo de exemplo para os mato-grossenses.

Para o episcopado da diocese de Corumbá, a imigração de paraguaios e bolivianos era vista como positiva, pois, depois de cristianizados, seriam agentes difusores do catolicismo. Para os viajantes nacionais, intelectuais e para as elites mato-grossenses, os paraguaios e bolivianos tornaram-se inimigos, potencialmente perigosos e perversos e fator inibidor do progresso e da civilização. A nacionalização da fronteira oeste viria também com a construção ideológica de diferenciações culturais com os países limítrofes. Enfim, criar um “nós”, em oposição a um “outro” com que os brasileiros não poderiam se identificar. A identificação identitária ocorre na medida em que se cria essa fronteira, separando o “nós”, “deles”. Os paraguaios e bolivianos tornaram-se num outro que se infiltrava, ameaçava, transgredia, corrompia, que nada tinha a ensinar e que dessacralizava. Essa “infiltração” do outro, que é diferente, era vista como um perigo à segurança nacional, e eliminá-la garantia a pureza e autoconservação cultural. A mobilidade fronteiriça tornou-se ilegítima. Os rios, que delimitavam a fronteira entre o Brasil e Paraguai, tornaram-se uma linha natural e aquática que deveria delimitar as diferenças culturais entre os dois países e separar toda e qualquer aproximação. A civilização e o progresso de Mato Grosso seria viabilizado com o término dos intercâmbios fronteiriços e com o fim do que era considerado como entrave, ou seja, a presença de paraguaios, bolivianos e indígenas. Na década de 50 a região ainda era representada como desnacionalizada, isolada e múltipla. O livre trânsito fronteiriço, a preponderância cultural estrangeira e a fluidez do Estado eram apontados como os principais problemas à segurança e à soberania.

Nesta perspectiva, ser brasileiro era uma identidade política coletiva nacional e os paraguaios, bolivianos e indígenas eram as expressões da alteridade. Fundir o heterogêneo e constituir uma identidade homogênea desafia até a atualidade a Igreja e o Estado. A nação coesa, homogênea faz parte de uma construção ideológica e diante da sua impossibilidade é pensada, na atualidade, apenas como comunidade imaginada (CORDELLIER, 1989, p. 16).

No sul do Estado de Mato Grosso a multiplicidade cultural, traduzida nas multinacionalidades, na multiétnicidade, no multilingüismo, nos multidialetos e no pluralismo religioso, colocou obstáculos à inserção do catolicismo. A imigração de estrangeiros de várias nacionalidades, aliada às migrações de brasileiros procedentes de várias regiões, tornou as religiosidades populares mais viva e plural. Os diferentes usos e entendimentos do sagrado, gerados pelas trocas, pelos encontros culturais e pelo intercâmbio de experiências individuais, frustraram as tentativas da Igreja na implantação do catolicismo tridentino e romanizado.

As religiosidades populares praticadas nessa região fronteiriça eram multifacetadas, resultado das inúmeras contribuições culturais. O catolicismo luso-brasileiro recebeu novas contribuições dos indígenas, paraguaios e bolivianos. Ao se refundir espiritualidades diversas, múltiplas, surgiu uma espiritualidade sincrética e plural. Esta era marcadamente social e leiga e procurava manter uma independência em relação à autoridade eclesiástica na prática de devoções e atos religiosos. Os leigos assumiam funções de culto ou papéis de intermediários entre o sagrado e o profano. As religiosidades populares reproduziam as práticas e representações da Igreja, mas as reinterpretava, afastando-se dela. As fronteiras entre ambas não eram fixas, nem os modelos invariáveis, pois existiam vários níveis de religiosidades populares. Apesar de apresentar contradições e incoerências, eram viva, ativa, estruturada, coerente e com uma leitura e visão do mundo. Nos atos religiosos autônomos, os leigos procuravam imitar ao máximo os atos oficiais da Igreja e estes não representavam, para eles, nenhuma oposição ou distorção do catolicismo oficial. Para os leigos, suas manifestações religiosas eram autênticas e estavam de acordo com os ensinamentos da Igreja. Porém, a religião, ao penetrar em todas as esferas do cotidiano, expressava simultaneamente a presença do sagrado e do profano. Nas religiosidades populares, o festivo, social e religioso não são assimétricos e estabelecem uma continuidade, pois não se opõem motivações religiosas e profanas, pois suas fronteiras são fluidas e móveis. Era essas religiosidades mobiliza-

vam os sentidos e o gestual, extrapolando o contemplativo e devocional. Na perspectiva oficial, era uma negação do catolicismo romano. A catequese e a doutrinação deveriam conduzir os leigos à verdadeira religião.

O cotidiano era repleto de práticas religiosas populares, como promessas aos santos, benzeduras e rezas. O desamparo religioso e os esporádicos contatos com os padres levaram à fragmentação doutrinária e à fluidez institucional. As magias, feitiçarias, amuletos, patuás e orações eram formas de manipular o sagrado, ou seja, de colocar o sobrenatural em benefício próprio. Os santos eram vistos pelos devotos como um ser íntimo, familiar e acessível, podendo ser tratado ora como amigo ora como inimigo. Era uma relação íntima, pragmática-utilitarista para resolver necessidades existenciais imediatas numa relação contratual de troca e recebimento. O recebimento da graça obrigava o devoto a cumprir a promessa realizada. Era o reconhecimento do favor prestado pelo santo por meio de um ato de culto. O cumprimento da promessa desobrigava o devoto de uma cobrança ou castigo do sobrenatural.

O discurso da hierarquia eclesiástica condenava as religiosidades populares por afastarem-se do modelo tridentino, que procuravam implantar. Seus traços principais eram a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e no senso de hierarquia. O catolicismo nos moldes romanos seria a única forma autêntica e legítima de praticar o cristianismo. As religiosidades populares, embora não se opusessem às práticas sacramentais, nem à autoridade eclesiástica, colocavam-nas em plano secundário em relação ao culto dos santos. A romanização propunha-se a purificar as religiosidades populares de pretensos erros e excessos, realçando a dimensão espiritual.

A região fronteira em apreço pertencia juridicamente à diocese de Corumbá, criada em 5 de abril de 1910, pela bula *Novas Constitutions*, do Papa Pio X. A ofensiva da Igreja Católica assentava-se na recristianização social, na substituição das religiosidades populares pela tridentina e na regeneração social. O número de padres sempre foi insuficiente para atender a todas as necessidades da população. A população, embora fosse

considerada católica por tradição, estava privada da assistência religiosa. Era frequente indivíduos morrerem sem ter recebido nenhum sacramento ou nunca terem conhecido um padre durante toda a vida. Muitas vezes, os pajés das comunidades indígenas eram a única e maior autoridade religiosa. Os principais problemas que a Igreja enfrentava eram a escassez de clero e de recursos, a grande extensão das dioceses e das paróquias, as dificuldades de comunicação entre as paróquias e a sede episcopal, as dificuldades de locomoção e a rarefação demográfica. Esses eram aspectos considerados negativos e, para enfrentá-los, requeriam sacerdotes com grande zelo apostólico. Devido a escassez de clérigos, as práticas religiosas eram conduzidas por leigos, porém eles não eram rigorosos na observância da doutrina católica, pois conheciam apenas algumas noções sobre religião. Muitos padres e bispos afastavam-se dos modelos idealizados, contribuindo para o decréscimo da vida religiosa na diocese. Esses fatores tornaram fluida a presença da Igreja na sociedade, que ocupava uma posição de lateralidade, pela pouca aceitabilidade do catolicismo.

Como demonstramos, o hibridismo cultural e os fluxos populacionais geraram uma indefinição identitária e uma interatividade cultural, étnica, lingüística e religiosa. Para a Igreja romanizada, a multiplicidade religiosa e cultural representava subversão e ameaça. As diferenças incomodavam e impossibilitavam a construção da unicidade religiosa. A precariedade das identidades individuais e coletivas e as relatividades dos espaços, geradas pelos intercâmbios fronteiriços, inviabilizavam o forjamento de um homem brasileiro pleno e católico. Ser fronteiro era, e ainda é, sobretudo, realizar passagens e ultrapassagens, atestando diariamente que não existem fronteiras nem limites intransponíveis. O intercâmbio fronteiro distava da concepção de fronteira como faixa delimitadora do espaço territorial, político e cultural entre duas nações. A hierarquia eclesiástica brasileira, ao assinalar as diferenças culturais, evidencia um Brasil cioso das diversidades regionais. O Brasil real seria, na verdade, vários “brasis” de diferentes populações e culturas.

A hierarquia eclesiástica da Bolívia temia o efeito nefasto no intercâmbio fronteiriço com o Brasil. O Brasil, porém, tornava-se uma ameaça por exportar as religiões mediúnicas (umbanda, candomblé, espiritismo kardecismo) e igrejas como a Universal do Reino de Deus, entre outras, que se firmavam no mercado de bens simbólicos daquele país ameaçando o lugar reivindicado pela Igreja. A difusão dessas religiões agravaria ainda mais os problemas que a Igreja Católica enfrentava nesse país. Para criar fronteiras geográficas, políticas, religiosas e culturais, a hierarquia eclesiástica boliviana preocupava-se em propor soluções com o fim de criar a percepção de territorialidade, de soberania nacional, de controle do Estado sobre a Nação e de homogeneidade cultural e religiosa. Os bispos bolivianos procuravam reforçar as fronteiras geográficas, históricas e sociológicas e inventavam outras para conter o perigo. A fronteira seria o espaço da transgressão, de perigo iminente que poderia conduzir ao caos e à anomia e, por fim, como local de negação da catolicidade que pretendiam implantar e reafirmar. O discurso católico, ao definir a realidade, criava novas fronteiras entre o certo e errado, o tolerável e intolerável, o legítimo e ilegítimo entre o nacional e alienígena.

Sabe-se que a religião constitui um fator de coesão nacional, ao oferecer as bases para a identificação cultural à coletividade. A religião e a presença da Igreja Católica eram vistas como portadoras da luz, da nacionalidade e fatores de superação do obscurantismo, da agrestia e das influências externas. O Brasil era um "outro" que ameaçava e iria agravar os problemas pastorais que a Igreja enfrentava naquele país. Essas representações, associadas a outras formas de linguagem, criam uma consciência nacional que permite diferenciar entre "nós" e "eles", sedimentando a coesão social. Assim, reivindicavam uma intervenção saneadora das autoridades. As soluções propostas incluíam desde a intervenção autoritária do Estado até medidas disciplinares e coercitivas a fim de homogeneizar as diferenças e reafirmar o sentido nacional. Ocupar, povoar e integrar a fronteira tornou-se sinônimo de segurança nacional no Brasil, como no Paraguai e na Bolívia. Ou seja,

diante do aumento da complexidade social, da concorrência no mercado de bens simbólicos e da secularização da sociedade, a hierarquia eclesiástica boliviana posicionou-se de forma conservadora e autoritária e reivindicava para si uma posição de destaque na construção do ideal nacional.

Em suma, a Igreja Católica nessa região fronteiriça, seja no Brasil, Paraguai e Bolívia, enfrentava problemas comuns. Entre eles, a escassez de recursos, de pessoal, fragmentação doutrinária, rarefação demográfica e predomínio das religiosidades populares sobre as noções mais ortodoxas, aspecto valorizado pela romanização. Neste sentido, a fluidez da instituição era uma ameaça em todos os três países. Tinham também uma população díspar, heterogênea e marcada pelas diferenças culturais e étnicas. As diferenças eram ameaçadoras na mesma proporção que a Igreja desses países desejavam serem unas, ortodoxas e homogêneas.

Na Bolívia, por exemplo, cerca de 67% da população, na década de 80, era de indígenas ou descendentes. Os indígenas não podem ser agrupados como um bloco monolítico, pois pertenciam a culturas diferentes. Esses grupos continuavam praticando suas religiosidades tradicionais e, às vezes, mescladas com elementos novos transmitidos pela Igreja Católica. A cultura hispânica, eurocêntrica, opunha-se as culturas indígenas e procurava incorporá-las à civilização ocidental e ao progresso. Ao procurar se impor, as marginalizava e, em longo prazo, não conseguiu uma integração cultural homogênea. Emerge, sobretudo, uma cultura híbrida e plural. As religiosidades populares tornaram-se multifacetadas como resultado da conjugação de diferentes acervos culturais e por uma evangelização superficial e pouco eficaz.

A Igreja boliviana enfrentou obstáculos à ação missionária, principalmente após a independência. O caráter secular do regime republicano cerceou a ação da hierarquia eclesiástica e das Ordens Religiosas privando-as de recursos materiais. Como resultado, a Igreja perdeu espaço na sociedade, além de prestígio social. As vocações sacerdotais e religiosas diminuíram, houve uma crescente laicização da sociedade, o clero diocesano perdeu prestígio, a cristiani-

zação social restringiu-se às elites em detrimento da população, abandonou-se a evangelização entre as populações indígenas, a maioria dos católicos era apenas nominal, cresceu a fragmentação doutrinária e, por fim, o predomínio das práticas das religiosidades populares sobre as noções ortodoxas. As populações indígenas eram representadas como se estivessem permanentemente propensas a retomar suas tradições ancestrais e pouco propensas à cristianização, seja pela fluidez da Igreja, pela falta de pessoal e pelas permanências das religiões ancestrais sincreticamente redimensionadas com a incorporação de elementos do catolicismo. As permanências culturais reafirmavam o empreendimento evangelizador, missionário e civilizatório da Igreja.

Ao supervalorizar sua missão salvífica e educadora a hierarquia eclesiástica boliviana revelava um olhar negativo sobre o sincretismo, que denunciava o atraso da população boliviana, principalmente os indígenas. A hierarquia desprezava e combatia o caráter sincrético da cultura nacional e propunham uma homogeneização como pré-requisito para se chegar à civilização e ao progresso. A situação da Igreja agravou-se com o aumento da complexidade social e com a relativização da voz da Igreja na sociedade. As diferenças culturais e étnicas não eram vistas como positivas, porém eram passíveis de serem integrados por meio da ação da Igreja, do Estado e das instituições. A Igreja parecia atestar sua incapacidade de mudar um cenário religioso que parecia ameaçador e catastrófico. A fronteira seria uma região de missão que era ainda necessitava ser convertido e salvo. Essa visão negativa quanto ao futuro parecia pior quando refletiam sobre suas fronteiras geográficas. Eram espaços ainda não incorporados pela Igreja e deveriam, ainda, serem anexados e incorporados, assim como suas populações. Por outro lado, era o local de intercâmbio e de entrada de religiões concorrentes. No discurso católico da hierarquia eclesiástica boliviana, a idéia de catolicidade, marcada pela idéia de evangelização desde o princípio da chegada dos espanhóis, criava a idéia de perigo associado as demais religiões. Seriam ameaças à ordem, ao poder e fonte de transgressões sociais.

Na diocese de Corumbá, a heterogeneidade religiosa tornava-se ameaçadora na mesma proporção em que a Igreja desejava ser una e homogênea. As diferentes apropriações do discurso religioso revelavam que a Igreja Católica abrigava várias Igrejas, apesar da aparente uniformidade, essa mais imaginada do que real. Referenda-se aqui *Igrejas* e não a *Igreja Católica* e *religiosidades populares* e não *religiosidade popular*, como forma de crítica e de resistência ao conceito unitário, que desconsidera a existência da multiplicidade de vivências religiosas no interior da instituição a partir de diferentes apropriações do discurso católico. Como poderia surgir uma unidade religiosa numa região fronteiriça onde o multiculturalismo era, e ainda é, uma marca indelével?

A unidade religiosa proposta pela romanização era um sonho, uma utopia que se mostrava incompatível com as alteridades identitárias e com as diferenças culturais. A articulação de estratégias, a definição de práticas intervencionistas para normatizar a vida social e a construção de práticas divisoras encontraram impasses e resistências na pluralidade cultural e religiosa e, sobretudo, na inexistência de uma homogeneidade ideológica, inclusive entre o episcopado e o clero regular.

A hierarquia eclesiástica brasileira preocupava-se em intensificar a recristianização social nas regiões fronteiriças. Ou seja, estava empenhada na ofensiva de recatolização social por meio da ação missionária e da manipulação do imaginário social. Pretendiam criar um homem católico e apostólico e uma nova sociedade que orientasse seus valores de acordo com seus princípios. O problema residia na aceitação social deste projeto, pois não havia ambientação cultural para difundir-se.

O papel civilizador da Igreja estendia-se também à educação cívica e moral, despertando o nacionalismo, dando existência a um passado comum e criando a idéia de pertencimento à comunidade nacional. O fronteiriço daria lugar ao cidadão brasileiro, católico, patriota, sentinela da nacionalidade, repleto de virtudes cívicas e de amores pela pátria. A construção ideológica em processo criava laços de identificação coletivos por meio da língua, da religião, de

um passado comum, de um povo homogêneo em termos étnico e pela comunhão cultural. Desta forma, a identidade regional tinha de basear-se nos princípios e ensinamentos da Igreja.

A precariedade das identidades individuais e coletivas e as relatividades dos espaços, existentes no sul de Mato Grosso, inviabilizaram as estratégias do Estado e da Igreja para criar um padrão cultural único e hegemônico e para forjar um homem brasileiro e católico. O discurso dos bispos procurava forjar sujeitos católicos plenos ao criar uma identificação coletiva entre ser brasileiro com catolicidade. Ao difundir uma identidade católica, criava uma idéia de coesão, laços de reconhecimento mútuo, um “nós” brasileiro e católico, em oposição a um “outro” estrangeiro ou acatólico. A Igreja constituía-se num fator de integração da região com a Nação, por sua própria organização unitária e centralizadora, ponto de união e de ligação. Enfim, Igreja e Estado objetivavam, em última instância, disciplinar os indivíduos e a sociedade para criar brasileiros e católicos que fossem probos, ordeiros e adaptados à ordem social e à política vigentes. Para a hierarquia católica, ser brasileiro era ser católico e apostólico. No entanto, os sujeitos católicos e os cidadãos brasileiros forjados na fronteira distanciavam-se dos modelos idealizados.

Neste sentido, os indivíduos que não professavam o catolicismo negavam a nacionalidade. Essa transgressão conduzia ao caos, ao laicismo, à demagogia, à anomia e à subversão. O catolicismo seria o alicerce da sociedade. Entre um “nós” católico e um “outro” que o negava estabelece-se uma linha divisória que demarcava e diferenciava. Renegar o catolicismo significava negar os fundamentos da Nação brasileira, seu caráter e identidade. As religiões concorrentes eram vistas como inimigas e subversoras da ordem social, ameaça à segurança nacional e ao lugar de destaque que a Igreja Católica reivindicava na sociedade. Neste sentido, o sujeito católico era chamado a existir pelo discurso. E, ao mesmo tempo, ocorria o estabelecimento de práticas divisoras entre os católicos e os não católicos, nacionais e estrangeiros, dividindo e classificando os sujeitos.

Os discursos da hierarquia eclesiástica de Mato Grosso, além de associarem catolicidade e brasilidade, difundiam uma imagem distintiva do ser mato-grossense como religioso, moralizado, cômico dos seus deveres para com a pátria e a Igreja Católica. A Igreja procurava arregimentar e mobilizar os católicos e dispô-los, como soldados, a serviço da Igreja para combater seus inimigos: religiões concorrentes, comunismo, socialismo, liberalismo, maçonaria e a desnacionalização de Mato Grosso. O patriotismo e a religiosidade eram reivindicados à causa da Igreja na recristianização social e na retomada do seu papel central na sociedade. O Mato Grosso, para a Igreja, como terra de missão, tinha de ser evangelizado, convertido e salvo.

A criação de uma identidade coletiva para o povo brasileiro estava associada às pretensões políticas da Igreja. Opor-se aos ensinamentos e reivindicações católicas equivalia a transgredir, a negar o caráter nacional e constituía-se numa ameaça à ordem social. Nesta perspectiva, a Igreja negava a representação de uma identidade nacional que valorizasse as diferenças culturais existentes no Brasil. Procurava estabelecer e valorizar elementos comuns, relevantes para a definição da Nação. A Igreja reconhecia o caráter heterogêneo da cultura brasileira e defendia sua homogeneização e padronização cultural como condição para constituir uma sociedade civilizada. Sabe-se que a religião constitui-se num fator de coesão nacional, ao oferecer as bases para a identificação cultural à coletividade.

A secularização da sociedade e a ameaça das religiões concorrentes levaram a Igreja a elaborar discursos que reforçavam sua originalidade, seus signos distintivos e a formular várias doutrinas discriminatórias para dificultar seu estabelecimento. O protestantismo e espiritismo eram considerados religiões intrusas que se infiltravam e corrompiam o caráter nacional, católico por tradição. D. Aquino, por exemplo, considerava que “toda e qualquer religião, que não a catholica, é estrangeira no Brasil e estranha á nossa nacionalidade” (CORRÊA, 1926, p. 40). Segui-la era negar a nacionalidade e colocar em risco a integridade territorial e à soberania nacional. Criticava, sobretudo, a liberdade de culto estabelecida pelo regime

republicano e reivindicava o lugar de religião oficial. Para ele, os católicos deveriam mobilizar-se, numa missão salvadora e nacionalizadora, para defender, ao lado da Igreja, o Brasil do imperialismo norte-americano, que através da religião iria anexar territorialmente o país. Assim, a Igreja Católica reivindicava para si a salvação da soberania nacional e da cultura brasileira (CORRÊA, 1926, p. 8-40).

Entre as permanências observadas na diocese de Corumbá destacam-se o indiferentismo religioso, a mentalidade anticlerical, a não submissão das consciências às orientações da Igreja, a autonomia dos leigos na condução dos assuntos religiosos, o veto às demonstrações públicas da religião, seja dos homens ou das mulheres e a autonomia do clero diante da autoridade episcopal. A Igreja não conseguiu reverter a situação de marginalidade do catolicismo na sociedade, nem implantar o catolicismo romanizado e sacramental. Desta forma, o diminuto capital de autoridade religiosa que a Igreja possuía limitava seu poder de mobilização e, conseqüentemente, seu poder na divisão do trabalho religioso e político. A heterogeneidade cultural do sul de Mato Grosso mostrou ser resistente às tentativas disciplinares, individualizantes e homogeneizadoras propostas pela romanização. Fundir o heterogêneo e implantar uma cultura nacional unidirecionada desafia a Igreja e o Estado até a atualidade.

O titular da diocese de Corumbá, *Santa Cruz*, simbolizava a ordem, em oposição ao desordenamento, e impunha uma espiritualização do espaço a ser incorporado. Porém, a presença da Igreja tornou-se fluida e suas normas pouco aceitas, impossibilitando que ordenasse, em curto prazo de tempo, o social, ou purificasse a fé dos seus acréscimos heterodoxos. Permaneceram, assim, uma multiplicidade de vivências do catolicismo, o pluralismo religioso e a indefinição identitária.

## Notas

<sup>1</sup> Para maior aprofundamento, ver MARIN, Jérri Roberto. *O acontecer e "desacontecer" da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2000.

<sup>2</sup> A reflexão que apresento, sobre a diocese de Corumbá, centraliza-se nas reformas romanizadoras. No Brasil, a romanização da Igreja Católica iniciou-se com as reformas implementadas pelos "bispos reformadores", a partir da segunda metade do século XIX, e se consolidou com o predomínio das políticas e das práticas pastorais romanizadoras durante a primeira metade do século XX. Esse processo foi entendido como o "movimento de reeuropeização do Catolicismo de características centralizadoras e sob a autoridade papal. É um movimento de inspiração eminentemente hierárquico e clerical" (ARAÚJO, 1982, p. 22).

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Carlos. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1982.

BARROS, Abílio L. *Gente pantaneira: (crônicas de sua história)*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

CHAVES, Orlando. Visita pastoral de S. Excia. Revma. D. Orlando Chaves à paróquia de Ponta Porã e Amambá. *Eco Diocesano*, jan./fev. 1951, p. 8-9.

CORDELLIER, Serge (Coord.). *Nações e nacionalismos*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CORRÊA, Francisco de Aquino. *Imperialismo e protestantismo: conferência realizada em Cuiabá, no dia 12 de abril de 1926*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1926.

LA PROBLEMATICA pastoral em Bolivia. La Paz, 1987. (mimeo)

LIVRO Tombo da Paróquia de São José de Ponta Porã.

MARIN, Jérri Roberto. *O acontecer e "desacontecer" da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.



**Relatos:  
entre a práxis e os conceitos**



## O consórcio Pantanal Fashion Export: uma experiência de cooperativismo

The Pantanal Fashion Export consortium: an experiment in cooperativism

*El consorcio Pantanal Fashion Export: una experiencia de cooperativismo*

Aparecido Francisco dos Reis<sup>a</sup>, Eder de Paula Ferreira<sup>a</sup> e Luis Mauricio de Farias<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Universidade Católica Dom Bosco / <sup>b</sup>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

contato: reis@ucdb.br

**Resumo:** Este trabalho descreve o funcionamento do sistema de consórcio Pantanal Fashion Export. Formado por seis empresas do ramo de confecção, todas do estado de Mato Grosso do Sul. O sistema foi concebido com o objetivo de estimular os empreendedores das pequenas e micros empresas locais para, por meio de cooperativas e de uma estratégia global, pensarem a produção empresarial no contexto do desenvolvimento local, construindo parcerias com a Cooperativa de Trabalho dos Artesãos e realizando a constante divulgação do patrimônio cultural e natural da região pantaneira.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; empreendedorismo; Desenvolvimento Local.

**Abstract:** The study in hand describes the functioning of the Pantanal Fashion Export consortium system. Made up of eight companies, all in the clothing business, all from the state of South Mato Grosso, the system was conceived with the objective of stimulating the entrepreneurs of small and micro local businesses with the intention of, by means of cooperatives and a global strategy, to think of the business production in the context of local development, forming partnerships with the Artisans Work Cooperative and constantly divulging the cultural and natural patrimony of the pantanal region.

**Key words:** Cooperatives; entrepreneurism; Local Development.

**Resumen:** Este trabajo describe el funcionamiento del sistema de consorcio Pantanal Fashion Export. Formado por ocho empresas del ramo de confección, todas del estado de Mato Grosso del Sur, el sistema fue concebido con el objetivo de estimular los emprendedores de las pequeñas y microempresas locales para que, a través de cooperativas y de una estrategia global, reflexionen en la producción empresarial en el contexto del desarrollo local, construyendo aparcerías con la Coperativa de Trabajo de los Artesanos y realizando la constante divulgación del patrimonio cultural y natural de la región pantanera.

**Palabras claves:** Coperativismo; emprendedorismo; Desarrollo Local.

### Introdução

Esta parte de Interações, como visto em números anteriores, dedica-se aos projetos exitosos na área de desenvolvimento local, neste número, a partir de informações colhidas juntos à diretoria, descreveremos como se deu a formação do *Consórcio Pantanal Fashion Export*, considerado como uma idéia que deu certo exatamente porque está fundamentado nas noções de cooperativismo, associativismo e markentig.

No primeiro item, tendo como referência à noção de Consórcio, conta-se a trajetória do Consórcio Pantanal Fashion Export. Sua origem, as primeiras reuniões, as dificuldades e sua consolidação, segundo as palavras do presidente do Consorcio, Alexandre Bertoncello e o do Presidente do SindiVest (Sindicato das Empresas de Vestuário de Mato Grosso do Sul), José Francisco Veloso Rbeiro

Depois, será descrito como se dá a parceria do Consórcio Pantanal Fashion com seus fornecedores e com a sociedade, no âmbito da geração de empregos e do desenvolvimento sustentável local. Segundo Jose Veloso, "o cooperativismo e as formas consorciadas emergem como as soluções mais adequadas, no contexto socioeconômico atual".

E, finalmente, baseado no marketing, pode-se pensar nas interações e nos benefícios que o Consórcio propicia para a região e para o setor de vestuário, bem como a inserção competitiva dos produtos regionais, a promoção da marca Pantanal no restante do Brasil e no exterior.

### 1. O surgimento do Consórcio Pantanal Fashion

Para o consultor de negócios da Alun (Aliança Universitária), Rogério Machado (2003), um consórcio pode ser definido como um instrumento de ação cooperada entre empresas que somam esforços e patrimônio para consecução de determinado empreendimento, dentro dos termos e condições acertadas pelas partes. Um consórcio não possui personalidade jurídica própria. As empresas que o integram conservam sua autonomia e personalidade, não havendo entre elas relação de subordinação, mesmo que alguma delas tenha maior participação e/ou parcela de responsabilidade no empreendimento. O consórcio, portanto, não deve interferir na administração interna das empresas consorciadas.

Segundo Jose Francisco Veloso, o Con-

sórcio Pantanal Fashion enquadra-se, possivelmente na definição acima, uma vez que teria surgido através das ações do Sindinvest, Sebrae/MS, Governo do Estado e Prefeitura de Campo Grande e de outros municípios, além da APEX-Brasil (Agência Brasileira de Exportação) e a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil) e, evidentemente de alguns empresários do setor de vestuário preocupados com a competitividade dos seus produtos. No primeiro momento, a idéia era agir conjuntamente, com o objetivo de mostrar aos empreendedores do ramo, a exploração de novos mercados, visando criar uma nova cultura, tanto de cooperação, quanto de exportação. Para ele, essa etapa inicial foi de superação, porque mesmo tendo no projeto inicial apresentado em 9 de agosto de 2000, a ABRAVEST (Associação Brasileira de Vestuário), um total de 16 empresas interessadas em formalizar, no final de 2003, o consórcio contava apenas com 7 (sete). A maioria entendeu como um risco a participação numa cooperativa de produtores, com o receio de que isso fosse uma interferência na administração interna de seus negócios, além de empresas que produzem uniformes escolares, atendendo somente o mercado regional.

Mesmo com estas dificuldades, o consórcio foi possível segundo José Francisco Veloso, como “fruto da sensibilização realizada pelo SindiVest, indústrias de Confeção, onde a partir de diversos treinamentos e capacitação de empresários, sete empresas se uniram e resolveram formar o consórcio, com a finalidade de facilitar e alavancar a comercialização e divulgação de seus produtos”. No começo de 2004, o Consórcio conta com seis empresas, tendo como presidente Alexandre Bertoncello. O consórcio é formado atualmente pelas empresas: *Approved Confeções* (moda praia), *BertoBrasil Confeções* (jeans), *Brabant Confeções* (uniformes e camisetas), *Di Classe Indústria de Lingeries* (lingeries e praia); *Yacaré Camiseteria* (camisetas) e; *Zollo Bordados* (camisetas, bonés). Para Veloso, o Consórcio Pantanal Fashion Export tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso do Sul, possibilitando inserir as empresas de confecção do Estado no mercado internacional, divulgando as bele-

zas naturais do estado através da moda, bem como sua identidade cultural através dos acessórios em artesanato, fauna e flora”.

O Consórcio é detentor da marca Pantanal na Europa, entrando nesse mercado via Alemanha, e no segundo semestre de 2003, já havia contatos no sentido de fechar negócios também com a Itália, segundo Veloso, isso seria mediante o projeto cidades-irmãs, ou seja, entre a Prefeitura de Campo Grande e a Prefeitura de Turim. Ainda, é importante destacar o papel exercido pelo consórcio no que se refere à cultura e potencialidades do local, acentuando em sua moda, a cultura regional e os temas ligados à natureza como a fauna e flora: “A moda Pantanal do Brasil, utiliza em suas coleções de Jeanswear e Beachwear, as cores da natureza (fauna e flora), bem como acessórios do artesanato indígena (osso, chifre de boi, couro de peixe e sementes nativas) da região do Pantanal”.

Na análise de Miton Portocarreiro, o Consórcio Pantanal Fashion, foi criado em um momento e com ambiente favoráveis ao desenvolvimento do setor. Possuía ancoragem territorial e quase totalidade das empresas que estavam no mercado, por ocasião da geração do consórcio, tinham em torno de dez anos de funcionamento. Segundo Portocarreiro, a ancoragem territorial, isto é, “o fato das empresas aglomeradas terem origem e localização em um dado território constitui fator de sucesso para alianças estratégicas, favorecendo a interatividade das empresas para produzirem valor agregado, porque os interesses são locais e direcionados para o seu desenvolvimento”.

## 2. A formação de parcerias

Para o presidente Alexandre Bertoncello, “O Consórcio Pantanal Fashion Export, surge como uma proposta de desenvolver o potencial têxtil e econômico da região, reduzindo custos e ao mesmo tempo alavancar o espírito empreendedor de empresários e colaboradores. Para isso a formação de parcerias está sendo uma boa opção utilizada pelo Consórcio, num cenário onde mulheres desempregadas lutavam individualmente para sobreviver. Foram incentivadas a se unirem e montar uma Coope-

rativa de Trabalho. As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. O Cooperativismo trilha seu caminho incólume, ofertando solução local. A crise pode ser global, mas as soluções somente serão eficazes se forem locais”.

Na sua concepção, a formação dessa Cooperativa só foi possível, devido a um projeto desenvolvido a mais de dez anos pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária), com o objetivo de proporcionar auto sustentabilidade as regiões e comunidades menos privilegiadas.

A Cooperativa de Costureiras, conta hoje com cerca de 22 mulheres que se uniram para tentar contornar a falta de capital para a compra de máquinas e matéria - prima e as dificuldades de se colocar e manter uma produção no mercado. Para tanto a Cooperativa produz as peças de vestuário para o Consócio.

Além de costureiras, o consórcio possui parcerias com Cooperativas de Artesãos e comunidades indígenas que fornecem os acessórios e artesanatos (osso e chifre de boi, couro de peixe e sementes nativas) advindas da região do Pantanal.

### 3. O consórcio na busca pela competitividade e promoção da região

Na análise de especialistas da economia de mercado, como Kotler (1999), a maneira de tornar-se global, passa por estratégias de segmentação e diferenciação. Ainda, este autor demonstra que há duas maneiras de atingir vantagens competitivas. A primeira é por meio de produtos com preços inferiores e estratégia de baixo custo. A Segunda maneira é através de uma estratégia de diferenciação de produtos para que os consumidores vejam os benefícios únicos que justifiquem um preço elevado. Assim, quais as estratégias de competitividade adotadas pelo Consórcio Pantanal Fashion?

O presidente do SindVest José Francisco Veloso tem a resposta:

“Sabemos que o planeta passa por uma onda gigantesca de devastação, devido

ao progresso aliado com o descaso, desinteresse e a falta de conscientização do ser humano. Tendo em mente esse pensamento, o Consórcio busca projetos que possuam enfoques atuantes nas áreas ambientais, econômicas e sociais. Fazendo uma divulgação não só de sua marca “PANTANAL”, mas de toda a região e Estado. Atualmente, a competitividade ganha destaque em todos os setores da nossa sociedade, desde empresas, até nações, adotam políticas e estratégias competitivas, que visam a sua inserção competitiva em um mundo cada vez mais globalizado. Com o Consórcio Pantanal Fashion não é diferente, ou seja, busca-se a competitividade e a inserção dos produtos que tenham a marca Pantanal.

Acreditamos que o Consórcio, neste caso adotou uma estratégia de diferenciação para os produtos dos seus consorciados, esta estratégia proporcionou o posicionamento da marca Pantanal e os produtos a ela associados”.

O Consórcio buscou posicionar competitivamente os produtos que apoia. Para Keegan & Green (1999) posicionamento é a estratégia de comunicação baseada na noção de “espaço” na mente; é o ato de colocar um marca na mente dos consumidores, sobrepondo-a a outras marcas, em termos de atributos e benefícios oferecidos.

Na medida em que o Consórcio Pantanal Fashion posiciona os produtos, comunicando ser portador dos atributos, da cultura e jeito de ser do pantanal, adota uma estratégia que Keegan e Green (1999) denominou com de *High-touch*.

Para Keegan e Green (1999) o marketing de produtos *high-touch* exige menos informações especializadas e mais sobre a imagem, pois aqueles que compram estes produtos, compartilham a imagem proporcionada por tal produto. Os produtos que são portadores da imagem pantanal, possui a capacidade competir em mercado internacionais, devido a singularidade que o pantanal possui. Sabemos que os consumidores buscam produtos que os diferenciem e sejam portadores de alguma mensagem, por exemplo, um consumidor que compra uma Motocicleta *Harley-Davidson* ou uma Calça *levis*, está adquirindo não somente o produto, mas a imagem e o conceito que acompanha o produtos.

Portanto, o posicionamento dos produtos do Consórcio, valorizando e divulgando os atributos do Pantanal, propiciará competitividade a estes, pois os consumidores estarão adquirindo os produtos e todas as características subjetivas que compõem o produto. Com esta estratégia de marketing pode-se inserir competitivamente os produtos nacionais e regionais em nível global, fazendo uma articulação entre a cultura local e seu simbolismo numa escala redimensionada, possibilitando ao consumidor de outros países, o acesso não somente à mercadoria enquanto valor de uso, mas também, a possibilidade de consumir e participar do conjunto de valores tanto da cultura, quanto da fauna e da flora pantaneiras.

Pensando assim, pode-se concluir que alternativas como estas, torna viável a possibilidade de desenvolvimento, mediante ações locais como o cooperativismo e o recurso à cultura e à natureza, vislumbrando resultados globais com a preocupação em manter a sustentabilidade do ecossistema.

## Referências

- BENATO, J.V. A. *O ABC do Cooperativismo*. 5. ed. São Paulo: OCESP08, 1999.
- KEEGAN, W.; GREEN, M. C. *Princípios de Marketing Global*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MACHADO, R. *Estratégia e desenvolvimento de negócios*. Disponível em: <<http://nova.eng.br/aluni/consorciodeempresas.htm>>. Acesso em: 19 de ago. 2003.
- NAVEIRA, M. B. Portocarreiro. *Iniciativa de desenvolvimento local no setor de vestuário Mato Grosso do Sul: o consórcio de exportação como alternativa*. Dissertação (Mestrado) - UCDB, Campo Grande, 2002.
- SINDIVEST (Sindicato das Indústrias de Vestuário de MS). Disponível em: <[www.sindivestms.com.br](http://www.sindivestms.com.br)>
- APEX-Brasil (Agência de Promoção de Exportação do Brasil). Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br>>.
- ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção). Disponível em: <<http://www.abit.org.br/home/index.asp>>.
- PANTANAL Fashion Export Consórcio de Exportação de indústrias do vestuário do Mato Grosso do sul. Disponível em: <[www.pantanalfashion.com.br](http://www.pantanalfashion.com.br)>.

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

## Critérios para publicação

---

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
  - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
  - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
  - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
    - a) título em português ou espanhol;
    - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
    - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
    - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
    - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
    - f) referências bibliográficas.
  - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
    - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
    - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
    - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
    - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
    - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
    - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
    - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
  - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado.
  - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
  - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
  - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

*In extenso*: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:  
Universidade Católica Dom Bosco  
Programa de Desenvolvimento Local  
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário  
Caixa Postal 100  
CEP 79117-900 Campo Grande-MS  
Fone: (67) 312-3800  
e-mail: mdlocal1@ucdb.br